UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RAIANE DE JESUS SANTOS

JUVENTUDES E INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO: O PROCESSO DE DESLIGAMENTO E A PERCEPÇÃO DO VIVER EM ABRIGO

São Cristóvão/SE

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RAIANE DE JESUS SANTOS

JUVENTUDES E INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO: O PROCESSO DE DESLIGAMENTO E A PERCEPÇÃO DO VIVER EM ABRIGO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Frank Nilton Marcon

São Cristóvão/SE
2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S237j

Santos, Raiane de Jesus.
Juventudes e instituições de acolhimento: o processo de desligamento e a percepção do viver em abrigo / Raiane de Jesus Santos ; orientador Frank Nilton Marcon. - São Cristóvão, SE, 2023.
104 f.: il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Juventude. 2. Jovens desabrigados. 3. Política pública. 4. Acolhimento nos serviços de saúde. I. Marcon, Frank Nilton, orient. II. Título.

CDU 316.346.32-053.6

RAIANE DE JESUS SANTOS

JUVENTUDES E INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO: O PROCESSO DE DESLIGAMENTO E A PERCEPÇÃO DO VIVER EM ABRIGO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Frank Nilton Marcon

Dissertação defendida em: 10/02/2023

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Frank Nilton Marcon
Presidente – Orientador – PPGS/UFS

_____
Profa. Dra. Élida Damasceno Braga
1º Examinadora – Membro externo – GERTS

_____
Profa. Dra. Vilma Soares de Lima Barbosa
2º Examinadora – Membro interno – PPGS/UFS

São Cristóvão/SE
2023

AGRADECIMENTOS

Não imaginei que essa parte fosse tão difícil, não por precisar fazer um esforço para lembrar daqueles que estiveram presentes durante minha trajetória, mas considero difícil por todas as sensações que surgiram ao escrever este texto. Em primeiro lugar agradeço a Deus e aos Orixás pela força que me foi alimentada, pela determinação e coragem que me foram dadas como ferramentas para seguir caminhando mesmo nos dias de turbulência (Epahey)!

Agradeço ao meu Pai Antônio (*in memoriam*) por ter me ensinado o significado de coragem e luta. Agradeço a minha Mãe Marlene, por ser acalanto e incentivo diante dos vários objetivos que me proponho alcançar. Aos meus Avós Miguel (*in memoriam*) e Gedalva, por me ensinarem muito sobre a vida. Aos meus Irmãos Daiane e Danilo, por me apoiarem desde o momento em que eu falei “mainha, passei na UFS, vou morar em São Cristóvão” – foi um auê (rsrs), e mesmo com o coração apertando de saudade em diversos momentos, têm dado tudo certo.

Agradeço ao Professor Dr. Frank Marcon por ter topado me orientar nesta pesquisa que foi alertada várias vezes sobre sua dimensão. Juntos conseguimos encontrar caminhos e possibilidades. Para além disso, agradeço pela gentileza e leveza nas palavras, nos ensinamentos e em todos os momentos de trocas.

Um agradecimento especial também às mestras Dra. Vilma Barbosa e Dra. Élida Braga por me acompanharem em momentos valiosos, antes mesmo de convidá-las para a banca de qualificação. Vocês são mulheres inspiradoras, meu muito obrigada!

Aos colegas do GERTs, pelas contribuições valiosas durante os encontros do grupo, agradeço imensamente por todas as trocas. Aos colegas da turma do mestrado, em especial Ítalo Gordiano, Letícia Galvão e Bruno Henrique pelo companheirismo ao longo desses dois anos, meu profundo agradecimento. Com vocês a caminhada foi menos árdua.

Ao meu companheiro e incentivador Wendell, obrigada pelo acolhimento, cuidado e atenção em todo esse percurso. Sou grata por tudo, desde os vários livros sociológicos procurados para me guiar com a pesquisa, até os incensos de camomila e arruda entregues a mim como forma de cuidado. À Thaís Cardoso, que com sua sabedoria e experiência de vida me acolheu em vários momentos, tendo também enorme influência sobre o desenvolvimento dessa pesquisa, toda minha gratidão.

Também agradeço a minha amiga-irmã Karol, por me acolher nos momentos delicados e me fazer rir em situações menos esperadas, mas tão necessárias. Junto a isso, agradeço também por acreditar em mim desde o momento em que fazer o mestrado ainda era um plano. À Wexyza e Carol, agradeço pelos diálogos compartilhados a respeito do universo da Pós-Graduação, mas não somente, nestes nomes também encontrei refúgio e afeto.

Aos amigos que surgiram e permanecem desde a graduação. Àqueles que se encontram em Poço Verde e que apesar da ausência física seguem afetuosos e na torcida por mim, e a todos os meus amigos que em diversas situações encontrei afago seja em uma conversa, uma saída ou qualquer outra interação, saiba que vocês foram essenciais. Meu eterno agradecimento.

Dedico este trabalho também a todos os profissionais do campo da assistência social que contribuíram de alguma forma, desde as entrevistas concedidas até as informações e repasse de contatos que me fizeram chegar ao campo, vocês foram essenciais neste percurso. Às jovens da República por terem aceitado participar das entrevistas, transformando este momento numa troca sensível e atenta, meu agradecimento especial.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado concedida, tornando possível a realização desta pesquisa. Também agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), pelos ensinamentos, trocas e vivências.

[...] Não me mostre sapos e cobras
E espere meus gritos,
É só nos meus sonhos
Em que sinto medo de tudo.

Eu tenho um truque de mágica
Que eu guardo na minha manga,
Posso andar pelo fundo do oceano
E nunca ter que respirar.

A vida não me assusta
Não me assusta
Não me assusta.
A vida não me assusta.

(Maya Angelou, 2018).

RESUMO

O presente estudo desdobra-se com foco em duas variantes: políticas públicas para as juventudes e instituições de acolhimento. A articulação destas categorias se deu através de uma certa limitação observada em estudos que versem sobre este tema em sua completude. É importante lembrar que parte considerável das produções acadêmicas com foco nesses eixos se concentram nas áreas do serviço social, da psicologia e também do direito. No estado de Sergipe, sobretudo no município de Aracaju, cujo recorte empírico esteve concentrado, não foram encontradas pesquisas que tratassem sobre o processo de desligamento de jovens das instituições de acolhimento, fomentando ainda mais o interesse em adentar neste campo. Neste sentido, o respectivo trabalho teve como objetivo compreender como o acolhimento é experimentado por jovens e, principalmente, como ocorre o processo de desligamento institucional em virtude da maioridade civil. Partindo da compreensão das juventudes enquanto categoria social, busquei traçar o contexto histórico da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, articulando este cenário com a perspectiva das políticas públicas destinadas às juventudes. A pesquisa foi realizada através de uma abordagem qualitativa em conjunto com algumas ferramentas metodológicas, tais como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a realização de entrevistas. Esta última etapa foi dividida em dois momentos: com a equipe técnica do Abrigo Caçula Barreto e posteriormente com as jovens que residiam na república institucional para jovens em acolhimento. A análise e discussão dos dados obtidos com a pesquisa permitem verificar que o processo de desligamento de jovens que completam a maioridade em unidades de acolhimento se aproxima muito mais de uma transição de espaços (do *abrigo* ou *casa-lar* para a *república*) do que uma condição de desligamento de fato. Tais resultados foram verificados a partir do aporte teórico-metodológico utilizado, contudo, o principal fio condutor esteve direcionado para as narrativas e subjetividades expressadas por jovens responsáveis por vivenciarem a experiência do acolhimento em diferentes contextos e modalidades.

Palavras-chave: Juventudes; Políticas Públicas: Instituição de acolhimento; Aracaju.

ABSTRACT

The present study focuses on two variants: public policies for youth and reception institutions. The articulation of these categories occurred through a certain limitation observed in studies that deal with this topic in its entirety. It is important to remember that a considerable part of the academic productions focusing on these axes are concentrated in the areas of social work, psychology and also law. In the state of Sergipe, especially in the municipality of Aracaju, whose empirical focus was concentrated, no research was found that dealt with the process of disengaging young people from foster care institutions, further encouraging interest in delving into this field. In this sense, the respective work aimed to understand how foster care is experienced by young people and, mainly, how the institutional separation process occurs due to the age of civil majority. Starting from the understanding of youth as a social category, I sought to outline the historical context of the institutionalization of children and adolescents in Brazil, articulating this scenario with the perspective of public policies aimed at youth. The research was carried out using a qualitative approach in conjunction with some methodological tools, such as bibliographical research, documentary research and interviews. This last stage was divided into two moments: with the technical team from Abrigo Caçula Barreto and later with the young women who lived in the institutional republic for young people in foster care. The analysis and discussion of the data obtained from the research allows us to verify that the process of dismissal of young people who reach the age of majority in shelter units is much closer to a transition of spaces (from the shelter or home to the republic) than a de facto shutdown condition. These results were verified based on the theoretical-methodological support used, however, the main guiding thread was directed to the narratives and subjectivities expressed by young people responsible for experiencing the foster care experience in different contexts and modalities.

Keywords: Youth; Public Policies: Housing institutions; Aracaju.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO I: PERCURSO HISTÓRICO DAS PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL 21

1.1 A cultura da institucionalização no Brasil: alguns apontamentos 21

1.2 O chamado acolhimento: a roda dos expostos e a cultura da institucionalização 23

1.3 A organização do sistema de acolhimento para crianças e adolescentes no município de Aracaju 29

CAPÍTULO II: JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS 38

2.1 Juventudes e políticas públicas: sujeitos de direitos? 38

2.2 A Entrada no Campo e alguns Entendimentos Metodológicos 47

2.3 Organização da Assistência Social na perspectiva do acolhimento 51

2.4 O acesso ao campo: destrinchando as dificuldades e delineando outros caminhos 55

Capítulo III: EM CENA: A EXPERIÊNCIA DO VIVER EM ABRIGO PELA ÓTICA DAS JOVENS ACOLHIDAS 63

3.1 As circunstâncias para chegar ao acolhimento: quem são os(as) acolhidos(as)? 63

3.2 As jovens da República: algumas narrativas 73

3.3 Perspectiva das jovens sobre o processo de desligamento por maioridade 78

3.4 Para além dos muros: a vida pós abrigo 87

CONSIDERAÇÕES FINAIS 91

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 96

APÊNDICE 1 102

APÊNDICE 2 103

APÊNDICE 3 104

LISTA DE SIGLAS

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

DNCr – Departamento Nacional da Criança

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

GERTs – Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LA – Liberdade Assistida

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB/RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único De Assistência Social

ONG – Organização Não Governamental

PAEFI – Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PIA – Plano Individual de Atendimento

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNBEM – Política Nacional de Bem-estar ao Menor

PSB – Proteção Social Básica

PSC – Serviço de Prestação Continuada

PSE – Proteção Social Especial

SAI – Serviço de Acolhimento Institucional

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEIAS – Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social

SEIDH – Secretaria de Estado da Mulher, da Inclusão e Assistência Social, do trabalho e dos Direitos Humanos.

SEMFAS – Secretaria Municipal da Família e Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFS – Universidade Federal de Sergipe

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Fluxograma sobre a organização da Proteção Social Especial de Média Complexidade 54
Figura 02: Fluxograma sobre a organização da Proteção Social Especial de Alta Complexidade 55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil das jovens que residem na República 74
Tabela 2: Informações sobre o período de acolhimento das jovens e histórico familiar sobre a utilização dos serviços 76

INTRODUÇÃO

A escolha do objeto de pesquisa que aqui será apresentado surge como efeito de algumas indagações levantadas durante a execução de um Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) *2018-2019*, realizado durante minha graduação no Curso de Ciências Sociais. Seguindo um panorama interdisciplinar, a pesquisa focou em compreender como se constituem as relações de cuidado com crianças, adolescentes e jovens a partir das funções executadas pelas chamadas mães sociais, profissionais que recebem esta denominação por residirem em unidades de acolhimento institucional, especialmente as chamadas casas-lares[1]**.**

A partir desta experiência, tive a oportunidade de acessar as mães sociais e, através das suas narrativas, iniciei um contato ainda que de forma parcial com o campo das instituições de acolhimento no município de Aracaju-SE, uma vez que a pesquisa foi realizada a partir do contato direto com as mães sociais de algumas das casas-lares existentes no município. Um outro fator que colaborou com o interesse em aprofundar na temática das instituições de acolhimento foi o diálogo estabelecido com a equipe técnica do Creas Viver Legal[2] – órgão responsável por prestar orientações para as mães sociais, pois, trata-se de uma esfera do acolhimento que está conectada à assistência social a partir da alta complexidade. Esta fase durante a realização da pesquisa de iniciação científica foi essencial, pois possibilitou um contato em que as principais nuances institucionais do acolhimento foram apresentadas, de modo parcial, por parte da equipe técnica.

A respeito do contato com as mães sociais, refiro-me às entrevistas que foram realizadas com as mesmas, na própria unidade do Creas. Seguindo um roteiro de entrevistas semiestruturadas, alguns pontos foram levantados no decorrer das entrevistas. Destes pontos, um deles se destacou ao ser mencionado pela maioria das profissionais entrevistadas no momento, que foi a dificuldade que é lidar com o

---

[1] No que se refere às casas-lares e as mães sociais, Silva e Santos (2019, p.28) apontam que "compreende uma ressignificação quanto ao modelo familiar adotado no acolhimento institucional de crianças e adolescentes, e tem a função específica da mãe social assegurada pela lei 7.644, de 1987. De acordo com esta última, a função das mães sociais é, de acordo com o Art. 4º: "I - propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados; II - administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes; III - dedicar-se, com exclusividade, aos menores e à Casa-Lar que lhes forem confiados."

[2] O Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, integrante do Sistema Único de Assistência Social, é uma unidade pública estatal de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados." Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/assistencia_social/protecao_social_especial

rompimento de vínculos afetivos que são criados com as crianças e adolescentes que passam pelas unidades de acolhimento. Este processo de rompimento de vínculos está inserido nas instruções sobre o processo de desligamento da criança, adolescente ou jovem, presente no documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009).

Diante dos relatos narrados pelas mães sociais, criou-se um questionamento que perdurou por muito tempo, sendo, inclusive, o questionamento motor que desencadeou o interesse em adentrar neste campo de estudo: como crianças, adolescentes e jovens que utilizam os serviços de acolhimento lidam com o rompimento desses vínculos? De modo ainda mais específico, passei a me questionar sobre esses rompimentos de vínculo por uma condição particular de desligamento: o alcance da maioridade civil.

No processo de levantamento bibliográfico, ao criar uma maior aproximação com a temática, algumas situações foram observadas dentro das discussões as quais se referem ao público que utiliza os serviços de acolhimento bem como ao exercício das políticas de assistência social. Uma destas situações diz respeito a ausência de protagonismo para com o público-alvo diante das políticas de assistência próprias para este público, uma vez que a atenção dada para compreender melhor quem são os indivíduos inseridos nestes espaços é predominantemente direcionada para terceiros, sejam agentes da própria instituição ou familiares.

A socióloga Abramo (1997, p. 28) chama atenção para o fato de que as questões responsáveis por inserir os jovens dentro das discussões no campo social, são, na maioria das vezes, associadas a problemas sociais, ou seja, enxergam neste público o foco de atribulações e se instaura um pragmatismo em que são anuladas as vozes desses sujeitos pois, “[...] não há espaço comum de enunciação entre grupos juvenis e atores políticos (...)”. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender como se dão as relações de crianças, adolescentes e jovens nos espaços de acolhimento, também para que possamos verificar quais olhares estão sendo direcionados para este público na atualidade.

Importante pontuar que, no decorrer da presente dissertação, serão tratados alguns referenciais teóricos responsáveis por discutir de modo conceitual três categorias apresentadas neste trabalho: infância, adolescência e juventude. Entretanto, tenho como foco principal abordar a temática do acolhimento numa perspectiva direcionada para a juventude em razão do objeto aqui tratado, cujo

objetivo é compreender como ocorre o processo de desligamento institucional por maioridade. Isso porque, o próprio Estatuto da Juventude, a partir da Lei n° 12.852/2013, no Art. 1°, primeiro parágrafo, compreende que “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

Em contrapartida, no segundo parágrafo do mesmo artigo, pontua-se que “aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (...)”. Ou seja, ainda que as categorias adolescência e juventude se confundam ou se sobreponham institucionalmente por certos determinismos etários, para esta pesquisa o foco permanece sendo a juventude também em razão da proximidade com a respectiva categoria após dezoito anos, como o próprio estatuto evidencia. Durante esta pesquisa, os interlocutores entrevistados já não se enquadravam mais na categoria adolescentes, por serem todos maiores de 18 anos.

Durante uma busca extensa em plataformas e portais como SciELO, Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe, Banco de Teses e Dissertações da CAPES e Google Acadêmico, não foram encontrados trabalhos no campo da sociologia sobre a relação entre juventude e instituição de acolhimento em Sergipe, embora no cenário nacional os estudos sobre o contexto do processo de institucionalização de crianças, adolescentes e jovens não sejam recentes, permeando, inclusive, visões sobre uma “cultura da institucionalização” no Brasil (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Ao fazer uma busca utilizando palavras-chave como: juventudes, instituição de acolhimento e abrigo, é possível encontrar um número expressivo de trabalhos, contudo, estes são majoritariamente produzidos nos campos do serviço social e da psicologia. Alguns trabalhos também ganham enfoque na área do direito quando o escopo central é a perspectiva judicial. À vista disso, a presente pesquisa vislumbra contribuir com tal discussão pelo viés da juventude, como desenvolvo mais adiante.

As autoras especializadas em estudos acerca do processo de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004), afirmam que crianças nascidas em condições de extrema pobreza ou inseridas em famílias com histórico de vulnerabilidade social – consequentemente com dificuldades para criarem os filhos, eram negligenciadas por parte do Estado quando procuravam ajuda. Diante de situações como essas, a decisão que tomavam como possibilidade de resolução de um problema socialmente estruturado, era proceder

com o encaminhamento das crianças para instituições que abrigavam crianças órfãs ou abandonadas.

Embora exista uma ampla literatura a respeito das políticas de assistência social focando, principalmente, no campo do acolhimento institucional, alguns autores ressaltam a importância de dar continuidade a estes debates e discussões porque, na prática, ou seja, no contexto de efetivação destas políticas, verifica-se uma incoerência notável, sobretudo no que diz respeito à condição de que as instituições de acolhimento, tanto na forma de *abrigo* quanto diante de outras modalidades, devem ser vistas como última opção. (Rizzini; Rizzini, 2004; Janczura, 2008). É importante considerar que o desenvolvimento do público infanto-juvenil se constitui, também, no ambiente familiar e comunitário. À vista disso, seguir com a alternativa de acolhimento sem que outros fatores sejam ponderados, nos leva a compreender "que o *abrigo* acaba sendo entendido como *muro que isola* e não como *um teto que protege*" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.10).

Até o final da década de 1980, diversas crianças e adolescentes viviam em instituições "denominadas de "internato de menores" ou "orfanatos" e funcionavam nos moldes de asilos, embora as crianças, em quase sua totalidade, tivessem famílias" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.14). O Brasil é um dos países da América Latina em que se observa uma espécie de "cultura da institucionalização". Tal afirmação é explicada pelas autoras mencionadas acima em decorrência da literatura jurídica enxergar a institucionalização de crianças e jovens como "o último recurso a ser adotado" (Ibidem).

Concomitantemente, reitera-se a necessidade de compreender como o contexto de institucionalização esteve fadado por marcadores sociais. O sociólogo Luís Antonio Groppo (2000, p. 16) acentua que a juventude e a infância foram vivenciadas primordialmente "pelas classes burguesas e aristocratas, para depois tornar-se um direito das classes trabalhadoras". Em acordo, os marcadores sociais estão inseridos também na forma como esse mesmo público vivencia a experiência de transição de uma fase para outra, principalmente se tratando de crianças e adolescentes inseridos em instituições de acolhimento, sendo compostas por, segundo Kemmelmeie (2017):

> [...] crianças de uma classe social baixa, que carregam o estigma de serem de famílias pouco estruturadas, vasculhadas e invadidas pelos dispositivos de controle social, quando fora do sistema de acolhimento institucional. Sua

> intimidade é devastada por agentes que entram e saem, vigiando o que acontece dentro e fora da família. A partir do momento em que as crianças e jovens adentram à instituição de acolhimento, têm sua autonomia muito diminuída, uma vez que eles estão sempre sendo observados, considerados como perigosos (2017, p. 82).

Diversas produções acadêmicas versam sobre os eixos temáticos que aqui estão apresentados, entretanto, conforme mencionado anteriormente, essas produções são predominantemente construídas nas áreas do serviço social, da psicologia e também do direito. Dessa maneira, aqui são utilizados referenciais teórico-metodológicos que versam sobre o campo das juventudes, políticas públicas e institucionalização de crianças e adolescentes, estando todos imbricados no aporte sociológico. É importante frisar que utilizo a categoria juventudes como enfoque por adentrar em um campo específico, entendendo que a pesquisa ganharia outro foco se fossem trabalhadas, também, as práticas de acolhimento institucional na infância, ainda que tais categorias sejam atravessadas dentro dos debates que aqui se concentram.

A análise de como ocorre o processo de desligamento por maioridade civil dos jovens que utilizam os serviços de acolhimento institucional no município de Aracaju está sendo tomada como o objeto da presente pesquisa. Dessa maneira, algumas questões foram fundamentais para nortear o processo de investigação do respectivo objeto: quais são as principais condições que levam crianças, adolescentes e jovens aos serviços de acolhimento institucional? Quais influências os serviços de acolhimento têm sobre o público infanto-juvenil considerando que, em muitos casos, os espaços de acolhimento acabam se tornando espaços de referência para os acolhidos? Quais são as práticas que antecedem o processo de desligamento da criança/adolescente/jovem da instituição? Existe, em âmbito municipal, garantias que assegurem os (as) jovens no processo de desligamento por maioridade? Socialmente, quem são os (as) jovens que utilizam os serviços de acolhimento e que completaram a maioridade nestes espaços?

Concomitantemente, o propósito da pesquisa é traçar discussões teórico-empíricas a respeito do contexto das instituições de acolhimento com foco no município de Aracaju. Como objetivo geral, pretende-se identificar quais as percepções dos (as) jovens sobre suas experiências ao passarem pelo universo do acolhimento, buscando compreender, também, como tais percepções remetem a uma perspectiva para a experiência de vida fora do ambiente institucional.

Dessa maneira, entre os objetivos específicos estão: 1) investigar em que

circunstâncias os (as) jovens e adolescentes são inseridos (as) e como vivenciam as experiências nas instituições de acolhimento no município de Aracaju; 2) identificar como esse público é preparado para vivenciar e experienciar a vida fora do ambiente institucional; 3) destacar a partir da voz ativa dos (as) próprios (as) jovens quais são suas perspectivas futuras para a experiência de vida fora do ambiente institucional e, por último, 4) examinar se as políticas de assistência direcionadas para o acolhimento institucional, no município de Aracaju, oferecem aparatos em termos legais para os (as) jovens que são desligados (as) por maioridade.

Isso posto, a presente pesquisa apresenta como justifica a relevância teórica e empírica para o campo da sociologia, especialmente para o campo da sociologia da juventude. Tal relevância se consolida quando analisamos, por exemplo, que a categoria juventude por si só ocupa diversos debates e em variados contextos, todavia, esta categoria não será discutida de forma isolada, estando inseridas também as esferas das políticas públicas bem como do acolhimento institucional. É importante acentuar que esse modelo de discussão presente no referido estudo, apresenta algumas limitações no campo sociológico. Desse modo, retorno para a narrativa de que tais produções ocorrem majoritariamente em outros campos de estudo.

Dado que a pesquisa tem como foco examinar como são construídas as perspectivas dos (as) jovens sobre suas experiências ao passarem pelo processo de desligamento das instituições de acolhimento, é fundamental direcionar um outro olhar para esse campo de abordagem, uma vez que parte considerável das pesquisas cujo foco é a discussão das categorias que aqui são discutidas, na maioria das vezes são executadas exclusivamente com o objetivo de compreender o funcionamento das políticas públicas voltadas para o campo das instituições de acolhimento bem como seus impactos dentro das próprias instituições. Tais debates, inclusive, fornece caminhos com grande relevância para investigações, contudo, diante da pesquisa bibliográfica que realizei sobre o respectivo tema, observei certa limitação de trabalhos que versam sobre a perspectiva da realidade nos espaços de acolhimento a partir da ótica dos próprios agentes.

Tudo isso se dá em prol da necessidade de refletir sobre as percepções dos jovens e como estes analisam “a forma como acontece a vida institucional” (MATEUS, 2018, p.54). Tentar construir uma rede de espaços para que os próprios agentes se percebam sujeitos de direitos e capazes de vivenciarem suas particularidades de modo que sejam ouvidos, pode colaborar, ainda que minimamente, para a quebra dos

“vários déficits gerados pela ausência de políticas capazes de oportunizar a construção da autonomia durante a experiência da juventude, entendida como construção social e como etapa de transição da vida” (MARCON, 2018, p. 335-336).

Concomitantemente, a pesquisa foi realizada a partir de algumas etapas que se fizeram essenciais. A primeira parte abrangeu uma revisão bibliográfica acerca das variantes responsáveis por todo o delineamento teórico da pesquisa, com o intuito de articular tais variantes às teorias sociológicas, mas, também, passando por outros campos de estudos dentro das ciências humanas. Para melhor organização desta etapa, foi criado um acervo particular para armazenar produções acadêmicas como trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e artigos relacionados ao tema do presente trabalho.

A segunda etapa se debruçou sobre o método da análise documental, onde, a partir de Gil (2008), compreendo que a importância da pesquisa documental está em tratar de forma analítica documentos que por alguma razão não tenham sido inferidos a partir de determinado objeto de estudo. Dessa maneira, esta etapa se concentrou na análise de documentos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Estatuto da Juventude, Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, entre outras produções legais que ao longo do texto são mencionadas para situar algumas legislações vigentes dentro do sistema da assistência social.

A pesquisa de campo, responsável por estruturar a terceira parte do referido trabalho, consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas em dois espaços distintos. Em primeiro momento foi realizada uma entrevista com a equipe técnica do Abrigo Caçula Barreto, localizado no município de Aracaju. Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas com as jovens que já passaram pelo processo de desligamento em função da maioridade civil e que atualmente utilizam os serviços de acolhimento em outra modalidade, sendo a *República*. Por fim, para tratar os resultados obtidos diante desse conjunto metodológico em geral e a parte que situa o campo em especial, utilizei a técnica da análise de conteúdo a partir de Bardin (1979), cujo objetivo foi analisar mensagens/falas que até então se mostravam latentes dentro do campo abordado.

Delineado este diálogo inicial, destaco que a Dissertação está dividida em três capítulos. No capítulo I – Práticas de acolhimento institucional no Brasil, discorro sobre o contexto histórico das práticas de acolhimento em âmbito nacional, situando os principais acontecimentos neste campo com base nas primeiras legislações surgidas

no cenário do acolhimento. A discussão desses fatores demonstra como existe, em âmbito nacional, uma cultura da institucionalização, demonstrando que as práticas de acolhimento não são recentes. No mesmo capítulo, descrevo como o município de Aracaju – localidade em que o recorte empírico da pesquisa se situa –, organiza o sistema de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens, descrevendo contextos também imprescindíveis para compreendermos como o formato organizacional segue na atualidade.

No capítulo II – Juventude e políticas públicas, apresento uma discussão acerca da literatura sociológica, especificamente no campo da sociologia da juventude, tendo como foco a discussão das juventudes enquanto categoria social, para que assim seja possível adentrar na discussão sobre as políticas públicas destinadas a este grupo. Ainda neste capítulo, descrevo como é estruturada a organização da assistência social na perspectiva do acolhimento no Estado de Sergipe e no município de Aracaju. Tal descrição se apresenta como um precedente para que seja possível destrinchar como ocorreu minha inserção no campo, descrevendo os percalços que surgiram durante os primeiros deslocamentos para seguir com a pesquisa empírica.

Finalmente, no capítulo III – Em cena: a experiência do viver em abrigo pela ótica dos jovens acolhidos, apresento a discussão dos resultados obtidos com o campo empírico, passando por uma descrição contextualizada sobre as razões pelas quais o público infanto-juvenil chega até os espaços de acolhimento, demonstrando, também, quem são os (as) acolhidos (as) que constituem tais espaços. Este capítulo é responsável, ainda, por apresentar a narrativa das jovens que passaram pelo processo de desligamento em função da maioridade e que atualmente utilizam os serviços de acolhimento na modalidade *República*. Dessa maneira, o foco deste capítulo esteve direcionado para as narrativas e expressões das jovens que experienciaram o processo de desligamento bem como vislumbram suas perspectivas futuras para a realidade pós acolhimento.

CAPÍTULO I – PERCURSO HISTÓRICO DAS PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL

1.1 A cultura da institucionalização no Brasil: alguns apontamentos

O foco da pesquisa está direcionado para a categoria juventudes por entender a importância de pensar este grupo a partir da esfera/categoria social. Além disso, tendo em vista que o objeto da presente pesquisa diz respeito à compreensão de como ocorre o processo de desligamento dos (as) jovens em função da maioridade, buscamos, como um dos objetivos, perceber quais as percepções destes (as) jovens sobre suas experiências nos espaços de acolhimento. Portanto, em termos de faixa etária e também dentro da perspectiva sociológica, a categoria focal da pesquisa está direcionada para as juventudes. Em consonância, pontuo que a categoria juventudes é pluralizada com a finalidade de reconhecermos que esta não deve ser universalizada, pois esse seria um dos modos de apagamento de suas subjetividades, uma vez que existem diversos contextos a serem considerados (NOVAES, 2007; MALFITANO, 2011; PIMENTA, 2014, MARCON, 2018).

Paralelamente, é fundamental que as discussões aqui feitas não sejam desconectadas do contexto histórico que remete à infância e a adolescência, sobretudo por entender que o percurso histórico das práticas de acolhimento institucional esteve direcionado, em diferentes épocas, para várias faixas-etárias. Entendo, também, que a complexidade da pesquisa solicita que as categorias infância e adolescência dialoguem entre si ainda que brevemente, em razão das condições legais e institucionais a qual a pesquisa toca.

O historiador francês Philippe Àries, em sua obra *História Social da Criança e da Família,* publicada em 1953, retrata a ideia das idades da vida durante a Idade Média, perpassando pela categoria infância, juventude e adolescência. O autor afirma que alguns termos eram aplicados como desígnio para certas etapas e fases da vida, sendo, assim, associados às terminologias *puerilidade, velhice e senilidade*. Para Àries (1986):

> A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII. (1986, p.65)

Além da categorização feita através dos termos que associam cada etapa da

vida a experiências estritamente biológicas e cognitivas, desde o século XII a sociedade tem buscado construir definições para esta parcela da sociedade, definições estas que podem variar quando se trata de infâncias socialmente distintas. Isso porque, em conformidade com Barbosa e Magalhães (2013, p.2), no contexto da obra de Philippe Àries, o sentimento sobre a infância se dá nas camadas mais nobres da sociedade, a criança pobre continua a não conhecer o verdadeiro significado da infância, ficando assim à mercê da própria sorte".

Àries (1986) chama atenção para o fato de que na Idade Média, as representações das idades da vida já eram organizadas de acordo com a faixa etária. A semelhança com as discussões levantadas sobre as idades da vida na atualidade, aparece através do diálogo com o campo biológico. A primeira idade está associada ao surgimento e desenvolvimento dos dentes da criança, impossibilitando que tal grupo possa se comunicar verbalmente. Para alcançar a categoria adolescência, o historiador menciona a segunda idade, a qual segue até os 14 anos. A terceira idade, denominada como adolescência, pode alcançar a faixa etária dos 28 anos, podendo chegar até mesmo aos 35 anos. Para o autor, "essa idade é chamada de adolescência porque a pessoa é bastante grande para procriar, disse Isidoro" (ÀRIES, 1986, p.36).

Uma quarta idade seria a juventude que, diferentemente do que entendemos na atualidade em termos de faixa etária, dura até os 45 anos, tendo possibilidade de alcançar até mesmo a faixa etária dos 50. O autor, ao citar Aristóteles, menciona que "essa idade é chamada de juventude devido à força que está na pessoa, para ajudar a si mesma e aos outros" (ARIÉS, 1986, p.36). Por último, a quinta idade acompanha o processo de velhice do indivíduo na esfera social, sendo considerada a partir dos 70 anos.

Considerando que a divisão de faixa etária atribuída por Àries é totalmente distinta das categorias de idade distribuídas pelo ECA e pelo Estatuto da Juventude, por exemplo, um outro ponto importante para ser ressaltado é a forma como o aparecimento de crianças e jovens no campo artístico-estético variava de acordo com os períodos conforme o sentimento de infância foi sendo construído no âmago social. O autor chama atenção para o fato de que, ainda que determinada obra representasse a perspectiva infantil em suas características, a representação estética consistia em moldes e traços adequados para representações cuja idade se mostrava mais avançada, assim, o historiador menciona que "o anjo de Reims, por exemplo, seria um menino já grande, mais do que uma criança, mas os artistas sublinhariam

com afetação os traços redondos e graciosos e um tanto efeminados - dos meninos mal saídos da infância" (ÀRIES, 1986, p.52).

Embora esses modelos e perspectivas de infância mencionados por Àries tenham sido vivenciados primordialmente pela França, tais modelos chegaram até o Brasil no período da colonização. No que diz respeito aos processos de internação de crianças no período da colonização, havia certa semelhança entre grupos pauperizados e grupos favorecidos economicamente, ou seja, a condição de classe não era o fator principal responsável por definir quem deveria passar pelo processo de internação ou não. Entretanto, uma outra realidade atravessou a metade do século XIX. O campo jurídico era responsável por avaliar grupos pauperizados para as práticas de "intervenção formadora/reformadora do Estado e de outros setores da sociedade, como as instituições religiosas e filantrópicas" (Rizzini; Rizzini, 2004, p.2).

As normas de institucionalização na época do Brasil colonial trabalhavam com a divisão de grupos entre meninos e meninas, isto ocorria principalmente em instituições de ordem religiosa, sobretudo com a criação de "seminários, colégios para órfãos e recolhimentos de órfãs" (Schueler, 2001, *apud* Rizzini; Rizzini, 2004, p.23). É importante ressaltar que essas instalações ocorreram posteriormente às práticas educacionais gerenciadas pelos jesuítas para crianças das aldeias indígenas e vilarejos circunvizinhos, estes "constituíam os principais agentes educacionais até meados do século XVIII, quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal, em 1759" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.23).

Ainda dentro do contexto do Brasil colonial e sua relação com as práticas educacionais de internação e acolhimento, existiu, também, a prática de assistência a bebês abandonados denominada como Roda dos Expostos. Essa modalidade de acolhimento surgiu no período colonial e perdurou até o Brasil República. Três estados foram pioneiros na implantação das "Casas dos Expostos", sendo Salvador, Rio de Janeiro e Recife (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

1.2 O chamado acolhimento: a roda dos expostos e a cultura da institucionalização

Maria Luiza Marcílio, em seu livro *História social da criança abandonada* (1998), expõe que a roda dos expostos consistia em uma espécie de dispositivo em formato cilíndrico com abertura central. Tal dispositivo costumava ser fixado em portas e janelas de instituições em sua maioria filantrópicas. Sua estrutura era pensada para

que bebês fossem depositados sem que o responsável por tal ato fosse visto, assim, toda vez que um bebê era deixado no local, uma sineta era disparada simbolizando que havia uma nova criança no espaço. Nesse contexto, “até o século XIX, outras dez Rodas de Expostos surgiram no país, tendo o sistema persistido até meados do século XX” (MARCÍLIO, 1997b, p.52 *apud* RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.23).

Em decorrência de espaços limitados e insalubres devido ao alto índice de crianças abandonadas nas rodas dos expostos, surgiram altas taxas de mortalidade infantil tendo como principal motivo a ausência do leite materno para a nutrição e desenvolvimento dos bebês. Segundo Rizzini e Rizzini (2004, p.23), um dos grandes riscos era a amamentação artificial, desse modo, as instituições eram obrigadas “a manterem em seu quadro de pessoal amas-de-leite, responsáveis pela amamentação de um grande número de lactentes”.

Em época semelhante à implantação da roda dos expostos, o governo imperial criou Companhias de Aprendizes Marinheiros e Escolas/Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra. Segundo Rizzini e Rizzini (2004):

> Os Arsenais de Guerra recebiam meninos dos colégios de órfãos e das casas de educandos, que lá iam receber treinamento nas oficinas. Já as Companhias de Aprendizes Marinheiros, que eram escolas do tipo internato, [...] geralmente recebiam meninos recolhidos nas ruas pelas polícias das capitais brasileiras. (2004, p.25)

Mencionar este contexto em que meninos adentraram às companhias/escolas, torna-se importante para entendermos também, que tais instituições foram criadas com o objetivo de realizar uma “limpeza” nas ruas das capitais brasileiras (Rizzini; Rizzini, 2004, p.25). Quanto ao acolhimento para meninas, entre os séculos XVIII e XIX estas “podiam contar com a proteção dos recolhimentos femininos, criados por religiosos. Os recolhimentos para órfãs no Brasil são tão antigos quanto as casas de Expostos”.

O modo como tais espaços eram configurados para as meninas, refletia em práticas evidentemente patriarcais, pois estas eram acolhidas com um objetivo não único, mas como um dos principais: o preparo para a vida em matrimônio, exercício da maternidade e aperfeiçoamento para práticas domésticas. Existia uma distinção nas denominações para meninas que vinham de casamento legítimo (*órfãs)* e as meninas cujas atribuições recebidas eram indigentes e (*desvalidas)*. Além disso, na mesma época havia a distinção pelo aspecto racial. Em consonância com Rizzini e Rizzini (2004, p.27), “O Colégio da Imaculada Conceição acolheu em espaços separados as “órfãs brancas” e as “meninas de cor”, e em 1854 estabeleceu-se o

“Órfãs Brancas do Colégio Imaculada Conceição”, e em 1872, o Orfanato Santa Maria”.

Diante da complexidade que as discussões e análises sobre o processo de institucionalização no Brasil atravessam, Rizzini e Rizzini (2004) discutem os principais marcos desse contexto, entendendo que é um assunto bastante amplo e que não é recente. As autoras focam nos percursos atentando-se, também, para a mudança de nomenclaturas destinada aos jovens, as quais correspondem a diferentes períodos e significados atribuídos de acordo com interesses sociopolíticos à época. Para as autoras, a instituição do tipo *internato de menores* tinha como objetivo:

> A “educação” de crianças pobres, fossem elas abandonadas, órfãs, indígenas ou negras, a partir do século XVIII; a reabilitação dos menores *abandonados e delinquentes*, nos séculos XIX e XX; até a questão atual do abrigamento de crianças e adolescentes. (2004, p.15)

Tais nomenclaturas eram utilizadas com o intuito de caracterizar grupos de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Estas denominações foram modificadas dentro de contextos específicos. Na década de 1907 existiu o Asilo de Menores Abandonados, já em 1916, a terminologia acabou migrando para Casa de Preservação, sobretudo pelos relatos de que eram implantadas formas de disciplinar aqueles que ali adentravam, disciplinas estas que eram excessivamente desumanas (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Dentro dessa perspectiva de nomenclaturas, é possível identificar como o público infanto-juvenil teve suas subjetividades descartadas através das fortes práticas de controle. O significado por trás de cada termo retrata como os interesses do Estado configuraram métodos de limpeza social embutidos em falsas normas assistencialistas. A partir disso, podemos compreender tais instituições como portadoras de práticas que nos permitem defini-las como instituições totais. Para Goffman (1974, p.11), instituições totais podem ser definidas como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

Anterior às chamadas instituições de acolhimento do presente, existiram diversas instituições voltadas para a internação de crianças e adolescentes. No Brasil, seguia-se certa tradição com relação a essas práticas, de modo que não era tão evidente a distinção entre os diferentes grupos que ocupavam tais instituições.

Segundo Rizzini e Rizzini:

> Muitos filhos de famílias ricas e dos setores pauperizados da sociedade passaram pela experiência de serem educados longe de suas famílias e comunidades. Desde o período colonial, foram sendo criados no país colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, dentre outras modalidades institucionais surgidas ao sabor das tendências educacionais e assistenciais de cada época. (2004, p.22)

Em contrapartida, no século XX, as normas de internação passaram por algumas mudanças, uma delas, e que continua presente na atualidade é a ausência da prática de internato para crianças cujos pais pertencem a classes economicamente favorecidas. Rizzini e Rizzini (2004) destacam que as medidas são aplicadas de forma distinta, seguindo até os dias atuais de modo ainda mais autoritário para grupos que são vistos como ameaças para a sociedade.

De acordo com Silva (2011, p.2), a ideia que se tinha de proteção para crianças no século XX, estava associada à perspectiva higienista com base nas estruturas de saneamento. Diante desse contexto, “juristas, filantropos, médicos, entre outros, lutavam para que as questões referentes ao “menor” se tornassem objetos específicos de uma normatização [...]”. Em consequência, no ano de 1927 foi instaurado no Brasil o primeiro Código de Menores, também conhecido como Código Mello Mattos. O código de menores de 1927 gerou diversas discussões no campo jurídico e social. Haviam grupos que apoiavam a legislação em vigor e, por outro lado, existiam grupos com interesses específicos que iam contra os princípios do código. A exemplo, podemos mencionar os donos de indústrias as quais utilizavam do trabalho de crianças visando o lucro e o aumento de demandas com a justificativa de que o trabalho era uma forte ferramenta contra a marginalização (SILVA, 2011).

As práticas exercidas durante o Código de Menores menosprezavam os direitos das crianças e adolescentes, sobretudo no que diz respeito às tentativas de compreender e respeitar a realidade e individualidade de cada um. (Souza; Anjos et.al, 2016). Em decorrência desse fato, as autoras Alice Couto e Valéria Melo (1998) salientam que:

> O Código de Menores, de 1927, foi utilizado nessa época com o firme propósito de afastar as crianças de seu meio sócio-familiar. A possibilidade de perda do “pátrio poder” pela impossibilidade ou incapacidade, inclusive financeira, dos pais, permitia que o juiz encaminhasse a criança e o adolescente a instituições de internação. (1998, p.30)

Com a implantação do código de menores[3], o Estado criou uma outra perspectiva com relação ao tratamento dado aos “menores abandonados e delinquentes” (Silva, 2011, p.9). Durante o governo de Getúlio Vargas, foram criados alguns órgãos com o objetivo de gerenciar proteção às crianças e suas respectivas famílias em condições de vulnerabilidade. Em conformidade com Silva (2011), os principais órgãos criados foram:

> O Departamento Nacional da Criança (DNCr), o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o Serviço Social do Comércio e a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. (2011, p.9)

O Serviço de Assistência ao Menor (SAM) foi articulado e instalado no governo de Getúlio Vargas, governo ditatorial. Segundo Rizzini e Rizzini (2004):

> No processo de “expansão nacional” do SAM, a finalidade de assistir aos “autênticos desvalidos”, ou seja, àqueles sem responsáveis por suas vidas, foi desvirtuada, sendo o órgão tomado pelas relações clientelistas, pelo uso privativo de uma instituição pública. (2004, p.34)

Diante disso, o gerenciamento do SAM estava causando desvio de recursos que deveriam ser destinados para crianças, jovens e familiares em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As autoras chamam atenção para as consequências que a má administração do serviço poderia gerar, não só poderia, como o era feito, uma vez que os recursos destinados aos internos ganhavam outro destino, pontuando que “o SAM entrega mais de uma dezena de milhar de menores por ano a terceiros, para que cuidem de sua vida e educação, sem a mínima garantia jurídica de que lhes seja dispensado um trato razoavelmente humano” (NOGUEIRA; FILHO, 1956, p.264 *apud* RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.34).

Em decorrência das práticas de má administração e, consequentemente a preponderação dos problemas que deveriam ser minimamente resolvidos por vias de efetivação e implantação das políticas que o SAM propunha, “autoridades públicas, políticos e diretores do SAM condenavam o órgão e propunham a criação de um novo instituto” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.35).

Com isso, surge em 1964 a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), cujo ideal era criar políticas que fossem contrárias aos princípios do SAM. Rizzini e Rizzini (2004, p.38) chamam atenção para o fato de que diante do objetivo de criar uma política Anti-SAM, havia um paradoxo em razão de alguns dados

[3] De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), o código de menores de 1927 e 1979 tinha como característica “menores abandonados (Código de 1927) e os menores em situação irregular (Código de 1979).” (p.69).

disponíveis em relatórios da FUNABEM não seguirem total fidedignidade, de modo que muitos desses dados apareciam com o intuito de “enaltecer a ação institucional”.

Na década de 1980, o contexto da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil ganha uma outra dimensão. Questões que pareciam transitar em esferas legislativas e terminologias distintas, começaram a ser questionadas pela sociedade de modo geral. Esta foi uma década marcada por debates e interesses das mais diversas áreas (Rizzini; Rizzini, 2004), resultando, assim, na promulgação do ECA, legislação a qual substituiu o Código de Menores de 1927 e 1979. A criação do ECA como um fruto de lutas sociais e questionamentos da sociedade em geral, criaria um compromisso em que “o Brasil assumia com a perspectiva da criança como sujeito de direitos” (OLIVEIRA, 2011, p.18).

Após uma década da efetivação do ECA, alguns estudiosos e teóricos começaram a questionar a prática do respectivo Estatuto, tendo como uma das razões a experiência com a prática dos códigos e dos órgãos anteriores que diziam respeito ao "assistencialismo" do público infanto-juvenil. A partir de um estudo realizado por Silva e Motti (2001), Rizzini e Rizzini pontuam que a promulgação do Estatuto gerou diversos avanços para o respectivo campo, contudo, destacam que “a institucionalização do ECA avançou, já tomou conta de quase todo o país em termos de conselhos implementados. É preciso, no entanto, que funcionem adequadamente, que se lhes garantam condições efetivas” (SILVA & MOTTI, 2001, p.194 *apud* RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.48).

Algumas discussões dentro do campo da assistência social no que se refere aos direitos das crianças e adolescentes, são geradas a partir de pontos específicos, um deles, na maioria das vezes, põe em questionamento as práticas efetivas do ECA que, indo contra a legislação, muitas vezes colocam a criança e o adolescente em espaços desconhecidos de sua realidade, no sentido de gerar um afastamento do sujeito com sua comunidade.[4] A exemplo, as autoras Rizzini e Rizzini (2004) destacam que houve uma época em que o termo *abrigo* foi posto em questionamento por transparecer desconsiderações com crianças e adolescentes os quais mantinham vínculo com a referida instituição. De acordo com as autoras:

> Indagado a respeito dos motivos da denominação das instituições como “*abrigo*”, um grupo de educadores respondeu que se tratava de uma determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Pode-se entender que a mudança da terminologia empregada no Estatuto tinha o objetivo de rever e recriar diretrizes e posturas no atendimento à criança e ao

[4] No que toca à importância de manter a criança e o adolescente em seu convívio familiar e comunitário, discorro de modo aprofundado no capítulo 3 do presente trabalho.

> adolescente, ou seja, de provocar uma ruptura com práticas de internação anteriormente instauradas e profundamente enraizadas. (2004, p.50)

Em conformidade com Goffman (1974, p.16), “toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de “fechamento”. Dentro desta perspectiva de instituição, Rizzini e Rizzini (2004) ressaltam que:

> O Estatuto refere-se a *abrigo* como uma medida (Art. 101, parágrafo único), portanto, trata do ato de abrigar; porém, a impressão que se tem é que as pessoas utilizam o termo como se estivessem se referindo a qualquer instituição ou entidade, como afirma uma educadora que atua em uma destas instituições: “Quando se sentem ameaçados eles (os adolescentes) sabem que ir para um *abrigo* é algo de fácil acesso, pois esta entidade transformou-se em um campo de crianças e adolescentes que precisam ficar escondidos porque cometeram algum ato infracional e precisam sair de circulação por um período”. (2004, p. 49)

Em termos de conceito, o acolhimento institucional se apresenta como uma ação protetiva que é prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Tal medida é, ou deveria ser, “de caráter excepcional e provisório, aplicada em situações extremas de risco pessoal, social e violação de direitos, quando já foram tentadas outras alternativas para resolução da situação-problema” (Lima de Souza, 2009, p.41 *apud* Lacerda, 2014, p. 42). É importante pensar, também, que diante da mudança de paradigmas que atravessou as políticas públicas direcionadas para crianças, adolescentes e jovens, a perspectiva conceitual demonstra como a efetivação dessas políticas ocorre ou como deveria ocorrer.

1.3 A organização do sistema de acolhimento para crianças e adolescentes no município de Aracaju

No que se refere ao contexto do acolhimento institucional no Estado de Sergipe, a coordenadora do Abrigo Caçula Barreto[5] relatou que o marco se deu através da implantação da antiga FUNABEM em 1967, atualmente funcionando como Fundação Renascer. Nesse panorama, a Funabem era responsável por executar os serviços de acolhimento institucional a nível estadual, centralizando todas as ações de execução dos serviços de acolhimento. Segundo a coordenadora do referido *abrigo*, naquela época não se discutia a perspectiva de municipalização dos serviços, ou seja, não se vislumbrava o funcionamento e execução destes serviços do Estado

[5] Um dos abrigos institucionais do município de Aracaju. Faço uma descrição de forma aprofundada sobre esta unidade de acolhimento mais adiante.

de Sergipe sendo remanejados para o município de Aracaju. A coordenadora destacou que esta discussão sobre a municipalização dos serviços de acolhimento surgiu posterior à regulamentação do ECA, a partir das normativas instituídas também em consequência da alteração da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Segundo a mesma, como efeito de todas essas normativas, algumas mudanças foram executadas e a Funabem passou por uma transição institucional, tornando-se a Fundação Renascer. A partir disso, a coordenadora complementou:

> Então, antigamente tínhamos o SOS crianças que era um serviço que funcionava muito similar ao conselho tutelar onde faziam as abordagens que hoje a gente conhece como abordagem social. Só que aí tínhamos o processo de recolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua e se confundia muito, ainda, com o processo da socioeducação, porque a gente ainda era regido antes do ECA pelo Código de Menores, então ainda se trabalhava na perspectiva da punibilidade da questão da criança e do adolescente em situação de rua que estava com seus direitos violados, com rompimento de vínculos familiares e comunitários. (Coordenadora do Abrigo Caçula Barreto, 2022)

Após a instituição do ECA e toda essa mudança de paradigmas na perspectiva do acolhimento no contexto estadual, de acordo com a coordenadora do Caçula Barreto, o programa Aldeias Infantis SOS continuou dentro da fundação renascer executando os serviços de acolhimento bem como as instituições de medida socioeducativa. Por muito tempo este formato foi responsável por centralizar as ações dos serviços de assistência dentro do Estado de Sergipe. Posteriormente, com a estruturação dos Conselhos Tutelares e a aplicabilidade de determinadas regulamentações, têm-se uma ampliação da territorialidade do município de Aracaju. Neste cenário, a coordenadora enfatizou:

> [...] e aí a gente passa a ter a organização dos serviços de uma forma diferenciada a partir das alterações que a gente tem de legislação onde a gente tem a evolução dos serviços de acordo com o que está pressuposto na lei, só que infelizmente o que tá na lei é uma coisa e o que a gente consegue colocar na prática infelizmente é outra. Insuficiência das políticas públicas, e aí a gente tem a peculiaridade de cada governo que infelizmente a gente tem aquela questão de que o governo que assume não desenvolve uma política estatal e sim uma política de governo e isso afeta demais a execução dos serviços. Só que a gente aqui no estado e isso a nível nacional também começa a ter um processo de reordenamento dos serviços. (Coordenadora do Abrigo Caçula Barreto, 2022)

No tocante ao cenário das instituições de acolhimento em Aracaju, Nascimento (2016) menciona que algumas unidades, especificamente àquelas que já tinham passado pelo processo de reordenamento dos serviços, eram administradas pela Organização Não Governamental Aldeias Infantis SOS Brasil. A prefeitura de Aracaju

era responsável pelo gerenciamento das políticas administrativas com relação aos recursos encaminhados para o serviço.

A Aldeias Infantis SOS (SOS Children's Villages) é uma Organização Não Governamental de cunho global, tendo seu surgimento marcado em 1949. A ONG tem como objetivo principal atuar no Cuidado e Proteção de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. De acordo com Silva e Santos (2019, p.26), o surgimento das aldeias ocorreu a partir de "ações humanitárias, sendo fundadas pelo educador Herman Gmeiner, na Áustria". O educador enxergou a partir das consequências da 2º Guerra Mundial, a possibilidade de unir crianças órfãs a mulheres que haviam ficado viúvas, criando, assim, uma rede de vínculos propícia para ambas as partes.

No Brasil, a ONG atua desde 1967, tendo seus serviços ofertados em 12 estados bem como no Distrito Federal. Atualmente a organização desenvolve mais de 80 projetos situados em 31 localidades. De acordo com o site da ONG, "em 2021 foram mais de 6.000 pessoas atendidas diretamente em nossos programas".[6] Quanto ao estado de Sergipe, especialmente no município de Aracaju, a Aldeias Infantis SOS Brasil começou sua atuação em 2012. Em conformidade com Nascimento (2016, p.61), a ONG direcionava o trabalho para "o fortalecimento de vínculo entre as famílias da região, visando mostrar a importância do acolhimento familiar no desenvolvimento de crianças e adolescentes".

A partir de um estudo realizado no município, a ONG constatou que as práticas de acolhimento eram necessárias e precisavam de maior atenção. Em consequência, foi idealizada uma parceria com a prefeitura de Aracaju e, em 2104, segundo Nascimento (2016, p.61), "foi implantada a primeira *casa-lar* nos parâmetros do SUAS[7] (...)".

Embora a parceria entre a organização e a prefeitura tenha gerado resultados significativos como a implantação da modalidade *casa-lar*, Silva e Santos (2019, p.27) apontam que, "em 2016, os serviços de acolhimento institucional em Aracaju passaram a ser oferecidos exclusivamente pela prefeitura". Os serviços de acolhimento no município de Aracaju seguem com a modalidade *casa-lar*[8], influenciada pela Aldeias, seguindo, inclusive, com as quatro unidades implantadas em 2014. Na ocasião, o contexto em que tal modalidade passou a ser gerenciada

[6] Disponível em: https://www.aldeiasinfantis.org.br/conheca/quem-somos acesso em 08/05/2022.
[7] Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
[8] As casas-lares são denominadas por numeração, sendo *casa-lar 1; casa-lar 2; casa-lar 3* e *casa-lar 4*. Todas provêm de acolhimento para crianças e adolescentes de até 17 anos e 11 meses.

exclusivamente pela prefeitura, pode ser verificado, também, através do próprio site da ONG. O texto de apresentação da atuação da organização em âmbito nacional, evidencia que os projetos são desenvolvidos em 31 localidades, situadas em 12 estados e no Distrito Federal. O estado de Sergipe não aparece nos estados mencionados.

Ainda no bojo contextual do acolhimento institucional em Aracaju/SE, o estudo realizado por Souza e Brito (2015) sobre as práticas de acolhimento de crianças e adolescentes no município de Aracaju, evidenciou que, em 2012, o município era bastante precário com relação a efetivação das políticas de acolhimento, pois não era oferecido “serviço de acolhimento institucional para todas as faixas etárias dentro dos princípios estabelecidos pelo art. 92 do ECA (1990), nem a modalidade casa lar” (SOUZA; BRITO, 2015, p.44).

Nessa época, a atuação por parte do município possuía vários déficits. A autonomia para cada estado e município com relação à efetivação das políticas para o público infanto-juvenil permite que a praticidade de tais políticas, seguindo a orientação do ECA em conjunto com outros documentos, seja realizada conforme a possibilidade do estado e/ou município, mas não alega o direito de má administração, muito menos a exclusão e a não efetivação de direitos básicos. Em conformidade com Souza e Brito (2015), o município de Aracaju:

> Também não oferecia programa de acolhimento familiar, nem programa para egressos. Essas ações impetradas pelo Ministério Público/SE revelam tanto uma preocupação com o acolhimento institucional na localidade, quanto um descompasso entre os problemas destacados e as diretrizes legais, o que evidencia dificuldades na execução das normativas presentes na lei que versa sobre a proteção integral à criança e ao adolescente em nosso país, o ECA (1990). (2015, p.44)

As autoras afirmam que grande parte das pesquisas desenvolvidas sobre a prática das instituições de acolhimento foram e continuam sendo realizadas nas regiões Sul e Sudeste, embora existam literaturas a respeito da temática também na região Nordeste. Dessa maneira, as autoras afirmam que se basearam em literaturas não são tão recentes, a saber, TAVARES (2005); SOUZA (2009) e SILVA (2004).

Em um estudo realizado por Silva (2004), foi feita uma avaliação de estabelecimentos contemplados com recursos de âmbito federal, sendo distribuído pela Rede de Serviços de Ação Continuada (Rede SAC), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (Souza; Brito, 2015). Segundo as autoras (2015, p.46), apresentando dados evidenciados pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), o Estado de Sergipe foi contemplado com os recursos da rede SAC,

contando, na época, com “12 *abrigos* atendidos pela rede SAC, responsáveis por 410 crianças e adolescentes”.

Ainda em diálogo com as autoras Souza e Brito (2015, p.47), em meados de 2004 e 2005, Tavares (2005) realizou uma pesquisa em Sergipe “com o objetivo de levantar informações acerca das instituições que abrigavam crianças e adolescentes, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na localidade”. As mesmas afirmam que houve motivação para a realização da pesquisa por parte dos membros do Conselho, bem como por parte dos membros representantes do Ministério Público do Estado. Tudo isso porque os próprios órgãos reconheciam o descompasso na efetivação das políticas voltadas para as crianças e adolescentes institucionalizadas. Uma das problemáticas mencionadas é o fato de que durante a realização da respectiva pesquisa, notou-se que “não existia preparo para o desligamento dos internos e para o acompanhamento dos egressos”.

A pesquisa desenvolvida por Tavares (2005), demonstrou que as instituições tinham dificuldade quanto à prática das diretrizes do ECA. (Souza; Brito, 2015). Atrelado a isso, podemos mencionar como uma das dificuldades o fato de que, atualmente, existe apenas uma *República* no município de Aracaju (para o público feminino). A modalidade *República* no campo do acolhimento é utilizada como espaço fornecido para assegurar os direitos dos egressos das instituições de acolhimento por maioridade, cuja reinserção familiar não tenha ocorrido. De acordo com as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009):

> A *República* enquanto modalidade de Serviço de Acolhimento, “oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para auto-sustentação”. (BRASIL, 2009, p.94)

Em termos de implantação da modalidade de acolhimento *república*, é importante pontuar que tal modalidade, assim como a *família acolhedora*, não existia até meados de 2013. Foi somente com o processo de reordenamento dos serviços de acolhimento institucional que ambas foram implantadas, através do Conselho Nacional de Assistência Social, a partir da Resolução N° 23, de 27 de setembro de 2013. Perceber que somente em 2013 entrou em vigor uma resolução que assegura (parcialmente) alguns cuidados com os jovens que vivenciam a experiência de utilizar os serviços de acolhimento institucional, é preocupante. Pensar e apontar questionamentos quanto à realidade desse público nos pós desligamento por

maioridade anterior à aplicabilidade desta resolução não cabe na presente pesquisa, embora o questionamento não escape para futuras pesquisas. Neste contexto de invisibilização, em determinados segmentos que forneçam proteção e evidenciam os cuidados que devem ser gerenciados para os jovens, é feita uma crítica no relatório do IPEA:

> (...) observa-se que no ECA não há dispositivos específicos que versem sobre a proteção a estes adolescentes que alcançam a maioridade nos serviços de acolhimento e aos jovens, tampouco menção expressa à possibilidade de sua proteção até os 21 anos. (IPEA, 2021, p.16)

Além da crítica aqui direcionada à ausência de políticas públicas e a "inclusão" tardia de jovens em determinados eixos no que se refere ao acolhimento, torna-se importante fazer uma ressalva para o fato de que, ainda que a resolução tenha entrado em vigor no ano de 2013, pesquisas demonstram que em 2018 o resultado mínimo de repúblicas institucionais implantadas era preocupante. Em conformidade com o relatório do IPEA (2021, p.15), "em 2018 existiam apenas trinta unidades desse serviço em todo o Brasil, localizados em dezenove municípios (em nove estados e três regiões)". Sergipe fez parte desse demonstrativo, pois durante entrevista realizada com a coordenadora do Caçula Barreto, a mesma pontuou que a implantação da *república institucional*, em Aracaju, ocorreu em 2018, sendo inicialmente direcionada para "os meninos".

A modalidade de acolhimento do tipo *república*, assim como as outras, precisa ser seguida e orientada a partir de uma estrutura padronizada que é acentuada no documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009). De acordo com o referido documento, a *república* deve contar com "a estrutura de uma residência privada, deve receber supervisão técnica e localizar-se em áreas residenciais da cidade, seguindo o padrão sócio-econômico da comunidade onde estiverem inseridas(...)" (p.94). A dinâmica desses espaços é oferecida dentro de um contexto específico para os (as) jovens[9], sendo o processo de construção da autonomia e o desenvolvimento de auto sustentação e independência.

Analisando os critérios básicos que o documento acima fornece como base para a implantação e execução da modalidade de acolhimento em questão, a *república feminina*, situada no município de Aracaju, dispõe de uma estrutura que viabiliza as condições necessárias para que o espaço seja de fato acolhedor dentro

[9] Aqui refiro-me aos jovens em âmbito geral, ou seja, tanto o público masculino quanto o feminino que necessite utilizar a modalidade de acolhimento do tipo r*epública*.

do panorama apresentado nas orientações técnicas, influenciando, também, nos dispositivos tangenciais das regras básicas não somente de convivência, mas também dentro de um espaço que ainda funciona nos moldes institucionais. Isso foi evidenciado em algumas falas durante as entrevistas que realizei com as meninas.

Para alcançar uma realidade mais próxima da atual, uma outra pesquisa utilizada como referência é o trabalho de conclusão de curso de Nayane Cunha Nascimento, vinculado ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A pesquisa foi desenvolvida em 2016, desse modo, poderemos nos ater aos resultados apresentados, a fim de fazer um comparativo com os resultados evidenciados por Souza e Brito em 2009.

Que existe uma cultura de institucionalização no Brasil (Rizzini; Rizzini, 2004), já sabemos, sobretudo quando acessamos o contexto histórico das práticas de acolhimento em âmbito nacional. Em Sergipe, esse contexto é vivenciado desde 1982. Os serviços eram desenvolvidos de modo que ocorria o desmembramento de grupos de irmãos, assim como separavam, também, grupos do sexo masculino e feminino. (NASCIMENTO, 2016).

De acordo com Nascimento (2016, p.52), o Estado precisou passar por uma mudança organizacional na “oferta de atendimento no que diz respeito à proteção social, seja ela, básica ou especial, assim como todo o país, obedecendo às normas e diretrizes do CNAS, do CONANDA e do SUAS”. Segundo a mesma, antes de aplicar as normas dos Conselhos e Sistema único de Assistência Social, “existiam 10 unidades implantadas no Estado, sendo executadas em sua maioria com caráter filantrópico ou voluntário”.

Até 2010, em âmbito estadual, existiam 10 orfanatos, sendo divididos por gênero. Até o período de realização da pesquisa desenvolvida por Nascimento (2016), Sergipe contava com 37 unidades de acolhimento para crianças e adolescentes. Destaco, aqui, a importância de pontuar que em 2021, durante a minha primeira reunião na Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (SEIAS)[10], uma das assistentes sociais presentes no momento destacou que atualmente existe um quantitativo de 39 unidades de acolhimento no estado de Sergipe. Com isso, podemos observar que de 2016 até o presente momento,[11] o estado fez a implantação de apenas uma unidade de acolhimento.

[10] Descrevo de forma mais aprofundada sobre o processo de inserção com o campo no próximo tópico.
[11] Refiro-me ao período em que ocorreu a respectiva reunião, no dia 25/11/2021.

Em consequência, com esse comparativo, podemos colocar em questionamento se o fato de que apenas uma nova unidade de acolhimento para crianças e adolescentes tenha sido implantada dentro de um intervalo de aproximadamente cinco anos, diz respeito a queda no índice de condições que levam este público às dependências das instituições ou, se o principal motivo se relaciona com as condições destacadas por Souza e Brito (2015), por intermédio de Souza (2009), ao mencionar que os próprios agentes das instituições têm dificuldade de se enxergarem enquanto rede que contribui para o desenvolvimento de políticas públicas para o público infanto juvenil. Assim, mencionam a fala do coordenador de um *abrigo masculino* "[...] o discurso da própria rede é que essa rede está furada ou que não existe (...)" (SOUZA, 2009, p.31-32 *apud* SOUZA; BRITO, 2015, p.49).

Ao fazer um balanço tomando como base os dados disponibilizados pela Gerência da Proteção Social Especial/SEIDH, Nascimento (2016) nota que houve crescimento expansivo de *abrigos* no estado de Sergipe a partir de 2013. Enquanto que em 2013 existiam 14 unidades, em 2014, esse número foi elevado para 25. Já em 2015, o número de unidades de acolhimento implantadas no estado saltou para 35, e, em 2016, esse número migrou para 37. Nascimento afirma que (2016, p.53), "um dos principais motivos para o freio no crescimento das unidades entre 2015 e 2016, se deu pela crise que a sociedade brasileira vem enfrentando".

Em consonância com o levantamento feito junto a SEIDH, Nascimento (2016) pondera que:

> Atualmente o Estado de Sergipe é composto por 02 Abrigos Estaduais Regionais, 11 Abrigos Municipais, 03 Abrigos Municipais Regionais, 14 Casas-Lares Municipais Regionais e 01 Serviço em Família Acolhedora, totalizando 37 unidades de acolhimento implantadas com cobertura de atendimento para 63 municípios. (2016, p.59)

De acordo com as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), as modalidades de acolhimento são divididas entre *Abrigo Institucional; Casa-Lar; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora* e *República*. As modalidades de acolhimento do tipo *abrigo*[12] e *casa-lar* carregam traços semelhantes, porém, existem pontos que norteiam suas principais diferenças. O documento sobre As Orientações Técnicas explana a principal diferença retificando:

> [...] além do menor número de crianças e adolescentes atendidos por equipamento, está na presença do educador/cuidador residente - pessoa ou

[12] Embora o termo *abrigo* não seja utilizado no Estatuto da Criança e do Adolescente desde 2009, com a alteração da Lei nº 12.594, a qual substitui o respectivo tema por acolhimento institucional, utilizo *abrigo* com o intuito de facilitar o diálogo feito no decorrer do texto sobre as modalidades de acolhimento institucional, sobretudo as modalidades *abrigo, casa-lar* e *república*.

> casal que reside na *casa-lar* juntamente com as crianças/adolescentes atendidos, sendo responsável pelos cuidados e pela organização da rotina da casa. (BRASIL, 2009, p.75)

Através do levantamento realizado a partir da SEIDH, Nascimento (2016) descreve que no estado de Sergipe, apenas o município de Capela trabalha com a modalidade de acolhimento Família Acolhedora. Possuindo apenas uma instituição, a Família Acolhedora *Acolher para Cuidar*, abrange capacidade para apenas uma criança e/ou adolescente, ganhando outro segmento quando a situação envolve grupos de irmãos.

Um ponto bastante relevante é tocado pela autora quando a mesma menciona que as famílias, quando cadastradas no serviço de Família Acolhedora, selecionam o perfil do acolhido, dando preferência exclusivamente a crianças. À vista disso, Nascimento (2016, p.59) completa afirmando que “as famílias cadastradas no serviço não querem atender adolescentes e grupos de irmãos. Assim, mostra-se fragilidade deste serviço no Estado (...)”.

Paralelo a isso, é importante considerar que durante a reunião com as duas assistentes sociais da SEIAS, mencionada anteriormente, uma delas afirmou, na ocasião, que a modalidade de acolhimento *‘Família Acolhedora’* é inexistente no estado de Sergipe. Existe grande possibilidade de que tal modalidade, ativa somente no município de Capela, tenha sido extinta em decorrência da preferência das famílias cadastradas pelo público infantil. Faço uso de tal argumento referindo-me como possibilidade devido à ausência de dados concretos a respeito dessa variante do acolhimento. Isso porque, o acesso aos espaços, sejam órgãos ou secretarias vinculadas às políticas de assistência para crianças e adolescentes tanto no estado quanto no município, têm-se mostrado dificultoso.[13]

Nesse contexto, busco analisar, sobretudo através da pesquisa de campo, como as instituições de acolhimento em Aracaju estão distribuídas atualmente. Considerando que até o período de realização da pesquisa de iniciação científica mencionada anteriormente, a qual ocorreu entre 2018 e 2019, as modalidades de acolhimento eram divididas entre *abrigos* e *casas-lares*, objetivou-se compreender se as diretrizes inseridas no ECA estão sendo efetivadas e ampliadas na atualidade**.**

[13] Descrevo de forma detalhada o processo de inserção no campo bem como as dificuldades enfrentadas no segundo capítulo.

CAPÍTULO II – JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 Juventudes e políticas públicas: sujeitos de direitos?

Dentro do campo sociológico, a categoria juventude foi construída socialmente no âmago da sociedade moderna, onde a perspectiva de socialização passava pela esfera econômica através do processo de industrialização. Para a socióloga Abramo (2005, p.40), houve um maior desenvolvimento dessa categoria no século XX, compreendida como necessária para "um tempo a mais de preparação (uma segunda socialização) para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe".

Em conformidade com a antropóloga Regina Novaes (2007), é importante reconhecer que a categoria juventude não deve ser universalizada, pois esse seria um dos modos de apagar as subjetividades e experiências que cada um vivencia, isso porque existem diversos contextos a serem considerados. Nesse sentido, Novaes (2007, p.1) pontua que "ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação". A importância de não universalizar a categoria juventude dentro dos debates sociológicos, vincula-se à necessidade de acessar realidades que perpassam o aspecto da faixa-etária.

Na percepção da socióloga Maria Da Glória Gohn (2013), por sua vez, a categoria juventude está relacionada aos processos que são experimentados a partir de determinada faixa-etária. A autora aponta que na sociologia, tal categoria se articula em dois eixos. O primeiro diz respeito aos debates que são feitos a partir dos aspectos geracionais. O segundo ganha maior enfoque a partir de características socioeconômicas. A partir disso, os jovens são classificados como sendo "dotados de certas características que geram ações e produzem impactos; são, portanto, atores coletivos que desempenham papéis específicos na sociedade" (DA GLÓRIA GOHN, 2013, p.205).

Refletir sobre a condição de autonomia é essencial, pois quando oferecida aos jovens, pode interferir no modo como possam vir a interagir em distintos ambientes. A maneira como os jovens agem diante das diversas situações vivenciadas, sejam elas durante ou depois da inserção nas instituições de acolhimento, pode nos possibilitar respostas quanto aos aspectos socialmente estruturados, os quais estão

conectados diretamente às narrativas individuais a partir dos modos de interação social. (PIMENTA, 2014). Isso também reflete no modo como os jovens muitas vezes são projetados como “vitrine” daquilo que se expõe dentro de conflitos sociais, gerando consequentemente possíveis tensionamentos e acabem por “se rebelarem contra uma ordem que fala por eles e, concomitantemente, os exclui. Promete-se a eles o futuro, e deles é retirado o presente [...]” (DIÓGENES, 2012, p. 112).

De acordo com Pais (1990, p.140), “a juventude começa por ser uma categoria socialmente manipulada e manipulável e, como refere Bourdieu, o fato de se falar dos jovens como “unidade social”, um grupo dotado de “interesses comuns””. O autor destaca que atribuir interesses específicos a uma dada faixa etária, demonstra que existe um modo de manusear essa categoria. Por sua vez, para a socióloga Lia Pappámikail (2011, p.82) “pode-se afirmar com certa segurança, que a juventude, tal como se concebe atualmente (na sua dupla vertente de fase da vida e categoria social), é um produto da modernidade”.

É importante ressaltar que a definição de infância e adolescência também está fundamentada na construção social, também em um viés de cunho administrativo, lícito e institucional. Diante disso, consequentemente são criadas expectativas no âmago da esfera social com relação às repercussões que os grupos de jovens e adolescentes reverberam, na maioria das vezes referenciadas como possibilidades de causar riscos à sociedade (PERALVA, 1997; PIMENTA, 2014).

Abramo (1997) expõe a concepção de juventude como transmissora da noção social, tal qual carrega conceitos baseados no campo da sociologia funcionalista, constituindo-a como categoria de análise partindo da concepção de que a juventude corresponde a:

> [...] um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos. É, assim, o momento crucial no qual o indivíduo se prepara para se constituir plenamente como sujeito social, livre, integrando-se à sociedade e podendo desempenhar os papéis para os quais se tornou apto através da interiorização dos seus valores, normas e comportamentos. (1997, p. 29)

Em conformidade com Malfitano (2011), para discutir os processos de experiência das juventudes, é necessário que a condição de classe social seja considerada. Para a autora, (2011, p.524) “a estrutura socioeconômica capitalista da sociedade ocidental define uma importante vertente de análise que também cria diferenças nas possibilidades de vivência das juventudes”. O acesso aos direitos

básicos como “direitos sociais – como educação, cultura, saúde e outros –, aos bens materiais e a possibilidade de inserção no mundo do trabalho” são fatores que interferem na análise das perspectivas juvenis, assim como ocorre com as percepções destes com relação a etapa de transição para a vida adulta.

A socióloga Lia Pappámikail (2011) toca na reflexão menciona acima quando destaca que as fases de transição são avançadas de forma precoce, quando por exemplo ocorre o “salto” da infância para a vida adulta em função da entrada no mercado de trabalho ou a partir da construção de relações conjugais. Assim como tantos outros estudiosos do campo das juventudes, a autora aponta que a ideia de juventude enquanto protagonista de um processo de transformação, desenvolvimento e aprendizagem, foi por muito tempo “reservada a um conjunto restrito de indivíduos - no masculino sobretudo -, privilegiados do ponto de vista socioeconômico, com tempo e espaço para a construção de si (...)” (PAPPÁMIKAIL, 2011, p.84).

Tendo em vista que as discussões sobre transição no ciclo de vida podem gerar dificuldades diante dos processos de socialização, é de grande relevância considerar que possibilidades de diálogo entre o jovem institucionalizado e demais espaços precisam de um outro olhar no campo das juventudes, passando por meios estratégicos de modo que seja possível pensar, também, o campo das interações sociais. Para Diógenes (2012, p.109), é nítida a condição de “abismo entre as linguagens e práticas juvenis instituintes e os campos disciplinadores, repressores e de natureza compensatória promovidos pelas políticas públicas”.

É a partir do diálogo entre instituição e institucionalizado que Pacheco (2018) pondera a necessidade de refletir sobre o impacto causado pelo tempo prolongado dos jovens dentro das instituições. Nesse sentido, é importante lembrar que aqueles cuja permanência na instituição é prolongada, diz respeito ao fato de não ter alcançado outras possibilidades, como a reinserção familiar, por exemplo. Quando a permanência da criança ou adolescente se estende de maneira contínua, o jovem acolhido acaba encontrando no abrigo “o lugar que se configura também como círculo primário, ocupando o espaço do privado, onde o processo de diferenciação é menor, o que pode causar uma sensação de invisibilidade” (PACHECO, 2018, p.68).

É importante ressaltar que dentro dessa condição de círculo primário, existem grandes possibilidades de adolescentes e jovens experienciarem os espaços físicos de acolhimento como condição de socialização primária no sentido de enxergarem estes espaços como referência. Nesse contexto, torna-se importante realçar os olhares lançados para as perspectivas desse grupo – adolescentes e jovens

acolhidos, pois, para Leccardi (2005, p.36), “[...] o futuro é o espaço para a construção de um projeto de vida e, ao mesmo tempo, para a definição de si: projetando que coisa se fará no futuro, projeta-se também, paralelamente, quem se será”.

Quando pensamos nas perspectivas de futuro que esses jovens possuem, nos remetemos às condições que estes enfrentam nos espaços de acolhimento. Para Leccardi (2005), o sentimento de positividade durante a experiência dos jovens no presente, pode influenciar diretamente no modo como esses enxergam suas perspectivas futuras. Para a autora,

> O tempo de vida juvenil, graças à relação positiva com o presente, construída em torno do devir que ela prefigura, pode ser representado como um tempo de espera ativa, uma fase que deve consentir uma transição por sua vez positiva para a idade adulta. (2005, p.35)

Ao mencionar a ideia de futuro a partir da realidade de crianças, jovens e adolescentes em vulnerabilidade social, especificamente aqueles (as) que chegam aos espaços de acolhimento, verifica-se que existem diferentes razões e perspectivas de vida que os fazem chegar em determinados espaços, aqui mencionado especificamente os espaços de acolhimento. Rizzini e Rizzini (2004) destacam algumas situações responsáveis por levar esse público aos respectivos espaços:

> a) Levados por suas próprias famílias, quando se encontram sem condições de prover os cuidados necessários; b) Encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude. São casos em que ocorre o abandono, principalmente quando ainda bebês; outros em decorrência da necessidade de proteção perante situações de violência; ou ainda para cumprir medidas estabelecidas de privação de liberdade; c) Por eles mesmos, quando em busca de auxílio ou de *abrigo*, devido a casos de violência, risco de vida ou pobreza extrema da família; d) Através de outros agentes, em ações de recolhimento forçado, realizadas por determinação dos governos estaduais e municipais. Neste caso enquadram-se as crianças e adolescentes encontrados nas ruas, os quais são levados às instituições de triagem. Estas ações, quase sempre, incluem assistentes sociais e aparato policial ou similar. Crianças e adultos por nós entrevistados referiram-se a estes episódios como bastante violentos (...). (2004, p.53)

Considerando todos esses fatores que podem gerar a inserção de crianças, adolescentes e jovens nos espaços de acolhimento, percebe-se que as individualidades de cada um que compõem estas dependências, são ignoradas desde a razão pela qual são retirados dos seus espaços de convivência familiar e comunitária. Esse tem sido um dos motivos para a realização da presente pesquisa. A carência de um local de fala e escuta destinado a esse público fortalece a concepção de que “o sistema funciona de tal maneira que, nos programas de atendimento à criança e ao adolescente, a última voz que parece importar é, de fato, a deles” (RIZZINI, RIZZINI, 2004, p.54).

Perpassando a condição de negligência com a realidade e vivência de cada indivíduo que adentra nas instituições de acolhimento, é importante reiterar que em períodos específicos, as práticas de acolhimento eram vistas como ferramentas de controle e responsáveis por condicionar uma política higienista. Entre o século XIX e início do século XX, as denominações que eram atribuídas aos jovens demonstram como a individualidade de cada um era estigmatizada. Segundo Rizzini e Rizzini (2004), o "atendimento privilegiado" nessas épocas era:

> O internato onde os filhos dos pobres ingressavam categorizados como *desvalidos, abandonados, órfãos, delinqüentes* e outras denominações que vão substituindo as antigas, conforme a incorporação das novas tendências assistenciais e as construções ideológicas do momento. Desde a constituição de um aparelhamento oficial de assistência e proteção ao *menor*, principalmente a partir da criação da FUNABEM e da Política Nacional de Bem-Estar do Menor, o mote "internação como último recurso" foi sempre repetido, mas pouco seguido. De um lado, a busca pela "segurança nacional" e as relações clientelistas, pressionaram o sistema de vagas nos internatos, dificultando a aplicação da orientação da não-internação. Por outro lado, as diretrizes da PNBEM constituíram uma construção ideológica, justificadora da necessidade de intervir sobre o chamado menor *carente* ou *abandonado*, não necessariamente comprometida com a aplicação de suas orientações ao "pé da letra". (2004, p.67)

Concomitantemente, a utilização do termo *menor*[14]acaba caindo em desuso em consequência das concepções de infância que eram discutidas recorrentemente naquela época, sobretudo em razão da necessidade de enxergar crianças, jovens e adolescentes como sujeitos dignos de direitos. Tudo isso ocorreu sobretudo por intermédio da "Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança (1989) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), marcando um novo olhar também sobre as práticas de atenção a este grupo" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.68).

Sobre o contexto da institucionalização de crianças e adolescentes em âmbito nacional, Rizzini e Rizzini (2004, p.68) mencionam que existiram avanços e retrocessos. Uma das mudanças regidas responsável por alçar novos olhares para as práticas de acolhimento institucional trata-se do "repúdio à ideia de privação de liberdade e de afastamento das crianças de suas famílias e comunidades". Esse é um ponto discutido com frequência entre os estudiosos do campo das políticas públicas no tocante ao acolhimento institucional pelo fato de que, mesmo com a explicitação

[14] Segundo Rizzini e Rizzini (2004, p.68) "A categoria "menor" é construída para designar a criança objeto da Justiça e da Assistência, tornando-se o alvo das políticas de internação." "[...] O *menor* é identificado como o alvo privilegiado de políticas paternalistas, voltadas para o controle e a contenção social, especialmente a partir da instauração da República, quando o Estado se volta para a construção de políticas centralizadoras dirigidas a essa população. Foi justamente uma instituição de controle social, a polícia, quem primeiro atuou no esforço de identificação desse grupo social (os *menores*)."

no ECA, de que o abrigamento deve ser uma medida excepcional e provisória, na prática, esta medida se torna inviável em muitas situações, causando o descumprimento legal.

O ECA dispõe que a política de acolhimento aos direitos da criança e do adolescente seja constituída através de articulações entre órgãos governamentais e não governamentais em âmbito federal, estadual e municipal. A partir disso, entende-se que existe determinada autonomia no campo de atuação de cada uma dessas esferas. De acordo com Souza e Brito (2015, p.43), essa autonomia "permite que as especificidades locais sejam consideradas, rejeitando-se a ideia de um único modo de atuação em todo o território nacional". No Art. 90 do Capítulo II sobre as disposições das Entidades de Atendimento, o ECA estabelece que as próprias entidades de atendimento devem se responsabilizar pela dinâmica organizacional dos respectivos espaços. Desse modo, pontua-se que "são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados às crianças e adolescentes(...)".

Diante disso, as entidades e órgãos de cada estado e município necessitam manter-se atualizados sobre qualquer alteração vigente no Estatuto, de modo que sejam articuladas e postas em prática estratégias específicas que atendam às condições predispostas na respectiva legislação. Um exemplo relacional das diretrizes estaduais e municipais com a autonomia para a execução dos serviços fica evidente quando, mesmo o ECA mencionando a *República* como uma das modalidades de acolhimento destinadas aos jovens que completam a maioridade civil ainda em unidades de acolhimento, no estado de Sergipe, essa modalidade inexiste, segundo a Coordenadora da Referência Técnica da Criança e do Adolescente da SEIAS.

Em conformidade com Sposito e Carrano (2003, p.17)), a concepção de políticas públicas "está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto [...]". Marcon et.al (2021, p.152), por sua vez, reitera que "[...] as políticas públicas também podem significar a atuação, omissão ou negligência governamental sobre uma demanda".

Por conseguinte, é possível pensarmos como a fragilidade diante do norteamento das políticas públicas no que se refere aos órgãos que deveriam assegurar direitos básicos para os (as) jovens que enfrentam condições de vulnerabilidade, pode estar situada também nas políticas responsáveis pelo

gerenciamento das instituições de acolhimento. Lembrando que os jovens que dependem do funcionamento das *repúblicas* nos pós desligamento, tiveram as possibilidades de reinserção familiar esgotadas. A respeito das políticas públicas para as juventudes, é importante acentuar que se trata de um fato recente, no que diz respeito a institucionalização de um conjunto de direitos especificados em Lei, pois, em conformidade com Marcon et.al (2021),

> Em sintonia com o surgimento da juventude enquanto objeto de debate nas/para as políticas públicas no Brasil, em 1990, a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representou um avanço nesse campo após intensa mobilização social. Contudo foi apenas no ano de 2013 que as juventudes conquistaram um estatuto legislativo próprio, ou seja, o Estatuto da Juventude (Lei nª 12.852/2013) (...). (2021, p.153-154)

A respeito da fragilidade que permeia determinadas políticas públicas, Alves (2007, p.2) menciona que esses serviços não devem ser considerados complexos “ou custoso para a sua implantação, embora mereça alguma atenção em sua concepção. Sendo públicos, os serviços e programa deverão atender aquelas necessidades mais prementes da população”. A ideia de políticas públicas, para a autora, deve representar a responsabilidade em articular “ações governamentais ou não governamentais e que têm por objetivo atender a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, temos Políticas de saúde, educacionais, habitacionais, de saneamento, entre outras”. No documento que rege as orientações técnicas para serviços de acolhimento, menciona-se a importância de compreender que as políticas direcionadas para o campo do acolhimento institucional devem ser vistas numa perspectiva intersetorial, ou seja, como um conjunto de políticas que devem caminhar juntas (BRASIL, 2009).

Seguindo esse parâmetro de políticas públicas em suas diferentes variantes, é importante pensarmos no modo como são distribuídas e se de fato são acessíveis para todos (as). Malfitano (2011) aborda essa questão ao mencionar a importância de se atentar aos indivíduos/grupos que acessam determinados direitos. Assim, a autora pontua:

> O acesso aos direitos sociais – como educação, cultura, saúde e outros –, aos bens materiais e à possibilidade de inserção no mundo do trabalho são elementos relevantes para se refletir sobre quem é o jovem e quais as perspectivas e possibilidades nesse estágio de liminaridade e transição para a vida adulta. (2011, p.524)

Em seu estudo etnográfico sobre juventudes e contemporaneidades, Malfitano (2011) aborda o contexto de jovens em situação de rua, os quais necessitam do aporte de políticas públicas e sociais. A autora cita um caso específico, apontando-o como

uma exceção. A autora afirma que Lucas - o caso em que ela cita -, alcançou a independência financeira após ter completado a maioridade, contudo, ressalta que "sua trajetória pode ser interpretada como uma exceção, dado o pouco alcance das ações efetivas promovidas pelas instituições sociais para a autonomia dessa população, permanecendo, "apenas", no escopo da tutela" (p.524). Em contrapartida a este caso, Malfitano também observa que as tentativas de universalizar a visão sobre as juventudes são recorrentes, "considerando-a indistintamente como um grupo único, para o qual se lança o olhar como "problema político" necessitando de intervenção e de "controle"" (p.525).

No tocante às práticas de controle em que Malfitano menciona anteriormente, pensar quais consequências podem ser geradas a partir dessas práticas direcionadas aos jovens, nos leva a pensar que esses hábitos, ainda que tenham ocorrido de modo efervescente durante o período em que se instaurou o Código de Menores, as consequências e reflexos do respectivo período podem ocorrer de forma sutil. Um ponto importante para refletirmos a respeito, diz respeito às práticas de institucionalização serem efetivadas, muitas vezes, como um recurso que parece não ser o último, mas sim o mais fácil.

A antropóloga Regina Novaes (2007, p.2) faz um debate interessante ao relacionar a categoria juventude às perspectivas geracionais, levando em consideração as consequências que os jovens enfrentam diante dos fatores que são atravessados pela globalização. A autora menciona que, "para além do aspecto biológico, e apesar dos abismos sociais existentes, ser jovem em um mesmo tempo histórico é viver uma experiência geracional comum". A autora faz um comparativo a partir do campo geracional situando a similaridade de jovens que vivem em um mesmo tempo social para acessar determinadas condições no campo socioeconômico. À vista disso, a autora afirma:

> Os jovens do século XXI, que vivem em um mundo que conjuga um acelerado processo de globalização e múltiplas desigualdades sociais, compartilham uma experiência geracional historicamente inédita. Para além das evidentes distâncias sociais que os separam, os jovens de hoje vivem em um momento no qual a tensão local-global se manifesta no mundo de maneira contundente. Nunca houve tanta integração globalizada e ao mesmo tempo, nunca foram tão agudos os processos de exclusão e profundos os sentimentos de desconexão. (2007, p.2)

Nesse viés, podemos observar que o processo de globalização é responsável por gerar um sentimento de desconexão comum entre os jovens, todavia, as consequências da exclusão não devem ser consideradas iguais para todas as

realidades. O fato é que, embora diversos jovens de distintas classes sociais demonstram medo e insegurança com a realidade marcada por avanços constantes na tecnologia, e, consequentemente a escassez no mercado de trabalho, o peso que estes fatores geram são sentidos de diferentes formas dependendo da classe social em que o sujeito seja pertencente, assim como a interferência de outros marcadores sociais como questão étnico racial e de gênero. Situando a relação entre juventude e mercado de trabalho, a qual se apresenta recorrentemente nas discussões sobre juventudes, Malfitano (2016) cita:

> Bourdieu (1986) considera que o “problema da juventude” se instala quando há a crise no mundo do trabalho e novas desigualdades estabelecidas. Assim, constrói-se a visão uniforme e globalizada da juventude como “problema político”, instalado na esfera pública e que interfere na dinâmica social (Abad 2003). Porém, é preciso assinalar que se trata de uma visão direcionada aos jovens de grupos populares, na invisibilidade de sua multiplicidade sociocultural e na compreensão pasteurizada da necessidade de seu controle para a ordem. (2016, p.525)

Com isso, é comum que os jovens “optem” por prolongarem a juventude adiando o processo de inserção no mercado de trabalho, tendo em vista que a entrada no mercado de trabalho contribui com o sentimento de pertencimento à fase adulta. (MALFITANO, 2016; PAIS, 2009). Se por um lado o prolongamento da juventude surge como uma opção, por outro lado existe um impasse que não permite todos os jovens acessarem tal possibilidade.

A espera é diferente quando se trata de jovens de classes pauperizadas. Regina Novaes (2007, p.1) utiliza o conceito de moratória social ao mencionar que a perspectiva das juventudes varia de acordo com as condições atribuídas como "pré-requisito" para a experiência juvenil. Tais atribuições podem ser postergadas dependendo da condição e posição socioeconômica dos jovens, pois, “em uma sociedade marcada por grandes distâncias sociais, são desiguais e diferentes as possibilidades de se viver a juventude como “moratória social”, tempo de preparação”.

Vasconcelos (2009) faz um apontamento interessante para a necessidade de pensarmos uma legislação que assegure os direitos dos jovens de modo que reconheçam as pluralidades juvenis. É importante pontuar que o autor publicou o trabalho aqui mencionado em 2010, ou seja, o Estatuto da Juventude não tinha sido instituído, uma vez que foi promulgado em 5 de agosto de 2013, sob a Lei de Nº 12.852. No momento em que o autor desenvolveu a referida pesquisa, ressalta a importância de um Estatuto que assegure os direitos dos jovens assim como o ECA dispõe (se não na prática, mas em termos de legais existe uma norma que evidencia

direitos e deveres para crianças e adolescentes). Em consonância, podemos verificar que o autor toca em um ponto importante sobre a fragilidade de políticas para as juventudes, assim sendo, sua reflexão nos permite enxergar uma realidade que continua sendo compactuada no que tange um grupo específico. Concomitante a isto, o autor afirma:

> No âmbito dos Estados e Municípios, experiências anteriores de coordenadorias, secretarias, departamentos e divisões da juventude formaram o embrião de uma rede nacional de políticas públicas para a juventude. Contudo, apesar de alguns avanços, no geral, em virtude da falta de uma maior articulação entre os espaços institucionais, bem como a ausência de um plano nacional de juventude, contribuem para que a maioria dos programas e ações tenha alcance limitado. (2009, p.114)

Observar os avanços trazidos com políticas públicas específicas é de extrema importância, bem como observar se sua efetividade de fato ocorre, numa visão macro e micro. No decorrer da pesquisa, questões que colocam em pauta a efetividade de políticas públicas voltadas para o contexto do acolhimento serão abordadas a partir da realidade do município de Aracaju.

2.2 A Entrada no Campo e alguns Entendimentos Metodológicos

Compreendendo a complexidade da pesquisa em que são envolvidos dois eixos temáticos para as discussões que aqui são traçadas (juventudes e instituições de acolhimento), faz-se necessário delinear algumas estratégias metodológicas. Antes de abordar quais ferramentas metodológicas foram utilizadas para dar encaminhamento à pesquisa, pontuo que o método qualitativo é responsável por embasar todo o trabalho, tendo em vista que tal método “se ocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2007, p. 21).

Com a presente pesquisa propus traçar uma discussão acerca das experiências e vivências de jovens que utilizam os serviços de acolhimento no município de Aracaju. Por consequência, este trabalho também se debruça de maneira inspirada no método etnográfico do antropólogo Clifford Geertz a partir da observação direta, absorvendo a concepção de que a etnografia gera um movimento responsável por envolver o pesquisador como sujeito intérprete desde o contato teórico com o objeto de pesquisa até a prática sistematizada pela fase empírica. A partir disso, o autor compreende que “a etnografia é interpretativa; o que ela interpreta

é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o "dito" num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis" (GEERTZ, 2008, p.15).

Para seguir com este formato, foi necessário trabalhar com a divisão de algumas etapas para melhor encaminhar as fases durante o processo de amadurecimento do trabalho. A primeira etapa contou com a pesquisa bibliográfica, a qual foi suscitada também em virtude do meu envolvimento com o Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTs). Em conformidade com Gil (2008, p.50), "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Desse modo, esta fase da pesquisa buscou o aprofundamento em referenciais teórico-metodológicos a partir dos eixos sobre políticas públicas, juventudes e instituições de acolhimento.

Nesse sentido, considero importante ressaltar que ao longo do trabalho, utilizou-se alguns referenciais que tratam as categorias aqui trabalhadas sob o viés de outros campos, como o serviço social e a psicologia, por exemplo, haja vista que essas são algumas das áreas com grande interesse e vínculo com o tema em questão. Ou seja, considerando que os estudos responsáveis por abranger o referido tema se concentram em outras áreas de estudo, o referencial teórico utilizado possibilita um diálogo com múltiplos olhares.

A segunda etapa se concentrou na pesquisa documental. Considerando os objetivos que aqui foram traçados, o acesso a documentos construídos em âmbito legal cujo foco foi traçar os principais panoramas para o campo do acolhimento institucional, tornou-se fundamental. Esta etapa cumpriu a função de análise das legislações construídas em âmbito federal no que diz respeito às políticas públicas para a infância, adolescência e juventude, com ênfase para o contexto das práticas de acolhimento. Em concordância com Gil (2008, p.51), "a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa". Nesta etapa, portanto, foram analisados documentos como Código de Menores; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Estatuto da Juventude, e o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

Para a realização da etapa sobre o campo empírico, algumas ferramentas técnicas foram adotadas. A princípio ocorreram algumas reuniões em espaços até então considerados essenciais para a criação de um vínculo em que a pesquisa pudesse ser vista como proposta pesquisável. O primeiro contato se deu através das

reuniões com a coordenadora da Referência Técnica da Criança e do Adolescente vinculada à Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (SEIAS), com o intuito de apresentar a proposta da pesquisa bem como demonstrar os principais objetivos traçados. Como resultado, os contatos de algumas pessoas responsáveis por outros órgãos - vistos como sendo os mais próximos em acordo com o foco da pesquisa - foram repassados, mas nenhuma alternativa foi concretizada no dado momento.

A partir do contato com outros agentes, cheguei até o coordenador da Proteção Social Especial vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo em vista que a pesquisa se debruça sobre o recorte territorial no município de Aracaju. Como retorno, consegui a liberação da secretária-chefe para dar procedimento à pesquisa. No entanto, alguns empecilhos burocráticos surgiram fazendo com que a pesquisa seguisse a abordagem diante de outras alternativas. Posteriormente, participei de uma reunião com a equipe técnica do Abrigo Caçula Barreto, onde pude absorver informações necessárias no que se refere ao contexto do acolhimento institucional em Aracaju.

Na ocasião, estiveram presentes a coordenadora do abrigo, que é assistente social, a psicopedagoga, a pedagoga que no presente momento estava como educadora da instituição, uma estagiária do curso de serviço social e um estagiário do curso de psicologia. A equipe técnica conta, ainda, com uma psicóloga, que por motivos de saúde não pode estar presente na reunião. Esse contato ocorreu como sugestão da própria coordenadora do abrigo, ao pontuar que devido ao tempo curto para execução da pesquisa, acessar diretamente o público acolhido em unidades de acolhimento na modalidade abrigo ou casa-lar iria demandar muito tempo até que as etapas burocráticas fossem totalmente cumpridas, uma vez que somente a deliberação da Secretaria Municipal de Assistência Social não seria suficiente para acessar o público que se encontrava sob medida protetiva.

Para este encontro, elaborei um roteiro com perguntas e questões a serem utilizados como guia, a fim de que questões essenciais para a compreensão histórica e funcional dos serviços de acolhimento no município de Aracaju não ficassem para trás. A entrevista foi gravada com o consenso e autorização, assinada pelos que participaram com alguma manifestação, sendo, posteriormente, transcrita na íntegra para subsidiar a pesquisa durante a execução da segunda etapa (entrevista com as

jovens da república) bem como para fomentar a análise de categorias e construção do texto posteriormente.

Menciono estas etapas para demonstrar que pesquisas, quando trabalhadas numa dimensão empírica, são atravessadas por várias espacialidades, sendo um processo gradativo, não sendo reduzido a uma dada execução linear. Nesse contexto, todos esses acontecimentos mencionados acima foram registrados em diário de campo, com o intuito de que nenhuma informação fosse deixada para trás, bem como para que fossem utilizados cuidadosamente durante as análises e elaboração do texto de dissertação.

Um outro momento responsável por permear a etapa que diz respeito ao campo empírico foi a realização de entrevistas com jovens mulheres que utilizam o serviço de acolhimento institucional na modalidade *República*.[15] Essa visita contou com um agendamento prévio com a coordenadora da república. Além disso, foi necessário remarcarmos a visita algumas vezes, considerando que as jovens tinham um choque de horário devido às demandas do dia a dia, como trabalho e estudo, por exemplo. Para o encontro, foi produzido também um roteiro para servir como guia, visando tocarmos em pontos específicos, sem que a ideia de uma conversa ficasse desprendida.

Por se tratar de um espaço que conta com um público diverso e plural, cada qual carregando uma vivência e experiência própria durante sua passagem pelas distintas modalidades de acolhimento, optei por entrevistá-las individualmente, a fim de que a resposta de uma não influenciasse na fala da outra. Para além disso, o roteiro-guia também contou com questões que pontuavam a experiência desse público estando na república, desse modo, me certifiquei de que poderiam surgir questões associadas à convivência, e possivelmente as jovens se sentiriam cerceadas para responderem tais pontos. Considerei, também, que a conversa individual daria um outro panorama para a privacidade de cada uma.

As entrevistas foram registradas através do mecanismo de gravação de áudio, posteriormente sendo transcritas na íntegra. Durante as transcrições, optei por manter a oralidade das falas exatamente como foram expressadas, tanto com a entrevista/reunião com a equipe técnica do abrigo, quanto com as jovens da república.

[15] No próximo tópico, verso sobre como cheguei nessa modalidade enquanto ferramenta de análise, pois trata-se de uma descrição aprofundada da minha experiência em contato com o campo.

Em ambos os casos, considero fundamental manter fidedignidade às falas, pois, no primeiro caso o objetivo foi não deixar passar nenhuma informação fundamental acerca do contexto do acolhimento em Aracaju. No segundo caso, mediante as entrevistas com as jovens, priorizei a oralidade em sua essência, com o intuito de que suas subjetividades fossem expostas a partir de suas expressões.

Uma outra ferramenta utilizada para dar seguimento a pesquisa e seguir com a inferência dos resultados qualitativos, foi a técnica de análise de conteúdo. De acordo com Minayo (2009, p. 82) a análise de conteúdo "surgiu no início do século XX, num cenário em que predominava o behaviorismo". A autora lembra que tal técnica passou por algumas alterações e modos de efetivação, pois trata-se de uma técnica inicialmente utilizada apenas em estudos de cunho quantitativo. Após discussões entre teóricos e estudiosos sobre a finalidade de tal ferramenta, encontrou-se uma conciliação entre os dois termos. Para Bauer (2002, p.190) *apud* Minayo (2009, p.83), "no divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos".

De acordo com Bardin (1979), a análise de conteúdo proporciona ao investigador/pesquisador, um interesse específico em consequência de muitos fatores serem latentes, escondidos e não manifestados de forma explícita. Para a autora, a análise de conteúdo trata-se de

> Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (1979, p.42)

Tal técnica possibilita que o pesquisador sistematize as informações adquiridas durante a realização de estudos, permitindo que a forma como os dados serão inferidos atenda a necessidade de cada pesquisador a partir da perspectiva de seu objeto de análise. À vista disso, Bardin (1979, p.42) acentua que a respectiva técnica "tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens".

2.3 Organização da Assistência Social na perspectiva do acolhimento

Compreendo que meu contato com o campo se iniciou a partir do primeiro

deslocamento para a busca de informantes que fiz visando a coleta de informações junto às instituições e órgãos responsáveis pelo gerenciamento de políticas direcionadas para o campo do acolhimento institucional em Aracaju.

Partindo desse ponto de vista, destaco que foi feito um mapeamento sobre a organização das políticas de assistência social na perspectiva das instituições de acolhimento em Aracaju, através da utilização dos sites vinculados à política de assistência social no estado de Sergipe, assim como no site vinculado à Prefeitura de Aracaju. Destaco que algumas informações mencionadas nos respectivos sites, não seguiam total veracidade quando comparadas com a realidade apresentada através dos relatos da coordenadora do Abrigo Caçula Barreto durante realização da entrevista. Neste viés, Souza e Brito (2015), responsáveis por uma das pesquisas realizadas sobre o contexto funcional das instituições de acolhimento em Aracaju, mencionam que:

> a fim de que planos de ação possam ser criados e implantados nos diferentes municípios brasileiros faz-se indispensável o mapeamento da situação local para que, a partir dos dados levantados, possam ser elaboradas estratégias de atuação. A descentralização político administrativa pertinente à política de atendimento descrita no ECA (1990) também engloba as entidades destinadas ao acolhimento institucional de crianças e de adolescentes [...]. (2015, p.43)

Por se tratar de uma pesquisa de tamanha complexidade envolvendo sujeitos tutelados sob medida protetiva -, muitas informações que ajudariam a pesquisa a ter melhor procedência em termos de efetivação com o campo, acabam ficando restritas somente aos gestores e demais profissionais das unidades de acolhimento. Desse modo, o contato com esses espaços acaba se tornando difícil em decorrência das várias limitações.

Para compreender melhor como ocorreu o processo de inserção no campo, torna-se necessário discorrer sobre os serviços de assistência social no estado de Sergipe, sendo articulados também com o município de Aracaju. Dentro desses encargos, segue-se uma divisão para que as políticas sejam distribuídas para cada grupo e situação específica.

No âmbito estadual, existe a Proteção Social Básica (PSB) que é gerenciada através dos 109 Centros de Referência de Assistência Social distribuídos pelo estado, assim como contam também com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência[16].

No que diz respeito à Proteção Social Especial (PSE), existe uma divisão entre média e alta complexidade. Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são responsáveis pelos serviços que são oferecidos para “famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos”. Além dos centros de referência, os serviços de média complexidade abrangem o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP e Centro DIA: unidade responsável pelo atendimento especializado para jovens e adultos deficientes.

Ainda no âmbito da média complexidade, existe o Serviço de Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI), cujo apoio é direcionado sobretudo para indivíduos e/ou membros familiares em situação de ameaça ou violação de direitos. A abordagem social também está vinculada à média complexidade. Trata-se de um serviço especializado que consiste em processos de busca de indivíduos que estejam em condições de exploração sexual, trabalho infantil ou situação de rua, tudo isso destinado especialmente para o público infanto-juvenil. Para jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, existe o órgão responsável pela Liberdade Assistida (LA) bem como o Serviço de Prestação Continuada (PSC).

Já no campo da alta complexidade, em que a pesquisa ganha maior foco, são ofertados serviços especializados em assegurar segurança e acolhimento para indivíduos afastados, ainda que temporariamente, do núcleo familiar e comunitário. Em termos de serviços nos âmbitos estadual e municipal, a alta complexidade conta com: 02 Abrigos Estaduais Regionais; 11 Abrigos Municipais; 04 Abrigos Municipais Regionais; 13 Casas-Lares Municipais; 09 Casas-Lares Regionais; 01 República Municipal para Jovens. No total, são 39 unidades implantadas em 33 municípios sedes e 42 municípios vinculados, somando 75 municípios com cobertura de acolhimento.

Estas informações são apresentadas tomando como escopo a perspectiva da organização da assistência social em âmbito estadual. Quando analisamos a organização em termos de municipalização, nota-se que a estrutura se assemelha em

[16] Informações retiradas do portal da Assistência Social do Estado de Sergipe, disponível em: https://www.inclusao.se.gov.br/servicos-e-programas/ acesso: 29/12/2021

alguns pontos, enquanto outros ganham outro destaque. Compreendendo que tal estrutura influencia no modo como as políticas de assistência são aplicadas e executadas, elaborei dois fluxogramas ilustrativos para demonstrar especialmente como a estrutura se distingue em duas vertentes: a proteção social especial de média complexidade e a proteção social especial de alta complexidade.

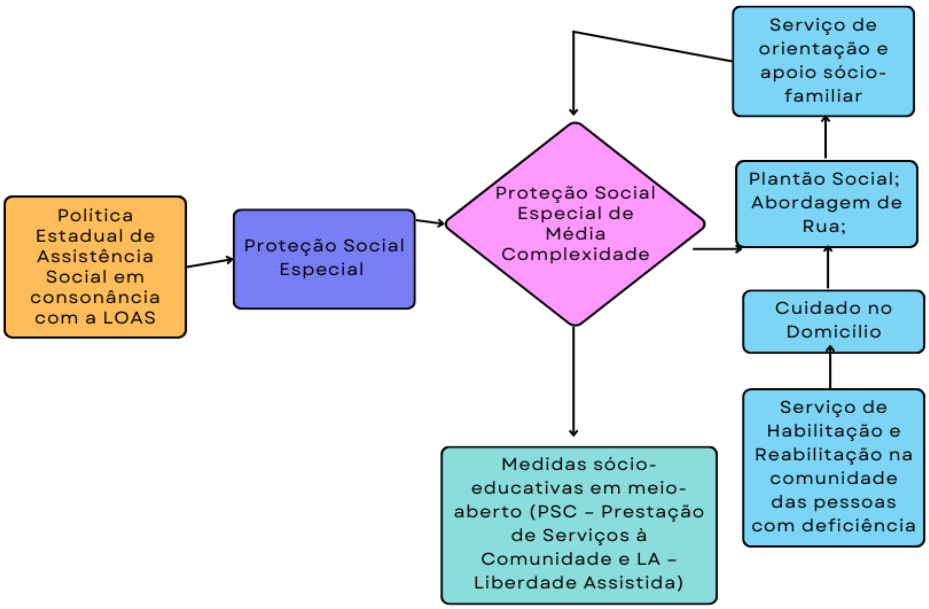

Figura 01: Fluxograma referente a organização da Proteção Social Especial da Média Complexidade.
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados apresentados no site da Prefeitura de Aracaju.

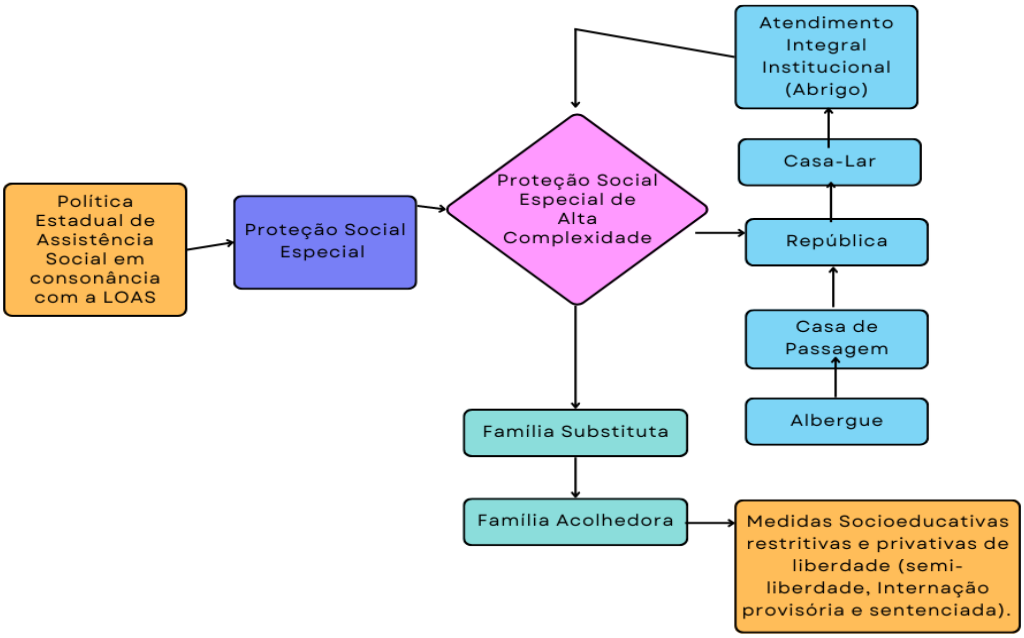

Figura 02: Fluxograma referente a organização da Proteção Social Especial da Alta Complexidade.
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados apresentados no site da Prefeitura de Aracaju.

Esses dois eixos estão elencados na Proteção Social Especial (PSE) cujo funcionamento diz respeito à Prefeitura de Aracaju, entretanto, sua operação vincula-se à Política de Assistência Social a qual é executada a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), sob a Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de l993. Compreender o funcionamento desse fluxo é essencial para que as discussões feitas neste trabalho são tenha seu foco perdido – a alta complexidade, pois é nela que estão situadas as modalidades de acolhimento institucional responsáveis por fundir o objeto da presente pesquisa.

2.4 O acesso ao campo: destrinchando as dificuldades e delineando outros caminhos

No dia 25/01/21 tive o primeiro encontro com a coordenadora da Referência Técnica da Criança e do Adolescente vinculada à SEIAS. Na ocasião, a reunião contou o Prof. Orientador Dr. Frank Marcon, e também com uma assistente social locada na referida unidade. A secretaria é subdividida em diversos setores que atuam para o funcionamento da assistência social em Sergipe, servindo, assim, como intermédio para a mediação com órgãos e instituições específicas.

Durante a reunião fiz uma breve apresentação dos objetivos da pesquisa. A partir disso, foram passadas algumas informações sobre como a pesquisa poderia proceder em termos de acesso aos espaços requisitados pela parte burocrática. Contudo, este primeiro contato não gerou muitos frutos para o acesso ao campo propriamente dito. Na ocasião, as profissionais demonstraram certa disponibilidade com o repasse de algumas informações, em um formato bem introdutório, como a quantidade de instituições de acolhimento ativas para crianças e adolescentes no presente momento, por exemplo.

Posterior a apresentação geral dos objetivos, tive a oportunidade de fazer algumas perguntas sobre o funcionamento da assistência social com base na alta complexidade. A exemplo, recebemos a informação de que, em acordo com o ECA, as instituições de acolhimento são separadas nas modalidades *casa de passagem; abrigo institucional; casa-lar e república*. Contudo, no município de Aracaju, no período em que a pesquisa foi realizada, a modalidade *casa de passagem* não estava em funcionamento.

A república para jovens, modalidade responsável por assegurar direitos básicos como moradia para jovens desligados (as) das instituições de acolhimento por maioridade, existe apenas em âmbito municipal. A assistente social e a coordenadora presentes na reunião, afirmaram que a república, em âmbito estadual, estava em processo de implantação. É importante ressaltar que em âmbito municipal, existe apenas uma república, sendo esta direcionada para o público feminino.

Destinado prioritariamente para jovens entre 18 e 21 anos, a *república* é um serviço de acolhimento que oferece moradia para jovens que passaram pelo processo de desligamento de instituições cujas possibilidades de reinserção familiar foram esgotadas. De acordo com as Orientações Técnicas: Serviços de acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009):

> As repúblicas devem ser organizadas em unidades femininas e unidades masculinas, garantindo-se, na rede, o atendimento a ambos os sexos, conforme demanda local, devendo ser dada a devida atenção à perspectiva de gênero no planejamento político-pedagógico do serviço, inclusive no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos e à proteção à maternidade. (BRASIL, 2009, p.94)

Na segunda reunião com a coordenadora da referência técnica, no dia 31/03/22, alguns pontos fundamentais foram tratados a respeito da dinâmica que deveria ser seguida para a realização da pesquisa. A exemplo, a coordenadora mencionou que eu precisaria acessar outros nomes, consequentemente vinculados a outros espaços e órgãos, como a Secretaria Municipal de Assistência Social de

Aracaju. No decorrer da reunião, pude perceber que em um dado momento a referida coordenadora entrou em outros debates com relação às instituições, mas não as que fazem parte da alta complexidade, e sim instituições vinculadas a média complexidade, como as que trabalham com jovens em medida socioeducativa, por exemplo. Em consequência, ressaltei que o objeto da pesquisa não buscava analisar tal variante, considerando que o intuito era compreender o processo de desligamento de jovens das instituições de acolhimento do tipo *abrigo* ou *casa-lar.*

Como mencionei no tópico anterior, a pesquisa em si carrega uma complexidade visível. Essa afirmativa foi evidenciada potencialmente durante o processo de inserção no campo. A reflexão que faço, a partir dessa experiência, é de que as próprias instituições dificultam o acesso tanto a informações básicas do tipo quantos jovens estão acolhidos no momento, quanto a dados mais específicos. O motivo dessa afirmativa em termos de interpretação diz respeito ao desinteresse que esses espaços demonstraram, em boa parte das vezes, em colaborar com pesquisas interessadas em compreender melhor esse universo.

Compreendo que os resultados apresentados em pesquisas dessa natureza podem questionar a efetividade de políticas direcionadas para o público infanto-juvenil que faz uso dos serviços de acolhimento. Nesse sentido, criam-se algumas barreiras em que, na maioria das vezes, o cientista social parece apresentar uma certa ameaça quando desenvolve pesquisas de cunho investigativo.

A partir da afirmativa de que seria necessário entrar em contato com outros agentes vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, fui informada de que deveria acessar o coordenador da Proteção Social Especial. A coordenadora da referência técnica ficou de encaminhar o contato do respectivo coordenador, contudo, essa devolutiva não aconteceu. Em consequência, tive que percorrer um caminho exaustivo atrás de contatos que pudessem me levar até o coordenador da proteção social especial, pois, a reunião na SEIAS mostrou que alguns nomes específicos poderiam contribuir com o propósito da pesquisa.

Após entrar em contato com três pessoas, uma sendo indicação da outra, finalmente consegui o contato do coordenador. Parecia que todas essas dificuldades em acessar o campo chegariam ao fim, mas a realidade se apresentou de outra forma. Liguei para o coordenador e expliquei brevemente o motivo do meu contato, afirmando que já tinha passado pela SEIAS e havia sido orientada em procurá-lo. Demonstrando pouca solicitude, o mesmo explicou que seria necessário elaborar um ofício vinculado à instituição em que a pesquisa está sendo desenvolvida, afirmando, ainda, que

olharia a agenda e entraria em contato para marcarmos uma reunião.

O contato não ocorreu e, então, tentei novamente um contato para perguntar sobre a disponibilidade para nos reunirmos. No momento, fui surpreendida com a notícia de que o mesmo por motivos de saúde estaria afastado da secretaria por um tempo. O coordenador afirmou que entraria em contato com um dos funcionários de sua equipe para que pudesse substituí-lo na “possível reunião”. Na ocasião, através de sua expressão, senti que a reunião não ocorreria e de fato não ocorreu.

Com as possibilidades praticamente esgotadas de acessar o campo a partir dos contatos que até aqui foram mencionados, acionei uma outra interlocutora, assistente social também vinculada à SEIAS. A mesma me passou a informação de que seria interessante acionar a vigilância socioassistencial e me orientou enviar um e-mail falando brevemente sobre a pesquisa e qual o intuito em acessar informações referentes aos serviços de acolhimento. No documento sobre as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, nota-se que:

> De acordo com as determinações da NOB 2012 a Vigilância Socioassistencial deve estar estruturada e ativa em nível municipal, estadual e federal, contribuindo com as áreas de proteção social básica e de proteção social especial por meio da elaboração de estudos, planos e diagnósticos capazes de ampliar o conhecimento sobre a realidade dos territórios e as necessidades da população, e auxiliando no planejamento e organização das ações realizadas nesses territórios. (BRASIL, 2013, p.9)

Em Aracaju, a vigilância socioassistencial foi implantada em 2017, segundo informações apresentadas no site da Prefeitura de Aracaju. Antes de efetivar a implantação de tal órgão, “as ações da pasta eram realizadas quase no sentido de assistencialismo, e não baseadas em avaliações concretas. Hoje, a gestão municipal, a partir dessa ferramenta, norteia suas intervenções com um olhar mais aguçado e pragmático”.[17] A coordenadora da vigilância socioassistencial do município de Aracaju, pontua que tal serviço fornece uma avaliação precisa do funcionamento e dinâmica das políticas de assistência social, bem como se responsabiliza, também, por avaliar condições que precisam de aprimoramento.

Após traçar esse diálogo descritivo sobre as tentativas exaustivas de acessar o campo, afirmo que o investimento em conseguir um contato específico apenas para que minha principal questão fosse solucionada - se a pesquisa seguiria ou não no formato em que fora proposta, seguiu ainda de forma prolongada. Por intermédio de

[17] Informações extraídas do site da Prefeitura de Aracaju, disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/85515 acesso: 12/05/2022.

uma pessoa muito próxima, sendo do campo da psicologia, consegui o contato da coordenadora do Abrigo Sorriso. Trata-se de um dos *abrigos institucionais* que funcionam no município de Aracaju.

Ao entrar em contato com a respectiva coordenadora, apresentando a proposta da pesquisa e os principais objetivos, a mesma me informou que o *Abrigo Sorriso*, após algumas mudanças, se encontra em funcionamento para uma faixa etária específica, mais precisamente de 0 à 13 anos. Considerando que o objeto da pesquisa tem como foco analisar o processo de desligamento de jovens que se aproximam da maioridade, a coordenadora pontuou que a pesquisa se aproximava muito mais da realidade do Abrigo Caçula Barreto, este sendo para adolescentes e jovens de 14 à 18 anos. Em consequência, a mesma me passou o contato da coordenadora do Abrigo Caçula Barreto, para que pudéssemos discutir sobre a possibilidade de execução da pesquisa naquela instituição.

A partir desses contatos, que inclusive destaco-os como os principais para que a pesquisa de fato ocorresse, segui a orientação da coordenadora do segundo *abrigo*, de que procurasse o coordenador da proteção social especial para que o mesmo deliberasse junto à Secretaria Municipal de Assistência Social sobre a realização da pesquisa e somente após marcar a reunião com o coordenador, descobri que se tratava de outra pessoa, não mais aquela com que eu havia tentando estabelecer um diálogo. Após ter agendado antecipadamente a reunião, o coordenador também solicitou uma carta de recomendação da pesquisa junto ao orientador e a instituição responsável. Com um respiro de alívio (parcial), a reunião foi concretizada, e alguns pontos foram estabelecidos.

Após traçar um panorama geral sobre meu processo de inserção no campo, faz-se necessário pontuar as mudanças ocorridas durante a realização da pesquisa de campo. Inicialmente, o foco principal era trabalhar uma metodologia que possibilitasse o contato direto com jovens vinculados às instituições de acolhimento do tipo *abrigo* ou *casa-lar*, visando a compreensão de suas perspectivas sobre o processo de desligamento em curso. Além disso, a ideia de estabelecer uma rede de contato direto com esse público se deu em razão da necessidade de refletir sobre as narrativas desses (as) jovens com relação às suas vivências e experiências na(s) unidade(s) de acolhimento. Isto porque, durante a fase da pesquisa bibliográfica, observou-se grandes limitações quanto a pesquisas realizadas sobre este tema que

analisassem as particularidades de jovens que já haviam passado ou que estivessem inseridos (as) em instituições de acolhimento, a partir de suas próprias expressões.

Em virtude dos percalços burocráticos e da dificuldade em acessar os principais responsáveis pelo encaminhamento das unidades de acolhimento, foi acatada a sugestão da coordenadora do Abrigo Caçula Barreto mediante conversa que antecedeu o encontro para a realização da entrevista/reunião. A mesma sugeriu que fosse feita uma entrevista com a equipe técnica do referido *abrigo* e, em seguida, fossem realizadas entrevistas com as jovens egressas das unidades de acolhimento do tipo *abrigo* ou *casa-lar*[18]. Seguimos neste formato para que a pesquisa não fosse prejudicada, bem como para que o foco do objeto não fosse negligenciado. Refiro-me às jovens egressas pelo fato de que, no período em que a pesquisa de campo foi realizada, apenas a *república feminina* estava em funcionamento.

Para que a visita na *república* ocorresse, foi necessário traçar um diálogo permanente com a coordenadora da *república* para que encontrássemos uma data e horário em que todas as jovens estivessem disponíveis. Em consequência, tivemos que remarcar a visita algumas vezes, pois havia um choque de horário que dificultava o encontro com todas devido às demandas do dia a dia de cada uma. Parte das meninas estudavam e trabalhavam como jovens aprendizes, passando, assim, o dia inteiro fora da residência. No momento em que essa etapa da pesquisa foi desencadeada, a *república* contava com cinco meninas, uma delas tendo sido desligada um mês anterior à realização da visita. Tal modalidade de acolhimento, considerando a estrutura do espaço e o contexto em que foi proposta, tem capacidade para acolher até seis jovens, todavia, na ocasião, foram entrevistadas apenas quatro, pois uma delas estava de saída e infelizmente não tivemos a oportunidade de conversar naquela ocasião.

De acordo com a coordenadora do Caçula Barreto, a implantação dessa modalidade no município de Aracaju, efetuou-se inicialmente para o grupo masculino, tendo ocorrido em 2018. Todavia, após a ocorrência de algumas situações, a *república* foi desativada, funcionando somente até 2020. Segundo a mesma, em entrevista conjunta com a equipe técnica, Aracaju tinha uma demanda maior de usuários do sexo masculino em desligamento por maioridade civil, sendo esse o motivo para que

[18] Deixo em aberto *abrigo* ou *casa-lar* pelo fato de que a *república* acolhe jovens recém desligados (as) tanto do *abrigo* quanto das *casas-lares*, tendo em vista que essas modalidades acolhem jovens (meninos e meninas) até os 18 anos.

implantassem inicialmente a *república masculina*. Com relação aos motivos que levaram a *república* a ser desativada, foi mencionado:

> Passaram-se por lá 5 usuários, só que não foi positiva a transferência de três deles, porque eram usuários com atos infracionais e vivência muito próxima com o tráfico de drogas, então eles acabaram furtando diversas coisas da *república* e evadindo isso posteriormente, e aí a gente não teve demanda para a *república masculina*. (Coordenadora do Abrigo Caçula Barreto, 2022)

Em consequência, a *república* ficou fechada por alguns meses, surgindo, posteriormente, demandas para que houvesse a necessidade de dar seguimento a uma *república feminina*. Concomitante a isto, a coordenadora mencionou que as instalações físicas da *república masculina* foram readaptadas para o funcionamento e implantação da *república feminina*. Desse modo, destacou:

> As mesmas instalações físicas a gente equipou novamente e as mesmas instalações físicas da *república masculina* foram transformadas em *república feminina*. Como agora a gente ainda não tem demanda de república masculina, nós vamos ter, a partir deste final de ano pro próximo ano, já existe a proposta para implantação da *república* masculina no prédio de uma *casa-lar*, que vai acolher jovens do sexo masculino de 18 a 21 anos. (Coordenadora do Abrigo Caçula Barreto, 2022)

Dentro dessa esfera do acolhimento que circunda a parte empírica da pesquisa - sendo a *república feminina* - é importante pontuar que no momento, a pesquisa não teve como pretensão se debruçar sobre a perspectiva de gênero no âmbito do acolhimento institucional. Justifico que para que a pesquisa abrangesse uma análise a partir desta categoria, seria necessário acessar uma literatura vinculando as discussões de gênero no campo das juventudes bem como das instituições de acolhimento, num período bastante curto e limitado para a execução da pesquisa que já estava em fase avançada no tempo.

Como foi exposto anteriormente, por diversas razões a pesquisa acabou encontrando um outro caminho para dar conta dos objetivos traçados bem como para dar seguimento ao objeto que delineou toda a pesquisa. Se por um lado o foco era conversar com os (as) jovens sobre suas percepções e sentimentos diante do processo que é completar a maioridade estando numa unidade de acolhimento e passar pelo desligamento da instituição do tipo *abrigo* ou *casa-lar*, por outro lado conseguimos alcançar esse ponto tendo o contato com as jovens da *república*. Isso porque, mesmo que estivessem em uma modalidade de acolhimento específica para uma determinada faixa etária, as mesmas passaram pela experiência do desligamento em decorrência da maioridade, ou seja, mesmo que estejam falando de um outro

espaço no sentido territorial, estarão falando a partir do local de experiência que tiveram numa fase específica.

Diante de todas as dificuldades que aqui foram apresentadas, entendo que a pesquisa carrega uma complexidade inestimável, contudo, a reflexão que surge com todos esses apontamentos, é de que as instituições (refiro-me aos espaços responsáveis pelo gerenciamento das políticas de assistência social), tentam se blindar criando barreiras de acesso. O retrato disso está na ausência de interesse e solicitude para contribuir com a pesquisa. Este pode ser, inclusive, um dos motivos pelo qual a sociologia ainda tem acesso limitado a este campo, mostrando que as pesquisas com maior predominância são desenvolvidas por assistentes sociais, numa perspectiva mais pragmática e de autoridade sobre este campo.

CAPÍTULO III: EM CENA: A EXPERIÊNCIA DO VIVER EM ABRIGO PELA ÓTICA DAS JOVENS ACOLHIDAS

3.1 As circunstâncias para chegar ao acolhimento: quem são os(as) acolhidos(as)?

É sabido que o ECA dispõe de quatro vertentes dentro do acolhimento institucional, sendo denominados de *abrigo*, *casa-lar*, *república* e *família acolhedora*. Contudo, seguindo o foco central do objeto traçado na presente pesquisa, me debruçarei sobre as condições pelas quais crianças, adolescentes e jovens chegam nas unidades de acolhimento. Em situações onde verifica-se a ausência de possibilidades de reinserção familiar, passagem para família substituta ou processos de adoção, os casos são encaminhados para um demonstrativo de que a permanência da criança, adolescente ou jovem em unidades de acolhimento pode se prolongar.

As razões pelas quais crianças, adolescentes e jovens chegam até as unidades de acolhimento institucional são várias. O ECA enquanto documento proferido em âmbito nacional, traz como afirmativa o Art. 19, parágrafo 1º, onde é mencionado:

> Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (BRASIL, 1990, p.21)

A importância de cada caso ser reavaliado a cada três meses compreende a necessidade de colocar em prática aquilo que o documento traz a respeito do acolhimento ser utilizado em situações excepcionais, ou seja, em última instância. Entretanto, essa é uma realidade a qual se mostra paradoxal, considerando que em muitas situações, o acolhimento acaba sendo visto como a opção mais viável e de maior impacto enquanto resolução de problemáticas que são estruturantes. A assistente social Rosane Janczura em sua tese de doutorado (2008), a partir da sua experiência atuando no campo da assistência social com foco no debate do acolhimento institucional, afirma:

> Minha experiência como assistente social, neste campo de trabalho, tem apontado para o uso excessivo dessa medida de proteção, pois abrigar porque “brigou com a mãe” ou “não se acertou com a madrasta” revelam as concepções contraditórias e divergentes dos atores sociais envolvidos na garantia desses direitos. A banalização dessa medida revela que a

> implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente está intimamente relacionada com a "crônica ineficácia do setor público brasileiro, pela sua incapacidade histórica em promover políticas públicas, principalmente as políticas sociais" (SEIBEL, 1997, p. 6). (JANCZURA, 2008, p. 21)

Na obra Novos rumos do acolhimento institucional (2010), produzida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais – SEDESE, em parceria com a Associação de Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente de São Paulo – NECA, a autora ressalta a problemática que é enxergar no acolhimento institucional a principal medida a ser adotada, explanando que os serviços de acolhimento institucional em grande parte "são procurados como necessários e, muitas vezes, percebidos como a única saída – a salvação para determinadas situações – e, nesse sentido, seus profissionais são até considerados – heróis – pelo tipo de problema que têm que encarar e acolher" (GULASSA, 2010, p.9).

A autora demonstra, também, a relação paradoxal existente no universo do acolhimento, pois, ao passo que são utilizados de forma precoce, "esses serviços são negados, desacreditados e rejeitados como aqueles que afastam as crianças de suas famílias – são vistos como os grandes vilões, os que também abandonam, descuidam e mantêm as crianças em situação de exclusão" (GULASSA, 2010, p.10).

No documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), menciona-se a importância de que os espaços de acolhimento não sejam interpretados e vistos como espaços de desprezo, de abandono ou com sentimento de pena direcionado para as crianças, adolescentes e jovens que utilizam tais serviços. Ter como pressuposto que o acolhimento deve ser provisório e que antes de tomar tal medida, outras possibilidades sejam avaliadas, demonstra que a separação da criança ou adolescente de sua família de origem pode causar diversos danos, por isso, o referido documento frisa a necessidade de que as instâncias máximas reconheçam este fator. Desse modo, pontua-se:

> O impacto do abandono ou do afastamento do convívio familiar pode ser minimizado se as condições de atendimento no serviço de acolhimento propiciarem experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar. Dessa forma, tais serviços não devem ser vistos como nocivos ou prejudiciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente, devendo-se reconhecer a importância dos mesmos, de forma a evitar, inclusive, a construção ou reforço de uma auto-imagem negativa ou de piedade da criança e adolescente atendidos, por estarem sob medidas protetivas. As orientações e parâmetros aqui apresentados têm justamente como objetivo estabelecer orientações metodológicas e diretrizes nacionais que possam contribuir para que o atendimento excepcional no serviço de acolhimento seja transitório, porém reparador. (BRASIL, 2009, p.19)

Ainda em conformidade com o documento mencionado acima, é necessário que outras medidas sejam adotadas antes de confirmar a necessidade de separar a criança, adolescente ou jovem de seu seio familiar e comunitário. É mencionado, por exemplo, a partir do Art. 23 do ECA, que “a falta de recursos materiais por si só não constitui motivo suficiente para afastar a criança ou o adolescente do convívio familiar, encaminhá-los para serviços de acolhimento (...)” (BRASIL, 2009, p.23). Desse modo, para além das diretrizes preconizadas no ECA, o respectivo documento traz a narrativa de que existem problemas basilares que podem e devem ser solucionados a partir do conjunto de políticas públicas e sociais existentes, de modo que o acolhimento institucional não seja utilizado como ferramenta de solução primordial.

Em situações onde o afastamento da criança, adolescente ou jovem for visto como necessário, esforços precisam ser feitos para que este período não seja prolongado. Dessa forma:

> Todos os esforços devem ser empreendidos para que, em um período inferior a dois anos, seja viabilizada a reintegração familiar – para família nuclear ou extensa, em seus diversos arranjos – ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. A permanência de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento por período superior a dois anos deverá ter caráter extremamente excepcional, e estar fundamentada em uma avaliação criteriosa acerca de sua necessidade pelos diversos órgãos que acompanham o caso. (BRASIL, 2009, p. 24-25)

Segundo Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004), são vários os fatores que podem levar crianças e adolescentes aos espaços de acolhimento. As autoras mencionam, por exemplo, um dos pontos que o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) ressalta, de que não se deve considerar como motivo plausível para desintegrar crianças e adolescentes de suas famílias de origem a ausência de acesso às condições básicas para a manutenção da família.

Outras maneiras de chegar aos espaços de acolhimento são mencionados pelas autoras, tais como encaminhamento feito pelo Juizado da Infância e Juventude; através da própria criança ou adolescente que irá utilizar tal serviço - este caso tem como principais fatores situações de violência, extrema pobreza, entre outras circunstâncias. Encaminhamentos através do Conselho Tutelar também é mencionado, pois, “com o advento do Estatuto da Criança e Adolescente, foram criados estes Conselhos, órgãos “... encarregados pela sociedade de zelar pelo

cumprimento dos direitos da criança e do adolescente" (ECA)" (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.53).

É importante fazer uma ressalva para as mudanças que também ocorreram nas condições que levam crianças e adolescentes aos espaços de acolhimento. As autoras especializadas no campo de estudos da institucionalização de crianças no Brasil, Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004), mencionam que o período máximo para que crianças e adolescentes permaneçam em instituições de acolhimento é de três meses. Por outro lado, no documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), pontua-se que em situações onde tal público ultrapasse o período de dois anos numa instituição, deve-se repassar tais casos para a Justiça da Infância e da Juventude.[19]

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), uma das principais razões pelas quais crianças e adolescentes acabam sendo direcionados (as) para unidades de acolhimento, diz respeito à negligência que esse público sofre. Por negligência, entende-se "violação dos direitos fundamentais, como a falta de alimentação adequada, tratamento de saúde, de moradia e de frequência na escola"[20]. Quando se pensa em acolhimento dentro do senso comum, ainda se perdura a ideia de que a instituição traz reflexos de orfanatos, por exemplo, podendo associar tal fato à ideia de que a criança ou adolescente não possui familiares. Contudo, a Juíza Noeli Reback, membro do Fórum Nacional de Infância e Juventude (Foninj), pontua que "a maioria das crianças que perdem os pais costuma ter o apoio da família extensa", demonstrando que tal visão trata-se de um mito.[21]

Tudo isso se mostra essencial para retificar a narrativa de que as principais causas que levam crianças e adolescentes às unidades de acolhimento não podem ter como principal vertente a condição socioeconômica. Assim, é explicitado que,

> A justiça pode verificar qual a necessidade da família e determinar a solução: se falta vaga em creche, que o município encontre uma vaga; se alimentação, que a assistência social providencie cestas básicas; se moradia, que haja um aluguel social, por exemplo. Até mesmo nos casos de uso de droga ou álcool, existem possibilidades de tratamento para as famílias, de forma que as

[19] Vale pontuar que há uma diferença entre o intervalo de tempo em que a obra das autoras Rizzini e Rizzini (2004) foi publicada em comparação com o documento das orientações técnicas. Assim, observar as alterações existentes seja nas razões pelas quais crianças e adolescentes chegam em unidades de acolhimento, seja no período de permanência orientado, mostra como o contexto é alterado ao longo do tempo, na medida em que outras visões vão sendo estendidas para este assunto e sobretudo para o público alvo.

[20] Trecho do texto que está no CNJ, disponível em: https://www.cnj.jus.br/motivos-do-acolhimento-de-criancas-e-adolescentes-refletem-problemas-sociais/

[21] Idem

> crianças sejam protegidas no ambiente familiar e o indivíduo receba ajuda do Estado.[22]

Diversos estudiosos sobre o tema do acolhimento institucional buscam ressaltar a importância da atuação conjunta de políticas públicas, visualizando esta prática como possibilidade para que o acolhimento de crianças e adolescentes não seja visto como a principal alternativa. Nesse viés, as autoras Rizzini e Rizzini afirmam:

> É preciso rever radicalmente esta prática, estimulando-se a elaboração e implementação de políticas públicas que dêem conta de apoiar a família e a comunidade na manutenção e cuidado de seus filhos. Faz-se necessário romper com os traços assistencialistas e autoritários das políticas e intervenções que foram historicamente mantidas no país e fugir da mera retórica, estabelecendo-se uma política eficaz de promoção do desenvolvimento integral das crianças brasileiras. (2004, p. 60-61)

No que diz respeito à chegada de crianças e adolescentes nas unidades de acolhimento, trata-se de uma decisão a qual deve ser tomada exclusivamente pelo Poder Judiciário, contudo, perante as várias situações que ocorrem dentro dos mais variados espaços, os Conselhos Tutelares também podem ser acionados, passando a serem responsáveis também pelo intermédio entre o público infanto-juvenil e os espaços de acolhimento em casos considerados excepcionais. Em situações como essas, deve ser feito um comunicado imediato à Vara da Infância e da Juventude. (GULASSA, 2010).

Em conformidade com Gulassa (2010), para cada situação de acolhimento é necessário elaborar um Plano Individual de Atendimento (PIA), pois cada caso traz uma peculiaridade que precisa ser analisada com atenção e cuidado. O período para que se mantenha um foco de atenção nos casos é de a cada seis meses, com o objetivo de avaliar a situação, analisando se permanece no contexto inicial ou se houve alguma mudança. Tais ações são idealizadas em conjunto com outros campos das políticas públicas para que o acolhido não ultrapasse o período máximo de dois anos numa unidade de acolhimento, prezando, desse modo, pela reinserção familiar e comunitária.

Até aqui observamos que existe uma ampla literatura, seja em âmbito legal ou teórico quanto aos fatores que ainda precisam ser seguidos dentro das práticas de acolhimento institucional, muitos, inclusive, construídos em formato de documento-

[22] Idem.

guia para que se aplique em instituições de cunho governamental ou não governamental. O que se observa é que grandes esforços são feitos para que a provisoriedade do acolhimento aconteça de fato, na tentativa de mudar a realidade apresentada diante da cultura da institucionalização (RIZZINI; RIZZINI, 2004), sendo permeada desde a época que remete ao período colonial. Apesar disso, em termos de efetivação, muitas práticas são falhas pela falta de estruturação conjunta entre políticas públicas e pela ausência de fomento efetivo.

Outro fator essencial para pensarmos quando adentramos no campo do acolhimento, trata-se do perfil de crianças, adolescentes e jovens que utilizam tais serviços. O relatório intitulado *Reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes e implementação de novas modalidades - família acolhedora e repúblicas (2010-2018)*, produzido pela equipe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021), demonstra que embora seja extremamente importante acessar dados que permitem identificar quem são esses sujeitos que passam pelas unidades de acolhimento, o Censo Suas - responsável pela produção de relatórios com dados a respeito dos serviços de acolhimento, acaba dando maior enfoque para o funcionamento estrutural dos serviços, e acaba deixando de lado informações essenciais como o perfil dos acolhidos, por exemplo. Dessa forma, têm-se uma limitação quanto às informações que evidenciem quem são os indivíduos que sondam as estatísticas neste campo.

O relatório mencionado acima, utiliza como base a pesquisa realizada pelo Ipea em conjunto com o Conanda (Silva, 2004). Como base, também foi utilizada a pesquisa desenvolvida pela Fiocruz-MDS (Assis e Farias, 2013). Desse modo, alguns dos resultados apontados no referido relatório (2021), utiliza resultados evidenciados em pesquisas anteriores, justamente pela limitação de informações desse cunho. Em consequência, é destacado que:

> As pesquisas anteriores revelaram que a triste realidade de que as instituições de acolhimento se constituíam em espaços para crianças e adolescentes negros, pobres e vítimas da violência estrutural que atinge, sobretudo, as famílias de baixa renda. A situação de maior vulnerabilidade das famílias potencializa outros fatores de risco e contribui para a maior exposição de crianças e adolescentes pobres à violência e à violação de direitos. Por esta razão, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social apresentam tendência maior de vivenciarem períodos de institucionalização em suas trajetórias de vida. (IPEA, 2021, p.82)

No levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento, organizado por Simone Assis e Luís Farias (2013, p. 166), revelou-se

que a “cor da pele/etnia, 41,1% das crianças e dos adolescentes são referidos institucionalmente como brancos, 18,9% como pretos, 38,7% como pardos, 0,3% como amarelos, e 0,4% foram referidos como de etnia indígena”. No tocante à idade dos acolhidos, o mesmo levantamento faz uma ressalva quanto à "predominância de crianças de cor da pele preta ou parda dentre as acolhidas a partir dos dois anos de idade, crescendo progressivamente até o final da adolescência”. Referindo-se a idade mais avançada dos jovens acolhidos, pontua-se que "dos 9 aos 17 anos de idade há constância na supremacia de acolhidos pretos ou pardos nos SAI (oscilando entre 50% e 60% do total) (...)” (Idem).

Quanto ao marcador de gênero, estudos do IPEA evidenciam que até o momento da captação e formulação dos dados (2010-2018), demonstrou-se que os acolhidos em âmbito geral eram, em sua maioria, meninos, perfazendo uma porcentagem de (52,3%), enquanto que as meninas eram responsáveis por (47,7%) do público. Todavia, esses números vão sendo alterados no decorrer dos anos. Em conformidade com o relatório do IPEA (2021, p.85), em meados de 2016 observou-se uma alteração nos dados quanto ao gênero dos (as) acolhidos (as), contando com um número maior de meninas dentro da faixa etária que “corresponde à adolescência, a partir de 12 anos, quando a razão de sexo é de 1,04 na faixa etária de 12 a 13 anos; 1,06 para o grupo de 14 a 15 anos; e igual a 1 para os acolhidos de 16 a 17 anos”. Nos anos posteriores, a tendência de maior número de meninas acolhidas permanece, notando-se, sobretudo, o acréscimo nas faixas etárias de “grupos de 12 a 13 anos; 14 a 15 e 16 a 17 anos (...)”. Assim, de acordo com o IPEA (2021), houve um crescimento considerável no percentual de meninas nas unidades de acolhimento, saltando de 47,7% em 2016 para 50,3% em 2018.

Até aqui foram expostos dados em âmbito nacional. Quando alcançamos a realidade no Estado de Sergipe, especificamente no município de Aracaju - local onde a pesquisa debruçou-se enquanto foco de investigação, observa-se uma nova dinâmica quanto às várias realidades apontadas em estudos realizados anteriormente em nível nacional.

No que se refere aos fatores que levam crianças e adolescentes ao acolhimento, a coordenadora do Abrigo Caçula Barreto relatou que no decorrer dos anos, na referida instituição, ocorreram mudanças com relação aos principais motivos para o acolhimento. A mesma afirmou que o *abrigo* acolhe majoritariamente adolescentes em situação de rua, porém, chama atenção para algumas mudanças

ocorridas dentro de contextos específicos. Foi feita uma observação especialmente no período de 2017 até meados de 2019, onde o público acolhido tinha como principal parâmetro o indicativo de uso de substâncias psicoativas. Entre o final de 2019 e início de 2020, com a pandemia de Covid-19, um outro fator entrou em vista. Segundo a coordenadora, houve uma ampliação de usuários com transtornos mentais, também em consequência de fatores como abandono e situação de rua. A partir disso, complementou:

> Aí a gente percebeu a vulnerabilidade das famílias que não conseguiam lidar com esses usuários, muitas dessas famílias eram famílias com transtorno ou com uso de dependência química e muitos desses adolescentes iam pra rua decorrente a esse transtorno e aí a gente passa a atender um público majoritário com transtorno mental, sendo um dos motivos do acolhimento o transtorno mental. (Coordenadora do Abrigo Caçula Barreto, 2022)

Outros perfis foram atendidos no contexto do acolhimento, todavia, o perfil dos acolhidos no Abrigo Caçula Barreto no momento em que foi realizada a reunião com a equipe técnica, era composto por uma quantidade considerável de adolescentes com transtornos mentais. Por sua vez, a coordenadora pontuou, “hoje estamos com 19 acolhidos, desses 19, 85% do nosso público possui transtorno mental (…)”. Quando menciono que o público do Caçula Barreto é composto por adolescentes, refiro-me ao contexto atual, pois, a respectiva instituição passou por mudanças significativas tanto na perspectiva da quantidade de acolhidos quanto na condição da faixa etária.

Até meados de 2016, o *abrigo* atendia especificamente meninos de 7 a 14 anos. Em decorrência do reordenamento dos serviços de acolhimento para a municipalização dos serviços, entre 2016 e 2017 a instituição passou a atender ambos os sexos, de 0 a 18 anos. Em 2017, foram realizadas algumas inspeções do Ministério Público que acabou culminando em uma ação civil pública, e, a partir disso, o Caçula Barreto foi orientado a se abster de acolher crianças. De acordo com a coordenadora da instituição aqui mencionada, aquelas crianças que estavam no Caçula Barreto foram transferidas para o *Abrigo Sorriso*, “passando a acolher a faixa etária de 13 a 18 anos. Só que institucionalmente nossas orientações ainda são de 0 a 18”.

As informações a respeito da contextualização sobre os serviços de acolhimento institucional em Aracaju, principalmente no que se refere às unidades de acolhimento, são extremamente limitadas. Nesse sentido, parte considerável das informações aqui apresentadas, surgiram a partir da entrevista realizada com a equipe técnica do Abrigo Caçula Barreto.

Segundo a coordenadora do respectivo *abrigo*, a instituição funciona há mais de quarenta anos, sendo desconhecido o ano exato do início de seu funcionamento. Através desta informação, se colocarmos o contexto do acolhimento institucional no Estado de Sergipe em pauta, é possível associar que o *abrigo* tenha sido instituído também nos parâmetros de execução dos serviços de acolhimento a nível estadual, através da Fundação Renascer. De acordo com a equipe técnica, o Caçula Barreto trata-se de um *abrigo* público mantido pela Prefeitura de Aracaju, o qual está localizado no Bairro Suíssa, zona oeste da capital. A equipe pontuou, também, que entre o final de 2017 e início de 2018, o *abrigo* passou a funcionar no formato misto, acolhendo meninos e meninas de 13 a 18 anos, contando com capacidade para 20 acolhidos.

Com relação ao *Abrigo Sorriso*, destaco novamente a problemática que é a limitação de informações a respeito das instituições de acolhimento tanto na vertente estadual quanto municipal. Considerando que as informações obtidas sobre o Caçula Barreto foram concedidas a partir da entrevista realizada com a equipe técnica, para que eu acessasse informações específicas sobre o Sorriso, teria que acessar também a equipe técnica da respectiva instituição. Contudo, no site da Prefeitura de Aracaju, no campo da Assistência Social, uma matéria publicada no dia 06/11/2012 afirmava que na presente data o Sorriso deixava de ser de competência da Fundação Renascer e passou a ser gerenciado oficialmente pela Prefeitura de Aracaju. De acordo com a matéria, tal iniciativa surgiu através da SEIAS, na época denominada como Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social (SEIDES), com o intuito de “atender uma determinação do artigo de número 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que preconiza a municipalização das instituições de acolhimento”.[23]

Ainda de acordo com a matéria mencionada, a informação era de que o Sorriso acolhia crianças de ambos os sexos, de 0 a 6 anos. Todavia, é importante destacar que a referida matéria foi publicada em 2012, logo, algumas mudanças ocorreram ao longo dos anos, a exemplo, o reordenamento dos serviços de acolhimento. Pontuo que a entrevista realizada prioritariamente com a equipe técnica do Caçula Barreto,

[23] Matéria disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/assistencia_social/index.php?act=leitura&codigo=52692 acesso em: 14/01/2023)

ocorreu em razão do objeto de pesquisa aqui investigado se aproximar muito mais da realidade deste *abrigo* em consequência da faixa etária do público acolhido. Entretanto, algumas informações a respeito do Sorriso foram surgindo no decorrer das explanações da equipe. Foi mencionado, por exemplo, que a faixa etária do público acolhido no Sorriso atualmente é de 0 a 13 anos, acolhendo também ambos os sexos. Este *abrigo*, por sua vez, fica localizado no Bairro Aeroporto.

É importante considerar que esta divisão por faixa etária foi importante para que o quantitativo de crianças e adolescentes acolhidos também fosse remodelado, pois a alta sobrecarga numa mesma instituição proporciona diversas limitações no atendimento a este público. No estudo de Souza e Brito (2015), pontua-se que o Ministério Público fazia inspeções nas unidades de acolhimento com certa frequência, a fim de observar a efetivação dos serviços. Segundo as autoras:

> De acordo com a descrição da pesquisa organizada por Tavares (2005), desde 2004 o Ministério Público do Estado de Sergipe vinha se manifestando sobre as inadequadas condições dos estabelecimentos que ofereciam serviços de *abrigo* em Aracaju. A autora também notou que a maioria dos *abrigos* atuava em descompasso com as diretrizes do ECA (1990), especialmente em relação ao número elevado de crianças e adolescentes, sendo que oito das doze instituições que investigou descumpriam a orientação de atendimento em grupos reduzidos. (SOUZA; BRITO, 2015, p.47)

Em consequência das inspeções do Ministério Público, e sobretudo com o reordenamento dos serviços de acolhimento, a problemática com relação à superlotação das instituições de acolhimento foi amenizando no decorrer dos anos. Concomitantemente, a coordenadora do Caçula Barreto apresentou os seguintes dados: em 2017 o referido abrigo acolhia 68 usuários. Em 2018 esse número cai para 58 e, em 2019, a queda no número de acolhidos nesta instituição permanece, chegando a 40 usuários. Em 2020, este número sobe de forma significativa, alcançando o total de 57 usuários, já em 2021, o indicativo de acolhidos voltou a cair e passou a ter 29 usuários na instituição mencionada. Já em 2022, até o momento da realização da pesquisa de campo, foi pontuado que o abrigo contava com 20 acolhidos. A faixa etária predominante dos acolhidos, no momento, é de 13 a 17 anos, contando com 6 meninas e 14 meninos.

Dentro dessa esfera do perfil bem como da faixa etária dos acolhidos no Abrigo Caçula Barreto, torna-se importante pontuar brevemente a relação das mudanças ocorridas neste espaço com o reordenamento dos serviços de acolhimento que ocorreu no Estado de Sergipe. O processo de reordenamento foi de grande

importância para que mudanças ocorressem na operacionalização dos serviços de acolhimento, a exemplo, a alteração na perspectiva da faixa etária bem como na capacidade de acolhidos em cada unidade. Segundo Nascimento (2016), a partir de normas e diretrizes criadas em 2009, o processo de reordenamento teve início em 2010, em âmbito nacional.

No Estado de Sergipe, o processo de reordenamento iniciou em 2011, contudo, somente em 2013 as principais deliberações para os serviços de acolhimento foram manifestadas. Um outro fato que ocorreu em consequência deste processo foi a não adaptação de unidades de acolhimento de caráter filantrópico, transferindo, assim, seus serviços para unidades de caráter governamental. A partir disso, Nascimento (2016, p.52) menciona que “algumas unidades que tinham caráter filantrópico e assistencialista que atuavam no Estado, optaram por não aderir aos moldes de acolhimento em curso (...)”.

3.2 As jovens da República: algumas narrativas

Neste tópico apresento algumas características fundamentais a respeito do contexto em que as jovens da república estão inseridas, desde a modalidade de acolhimento em que se encontravam anterior à república, até a relação de familiares que também tenham passado por instituições de acolhimento ou que ainda estivessem utilizando tais serviços. Antes de discorrer sobre o perfil das jovens, faz-se necessário descrever brevemente como se dá o funcionamento da modalidade república no município de Aracaju e como este serviço é ofertado.

A modalidade de acolhimento república*,* em funcionamento desde 2021, de acordo com a coordenadora da respectiva instituição, é gerenciada pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Aracaju. Lembrando que tal modalidade está inserida no campo da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, em conjunto com a Política Estadual de Assistência Social em consonância com a LOAS. Todos as despesas da residência são mantidas com os recursos da assistência social do município, tais como, aluguel, despesas fixas de água, energia e internet, assim como alimentação.

Em termos de acesso a serviços básicos de saúde, não ficou explícito se as meninas recebem alguma espécie de encaminhamento para que tais serviços sejam ofertados a partir de uma dinâmica de convênio, por exemplo. A coordenadora deixou

subentendido que as jovens utilizam os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e que a busca por acessos como esse deve ser feita a partir delas mesmas. Com relação a programas sociais que oferecem alguma renda para esse público, a coordenadora pontuou que as meninas são orientadas a receberem, por exemplo, a renda do Programa Bolsa Família. Durante as entrevistas com as jovens, uma delas pontuou que naquele momento todas estavam recebendo o Auxílio Brasil[24].

No que se refere ao perfil das jovens que moram na república, das quatro entrevistadas, três se autodeclararam pretas e uma se autodeclarou parda, seguindo a declaração que consta em sua certidão de nascimento, ressaltando que concorda com a alegação exposta no documento, uma vez que pessoas pardas também se encontram no grupo étnico-racial de pessoas negras. A respeito da faixa etária, apenas uma das jovens tinha idade distinta das demais. Três delas estavam na faixa dos dezoito anos, enquanto apenas uma se encontra na faixa dos vinte.

TABELA 1
Perfil das jovens residentes na República[25]

	Gênero	Idade	Raça/Cor	Naturalidade
Residente 3	Feminino	20 anos	Preta	Aracaju/SE
Residente 5	Feminino	18 anos	Preta	Aracaju/SE
Residente 7	Feminino	18 anos	Parda	Estância/SE
Residente 9	Feminino	18 anos	Preta	Aracaju/SE

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados coletados durante as entrevistas.

Na tabela acima, destaco também o eixo que envolve a naturalidade das jovens, isto porque o ECA e o documento responsável por orientar os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (Brasil, 2009), pontuam que o(a)

[24] Programa responsável por substituir o Programa Bolsa Família a partir da Lei nº 14.284, de dezembro de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm. Acesso em: 14/01/2023.

[25] As jovens não recebem institucionalmente a denominação de residente. Utilizo este termo para ilustrar a passagem das mesmas pela respectiva unidade de acolhimento.

acolhido(a), seja qual for a modalidade de acolhimento a qual que se encontre, não deve ser afastado(a) de sua comunidade, evitando-se ao máximo tal situação. Num dado momento, a condição da residente 7 não se enquadra nesta circunstância, pois ela afirma apenas ter nascido em Estância, tendo seguido para outro município posteriormente. Entretanto, trata-se de um caso específico em que a jovem passou por outras unidades de acolhimento em diferentes territórios. A mesma afirmou:

> Bom, eu só nasci em Estância, morei em Indiaroba basicamente até os 11 anos. tipo eu completei os 11 anos dentro do *abrigo*, fiquei oito meses e fui pra Bahia, bom, é um *abrigo* mas se denomina *casa-lar*, mas não tem basicamente as regras de *casa-lar*, só tem o nome *casa-lar* (...) e depois eu fui pra Bahia, depois da Bahia fui morar com meu pai e minha madrasta, aí eles se separaram e eu fui morar com minha avó, minha avó veio pra cá questão de exames que ela vinha fazer direto aqui. 2018 a gente ficava indo e vindo e depois a gente foi morar direto e depois eu fui pro *abrigo*, pro caçula. (Residente 7)

Neste caso, nota-se que a jovem, em determinadas etapas de sua vida, passou pelo processo de reinserção familiar e desvinculação simultaneamente. A situação apresentada a partir do relato da mesma, é que seu último contato familiar em termos de convivência, foi através da sua avó. A razão pela qual os vínculos familiares são corrompidos ou fragilizados quando ocorre o processo de reinserção familiar não foi tocada pelo fato de que outras instâncias teriam que ser acessadas, e, mais uma vez, o fator burocrático[26] acabou sendo um dos motivos responsáveis pelo atravessamento da pesquisa em conjunto com a limitação do tempo. Na tabela a seguir, são apresentadas informações sobre o tempo de acolhimento das jovens, bem como em qual modalidade as mesmas estavam e, ainda, se havia algum familiar no quadro de acolhidos ou que tivesse utilizado os serviços de acolhimento em algum momento.

[26] Conforme menciono no tópico responsável por traçar meus primeiros contatos com o campo, faço uma ressalva para as dificuldades encontradas por motivos burocráticos, como a necessidade de levar a pesquisa para órgãos jurídicos em que demandaria muito tempo para que eu conseguisse a liberação para adentrar nas instituições de acolhimento. Por essa razão, algumas lacunas foram deixadas em aberto, pois, conforme destaquei anteriormente, esse é um campo com muitas restrições de acesso por se tratar de um tema complexo, amplo e sensível.

TABELA 2

Informações sobre o período de acolhimento das jovens e histórico familiar sobre a utilização dos serviços

	Modalidade de acolhimento	Tempo de acolhimento	Familiar que havia passado ou estava em acolhimento
Residente 3	Casa-lar	3 anos	Irmã (havia passado)
Residente 5	Abrigo	3 meses	Irmão (estava)
Residente 7	Abrigo	3 anos	Irmão (estava)
Residente 9	Casa-lar	7 anos	Irmã (havia passado)

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados coletados durante as entrevistas.

Com base nos dados apresentados na segunda tabela, cabe explicar duas situações no que se refere ao período de tempo em que as jovens estiveram em instituições de acolhimento antes de entrarem na república. A residente 7, conforme foi explicado no parágrafo anterior, vivenciou a experiência de passar pelo acolhimento em um outro município, além de Aracaju. Ou seja, a informação de que ela esteve durante três anos no abrigo diz respeito somente à sua passagem pelo Caçula Barreto - abrigo situado no município de Aracaju. Entretanto, se o período de tempo em que a mesma utilizou os serviços de acolhimento contasse com sua experiência em outro território, poderíamos mensurar uma base de três anos e nove meses.

A segunda situação refere-se ao caso da residente 9, fazendo uma explanação, também, para o eixo que retrata o tempo de acolhimento em que a mesma esteve inserida. Os sete anos em que ela esteve no acolhimento diz respeito ao período de tempo que passou na casa-lar, modalidade em que esteve antes de alcançar a maioridade e transitar para a república. Contudo, esse é um dos casos de acolhimento que mais se prolongou, tendo a jovem chegado no acolhimento ainda bebê, porém sem uma definição de quantos anos (ou meses) tinha. Ela relatou que desde pequena utiliza os serviços de acolhimento com a irmã, que é mais velha. A jovem mencionou por quais instituições passou ao longo do tempo, alegando: “eu fui pro Sorriso pequenininha, bebê. Aí do Sorriso eu acho que com 5 anos eu fui pro oratório, tem o

oratório de bebé[27], dos 5 aos 9 anos eu fiquei no oratório, de 9 a 11 anos eu fui pra casa-lar e dos 11 aos 18 até agora, aí 18 eu tô aqui (...)". O período de tempo em que a respectiva jovem utiliza os serviços de acolhimento é impreciso, porém, diante do relato que a mesma apresentou, fica evidente que vivenciou as fases de desenvolvimento e crescimento em instituições de acolhimento.

É curioso notar que todas as jovens entrevistadas possuem irmãos que já utilizaram os serviços de acolhimento ou estavam utilizando, no período em que a pesquisa foi realizada. Nos casos das residentes 3 e 9, ambas começaram a usar os serviços de acolhimento com suas irmãs, inclusive chegando a utilizarem a modalidade república juntas. A residente 3 alegou que sua irmã, sendo um ano mais nova, ficou pouquíssimo tempo na república, saindo após conseguir uma oportunidade de emprego em São Paulo. No caso da residente 9, conforme mencionado anteriormente, sua irmã também passou pelas unidades de acolhimento, tendo sido desligada da república por ter atingido a idade máxima que tal modalidade permite, sendo 21 anos.

Os casos das duas outras jovens se assemelham até certo ponto. A residente 5 afirmou que ao entrar no Caçula Barreto, sua irmã foi dirigida para o Abrigo Sorriso em razão da discrepância de idade. Ela alegou, no momento, que sua irmã não se encontrava mais em condição de acolhimento, pois retornou para a convivência familiar com o pai. Por outro lado, a respectiva jovem também possuía um irmão em acolhimento, esse estava no Caçula Barreto, no momento. A residente 7, por sua vez, também tinha um irmão mais novo, o qual se encontrava numa casa-lar, no município de Indiaroba, em Sergipe. Diante desse caso, supõe-se que a referida jovem tenha passado por um ciclo de convivência entre a família natural e substituta, enquanto seu irmão, aparentemente, manteve uma convivência (até determinado momento) com sua família natural.

[27] É um espaço que se constitui enquanto Organização Não Governamental. Fundado em 1914, em Aracaju, mais precisamente no Bairro São José. O espaço já funcionou em vários formatos, inclusive nos moldes de instituições para crianças em situação de abandono. Ver mais em: https://solidarios-se.com/projeto-social/oratorio-de-bebe/

3.3 Perspectiva das jovens sobre o processo de desligamento por maioridade

Antes de analisarmos como as jovens observam e retratam o processo de desligamento por maioridade, é importante ressaltar que existem diversas razões para o desligamento. Este procedimento pode ocorrer através da reinserção familiar, ou seja, o retorno do(a) acolhido(a) para sua família de origem ou substituta; para a entrada na modalidade família acolhedora - tendo sido implantada no mesmo período em que a república; através do procedimento de adoção e, por fim, para a transição de modalidade, que é o caso em questão, responsável pela investigação da presente pesquisa.

No que diz respeito ao processo de transição do abrigo ou casa-lar para a república, um dos pontos em comum mencionado pelas jovens durante as entrevistas foi o aspecto autonomia. Três delas demonstraram que há uma dualidade no processo de adquirir autonomia, evidenciando que isso só foi possível a partir do momento em que foram desligadas das modalidades de acolhimento responsáveis pelo público até os dezoito anos. Se por um lado a sensação de poder fazer determinadas coisas transparece alívio e sensação de ‘liberdade’, por outro lado essa mesma autonomia fez com que essas jovens precisassem aprender a lidar com suas particularidades e questões básicas de sobrevivência, de modo a própria responsabilidade fosse o ponto central.

Ao pedir que falassem sobre o processo de desligamento por maioridade e, consequentemente a transição do abrigo ou casa-lar para a república, a residente 3 mencionou alguns pontos enxergados positivamente em contrapartida às outras modalidades de acolhimento. Assim, afirmou “pra mim foi bom, porque eu não sou acostumada a conviver com muita pessoa né, e aqui não tem tanta pessoa assim, que lá tinha sempre conflito, tem a liberdade também né, agora eu tenho mais liberdade (...)”.[28] Ao falar sobre sua experiência na modalidade de acolhimento a qual se encontrava anteriormente - sendo a casa-lar, modalidade esta que, segundo o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) permite uma capacidade máxima de 10 crianças e adolescentes

[28] Numeração ímpar para fins de identificação e organização das entrevistas transcritas. A numeração não segue necessariamente a ordem das entrevistas.

acolhidos(as), a jovem chegou a mencionar novamente o aspecto da privacidade com relação ao barulho, por exemplo. A mesma alegou:

> Era meio complicado, muita zuada, muita criança, mexe em suas coisas, é um negócio complicado. Aqui ainda é mais calmo, eu achei melhor vir pra cá do que tá no *abrigo*, na *casa-lar*, porque aqui cada quem tem suas coisas, não tem muita criança fazendo zuada. (Residente 3)

Ainda que a residente tenha mencionado suas concepções e sentimentos sobre a transição de uma modalidade para a outra, a mesma precisou lidar com as diferenças que existem nestes espaços. É fato que na república a convivência pode ser desencadeada de outra forma, já que não existe um público variado com grande diferença entre idades, assim como a capacidade de pessoas no mesmo espaço também elucida uma considerável diferença. Contudo, ao ser questionada sobre a relação e convivência com as outras meninas, a jovem demonstrou que a convivência na república também passa por turbulências. Concomitante a isto, ela mencionou:

> Eu sou a que mais me relaciono bem né porque eu tenho que ficar ali no meio né pra não haver briga (...) e aqui eu fico responsável por fazer lista de limpeza, lista de almoço e pra não haver briga eu passo tudo pra Margareth[29], o que tá faltando na casa e o que não tá, porque eu sou a mais velha da casa, eu cheguei aqui em abril. (Residente 3)

A transferência de responsabilidade para que a mesma fizesse listas de tarefas, por exemplo, e a função de repassar aquilo que faltava na residência, entre outras coisas, ocorria pelo fato de ser a mais velha da casa, como ela mesma mencionou. Não somente pelo critério de tempo, por ter sido a primeira a chegar na república após as instalações para funcionamento em 2021, mas, sendo a mais velha também dentro do eixo faixa etária. No que diz respeito aos principais impactos sentidos na transição da casa-lar para a república, a jovem mencionou a dificuldade com determinadas responsabilidades, responsabilidades estas que eram direcionadas para o quadro de funcionários e a equipe técnica da casa-lar. A mesma destacou: “foi a responsabilidade. Ter que ir ao médico sozinha, fazer suas coisas sozinha, fazer almoço, limpar a casa” (Residente 3).

Para a residente número 5, o que pesou durante a transição do *abrigo* para a *república* foi a insegurança em pensar como seria ingressar em um ambiente até então desconhecido. Ao falar sobre esse processo, ela ponderou:

> Pra mim foi tranquilo, mas fiquei nervosa porque não conhecia as meninas, como era novata não tive muito contato, só tive contato com uma menina que ela já foi embora, foi a mais que eu tive contato. Mas depois fui me

[29] Coordenadora da República.

> enturmando com as outras aí comecei a se enturmar mais com (residente 3) porque ela é um pouquinho fechada né, acho que dá pra perceber o jeitinho dela né.. é porque quando as pessoas realmente são fechadas eu tenho medo de falar e elas não responderem, por isso que eu não consigo puxar assunto, não consigo ser mais aberta. Se eu fui mais aberta com a outra menina que já foi embora foi porque eu vi que ela fazia meu tipo, que já era aberta, mais alegre, mais doida do que eu, aí pronto, por isso que eu me enturmei logo com ela (...). (Residente 5)

Diante desse relato, podemos observar que as interações acabam tendo um peso maior para algumas. Enquanto a entrevistada anterior mencionou enxergar de forma positiva a transição de um espaço para o outro, sobretudo por conseguir melhor privacidade, a residente 5 trouxe como principal aflição o receio de não conseguir criar boas interações. Ao falar sobre os principais desafios enfrentados durante a passagem pelo *abrigo* (com duração de três meses), a jovem destacou como principal dificuldade os momentos em que foi preciso acordar cedo:

> Só era de acordar, porque eu não gosto de acordar cedo, sou péssima pra acordar, esse era um desafio, eu odiava acordar... só, era, só isso, era de acordar bem cedo ou quando a pessoa não podia deixar mais um pouquinho, quando era sábado eu podia dormir qualquer hora, mas quando chegava segunda-feira, 05:30/05:40 tinha que tá todo mundo em pé, meu deus eu não aguentava mais não, tinha vezes que eu acordava com a cara fechada (...). (Residente 5)

No que se refere aos impactos sentidos diante do contexto atual, ou seja, a experiência pós *abrigo*, a jovem, assim como a residente anterior, mencionou o fator responsabilidade como sendo um dos maiores desafios na transição de modalidades. Em consequência, destacou:

> Tá sendo legal porque acontece muita coisa. O problema é só esse, é muita responsabilidade. Você tem que ter responsabilidade pra tudo, até pra ir atrás de trabalho, escola, é muito cansativo, às vezes dá vontade de desistir, mas eu fico, meu Deus... é como uma frase fala: o meu futuro só depende de mim, é muita coisa, muita responsabilidade, é muita coisa. Mas pra mim é tranquilo, é normal. Quando eu completei 18 anos eu me senti jovem, tipo um cuidado de 15, 17 anos, normal... mas depois quando eu vim pra aqui é muita coisa, muita responsabilidade, você tem que correr atrás, tem que fazer isso, porque se não, se você não conseguir, se você não correr atrás você não vai ter o que você quer (...). (Residente 5)

É importante notar que além das dificuldades pontuadas pela residente 5, dando ênfase às responsabilidades que antes não precisavam ser resolvidas por ela, a mesma, no decorrer da conversa, mencionou algumas vezes que em vários momentos já pensou em desistir de correr atrás dos seus objetivos. Em um determinado momento, ela chega a pontuar que o sentimento de desistência a atravessa desde a convivência com sua mãe: “[...] esses pensamentos é lá desde a

casa da minha mãe (...) lá era uma casa que me botava muito pra baixo, eu chorava muito, muito mesmo". Na ocasião, perguntei se havia oferta de acompanhamento psicológico durante a passagem da jovem pelo *abrigo*, mas ela afirmou que nunca teve acompanhamento psicológico. Na transição do *abrigo* para a *república*, ela alegou ter recebido um encaminhamento da equipe técnica para procurar atendimento psicológico, porém não deu procedência. Dentro dessa perspectiva, retratou:

> Nois que tem que ir atrás do psicólogo, como a *república* só depende de nois, é nois mesmo que tem que se virar..no *abrigo*, é as equipes que procuram pra nois porque nois é de menor, como nois é de maior já aqui, a gente mesmo tem que procurar. Eles já mandaram eu mesmo, eu tinha um encaminhamento no mês passado, só que eu não fui. (Residente 5)

Esse contexto de acompanhamento psicológico se mostrou bastante latente no decorrer das conversas com as meninas. Um descompasso foi observado na medida em que, por um lado temos a residente 5 que em suas falas deixa explícito que carrega determinados traumas desde a convivência familiar, entretanto, não foi contemplada com a devida atenção. Por outro lado, temos uma outra jovem, também vinculada à república, que faz acompanhamento psicológico desde sua passagem pelo abrigo.

No documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), pontua-se que sejam organizados registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente a partir da produção de prontuários que identifique a particularidade de cada um, bem como "informações sobre o desenvolvimento (físico, psicológico e intelectual), condições de saúde, informações sobre a vida escolar, etc." (p.52). A partir disso, subentende-se que o motivo da elaboração desses prontuários especificando as condições e particularidades de cada acolhido(a), seja para alicerçar os cuidados que devem ser direcionados de acordo com a necessidade e urgência de cada um(a).

Seguindo com a perspectiva do desligamento por maioridade a partir da visão das jovens que experienciaram a passagem pelo acolhimento institucional, uma delas relatou que durante o processo de transição do *abrigo* para a *república*, criou uma grande expectativa diante dessa nova dinâmica que seria a vivência em um outro ambiente. Ela frisou:

> Eu tava numa expectativa muito boa mesmo eles dizendo 'ah, você vai sentir saudade, não sei o que, não vai ser como você acha que vai ser'... bom, não foi aquelas coisas mil maravilhas, eu não sei definir se é o que eu queria, nunca é o que a gente quer, mas, bom, é parecido, então é bom né, porque a gente espera o melhor pra gente, enfim. (Residente 7)

É possível que toda essa expectativa para sair do *abrigo* e ir para a *república* tenha uma forte relação com a condição de autonomia que seria conquistada em determinado momento. Essa mesma jovem relatou que também criou expectativas para seu aniversário de dezoito anos, afirmando que:

> [...] quando eu fiz 18, perto de fazer 18, eu 'pô, quero fazer 18 vei' aí chegou uns dias eu fazia contagem regressiva, contava no mês de janeiro faltando não sei quantos dias, escrevia todos os dias sobre isso e eu deixava no docs e tá no drive... todos os dias, pô faltam não sei quantos dias, aí chegou o dia do meu aniversário... engraçado, o dia do meu aniversário não foi como eu queria, eu queria ir pro cinema comemorar com uma amiga, só que que eu não fui.. aí eu fiquei tilt, sei lá, aconteceram muitas coisas, fiquei com raiva, chorei bastante. aí teve a festa lá do Harry Potter de 18 anos, foi bastante bom que eu gosto do Harry Potter (...). (Residente 7)

Considero que diante da junção de expectativas da jovem tanto para completar os dezoito anos quanto para a transição do *abrigo* para a *república,* havia uma conexão com a categoria autonomia. Isso porque, durante a nossa conversa, a jovem falou abertamente que no *abrigo* existiam regras em que a proibiam de fazer coisas mínimas, as quais poderiam até ser consideradas bobas, mas que ela simplesmente gostaria de fazer e não podia. Como exemplo, a jovem mencionou que em diversos momentos gostaria de ouvir música, mas não podia, afirmando, assim, que um dos principais diferenciais da vivência entre o *abrigo* e a *república* é a autonomia. A jovem explanou:

> Na época que eu vivia no *abrigo* demorou mil anos pra eu ter autonomia, porque basicamente eles ficam muito no pé da pessoa, aquele bagulho de 'ah, tá na minha responsabilidade, eu não posso deixar muito você aberta', sabe, liberdade, assim e tals.. na *república* você tem mais autonomia no sentido de que eles não ficam te segurando, eles ficam te monitorando, claramente tem coordenador pra isso, mas você pode fazer algumas coisas que no *abrigo* não pode. Basicamente quando eu morava no *abrigo* queria fazer algumas coisas aleatórias e não tão necessárias quanto outras coisas que eu poderia fazer, mas eu queria, tipo ouvir música no meu celular, isso é bem desnecessário pô, mó besteira, mas eu queria... acessar redes sociais, isso é bem aleatório também (…). (Residente 7)

A partir dos relatos até aqui apresentados, podemos observar que a presunção sobre adquirir autonomia pode ser dual para jovens que já passaram por instituições de acolhimento, referindo-me especificamente às meninas da *república* por ser o público em que mantive contato durante a pesquisa de campo. Se para as duas entrevistadas anteriormente (residentes 3 e 5), ter autonomia se torna sinônimo de preocupação e receio de não conseguir determinadas coisas pelo fato de que em suas experiências anteriores existiam responsáveis - a equipe técnica - para fornecer apoio

bem como para executar referidas funções que agora são de responsabilidade integral destas, para a residente 7, a autonomia estava muito mais voltada para a liberdade em poder fazer coisas onde no *abrigo* era coibida.

Dentro dessa narrativa em que a autonomia se apresenta de maneira distinta de indivíduo para indivíduo, a socióloga Lia Pappámikail (2010) apresenta em seu artigo sobre juventude e autonomia - o qual buscou abordar parte de sua tese de doutorado, uma perspectiva interessante que difere autonomia de liberdade e independência. Para trabalhar essas categorias de forma articulada, porém compreendendo que são interdependentes, a autora utiliza como referência o sociólogo francês François de Singly, afirmando que em sua tese o autor considera que "[...] os jovens não estariam dispostos a esperar pela independência financeira (cada vez mais tardiamente conquistada) para usufruir da sua autonomia, reivindicando-a ou assumindo-a na sua vivência quotidiana". (PAPPÁMIKAIL, 2010, p. 403).

O que compete diante desta tese é que a autonomia está muito mais voltada para a condição do poder de ação e escolha de determinada situação do que aquilo que se entende consensualmente por independência, que de certo modo, pode acabar invalidando ações idealizadas a partir da ideia de autonomia. Assim, a socióloga Pappámikail (2010) explica:

> Importa, pois, sublinhar que os jovens de hoje podem, portanto, depender materialmente dos pais com mais frequência e até mais tarde no ciclo de vida, sem que este facto limite forçosamente a forma como escolhem e decidem agir. Podem, isso sim, ver-se impedidos de agir, por falta de recursos adequados, o que interfere com a capacidade de concretização da sua autonomia. (2010, p. 404)

A ausência de independência financeira e material pode gerar a invalidação da autonomia dos(as) jovens a partir de uma visão consensual, todavia, a falta de recursos materiais não impede a construção da autonomia, em conformidade com Pappámikail. A socióloga pontua, ainda, que "muitos jovens respondem, justamente, reivindicando a autonomia como um dos principais eixos da sua identidade (...)" (p. 404).

Em concordância, podemos assimilar esta afirmação com o caso da residente 7, ao afirmar que durante sua passagem pelo *abrigo* deixou de fazer muitas coisas por não poder, também em consequência das regras instauradas na instituição. É possível observarmos que o fato de querer ouvir música, como a mesma pontuou:

“tipo ouvir música no meu celular, isso é bem desnecessário, pô, mó besteira, mas eu queria... acessar redes sociais, isso é bem aleatório também”, pode estar associado à construção de sua identidade, a qual foi interferida pela ausência de autonomia ou liberdade, como veremos adiante.

Voltemos para os relatos das jovens quanto às suas percepções sobre o processo de desligamento. Ao discorrer sobre tal processo e consequentemente a respeito transição para a modalidade *república*, a residente 9 também tocou no fator que remete às dificuldades surgidas em ter que lidar com uma realidade até então desconhecida. Sobre esta circunstância, ela relatou:

> Foi um pouquinho de choque, porque assim, você tava muito acostumada naquele cômodo né, precisava de ajuda tinha alguém ali, não que aqui a gente não tenha, tem também, mas bem menos do que lá. Lá faltava alguma coisa, tinha as tias que sempre estavam lá pra erguer a gente né quando precisava de alguma coisa. Em questão de desligamento assim, foi um choque, foi um choque não porque eu já sabia né, já sabia que um dia ou outro ia sair das *casas-lares*, do *abrigo*, então pra mim não vou dizer que foi tranquilo porque não foi tão tranquilo assim, mas foi, como é que eu posso dizer... transformador queira quer não. Vou aprender ainda muito com a vida, aprender muita coisa, vou sofrer, vou sorrir, se Deus quiser, mas é isso aí. (Residente 9)

Ao falar sobre as principais dificuldades na transição da *casa-lar* para a *república*, a residente 9 também acentuou o quão desafiador foi ter que lidar com questões as quais durante o período em que ela esteve nas unidades de acolhimento (*abrigo* e pela *casa-lar*), haviam pessoas responsáveis para executá-las e orientá-la quando necessário. É importante frisar que das quatro residentes entrevistadas na *república*, essa jovem era a que usava os serviços de acolhimento por mais tempo em comparação as demais, tendo chegado na primeira instituição ainda bebê. Faço essa ressalva porque durante sua fala, ficou subentendido que a dinâmica de transitar para um novo espaço e ter que lidar com outras responsabilidades, colaborou para que a autonomia fosse sentida como algo dificultoso. Assim, ela pontuou:

> O principal desafio é esse, é nós por nós e pronto, tem a nossa ajuda assim pra quando precisar de alguma coisa muito mais urgente, mas queira quer não é só a gente. você vai pro médico, vai comprar água, você vai construir alguma coisa pra você é você com você. Tem que se acostumar com isso porque quando era lá na *casa-lar* ou no *abrigo* mesmo, as tias que cuidavam da gente, que levava pra médico, que levava pra escola, que levava pra passeio, essas coisas assim a gente que ia com elas, mas aqui é nós com nós, o principal desafio é esse né aprender a lidar com a realidade que a gente não sabia muito, a realidade da rua né (...). (Residente 9)

No que se refere à experiência vivenciada durante o período em que utilizou os serviços de acolhimento nas modalidades *abrigo* e *casa-lar*, a jovem mencionou que durante sua passagem pelas respectivas unidades, teve contato com o Programa de Apadrinhamento Afetivo, programa este em que “pessoas da comunidade contribuem para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional, seja por meio do estabelecimento de vínculos afetivos significativos, seja por meio de contribuição financeira”. (BRASIL, 2009). Este programa deve ser direcionado de forma prioritária para crianças e adolescentes que se encontram em posições de longa permanência nas unidades de acolhimento. Sobre sua experiência passando por esses serviços, a jovem afirmou:

> Era tranquilo, mas assim... tinha a questão da adoção, eu tenho padrinhos, mas só de consideração. A gente se acostuma com a convivência e tal porque o pessoal chegava, alguns saía, entrava outros, aí saía alguns e a gente sempre ficava ali naquela mesmice. Pra mim a convivência com as meninas a gente tem que se acostumar, porque tem gente que era muito difícil de conviver lá no *abrigo*, na *casa-lar*, questão de tudo assim era um pouco desafiador, porque a gente via que não era muito fácil ter que sair de casa pra conviver com outras pessoas assim, é... diferente de você, como é que vai se dá na casa e aí pra mim a experiência é desafiadora queira quer não é boa em algumas outras questões, mas pra mim foi tranquilo. (Residente 9)

A partir desse relato, observa-se que as falas das quatro jovens que participaram das entrevistas são atravessadas por pontos em comum ainda que suas particularidades sejam evidenciadas, uma vez que se tratam de pessoas com experiências distintas, ainda que tenha uma similitude com o fato de terem passado por unidades de acolhimento e utilizarem, ainda, os respectivos serviços. Duas situações são retratadas por esse público, a primeira é a dificuldade narrada em conviver com diferentes pessoas e personalidades. Neste ponto, é importante ressaltar que as modalidades de acolhimento aqui mencionadas, funcionam de maneiras distintas em termos de capacidade.

O *abrigo*, após o reordenamento dos serviços, exprime que a capacidade máxima é de 20 acolhidos(a). Já a modalidade *casa-lar*, trabalha numa dimensão de 10 acolhidos(a). Por outro lado, temos a *república*, com potencial de acolhimento para 6 jovens. A segunda situação é verificada a partir de relatos que se repetem quanto à problemática de ter que lidar com questões que até certo momento eram solucionadas por terceiros.

O processo de desligamento é abordado de diversas formas no documento que se estabelece como um dos guias para os serviços de acolhimento, tratando-se das

orientações técnicas, o qual têm sido referenciado no decorrer da pesquisa enquanto análise documental. Tal documento prevê o desligamento a partir da reinserção familiar, colocação da criança ou adolescente em família substituta, adoção e o desligamento por maioridade. Ao fazer uma análise do respectivo documento, foi possível encontrar alguns trechos em que é destrinchada a orientação a qual deve ser seguida nas hipóteses do desligamento. Cabe mencionar que a estrutura do documento no que se refere às orientações para o desligamento, nos leva a uma interpretação de que tal processo acaba ganhando maior atenção nos casos de reintegração familiar. Dessa maneira, menciona-se:

> Tanto nos casos de reintegração à família de origem quanto nos de encaminhamento para família substituta o serviço de acolhimento deve promover um processo de desligamento gradativo, com o preparo da criança/adolescente, oportunizando-lhe a despedida necessária do ambiente, dos colegas, dos educadores/ cuidadores e dos demais profissionais. (BRASIL, 2009, p. 60)

Chamo atenção para esta abordagem no documento também pelo fato de que a passagem das jovens das modalidades de acolhimento *abrigo* e/ou *casa-lar* para a *república*, está muito mais próxima de uma transição entre modalidades e espaços do que propriamente um desligamento. Neste mesmo contexto dos casos de desligamento, o documento menciona a importância da existência de rituais de despedida envolvendo não somente a criança ou adolescente, mas, também, a equipe de cuidadores e demais responsáveis pelas funções da instituição, assim como deve estar presente, também, a família de origem, extensa ou adotiva. Sobre a percepção de que uma atenção específica é dada àqueles que são desligados por razões que não envolvem a passagem de uma modalidade para outra, é mencionado, ainda, que deve haver “escuta individual e apoio emocional à criança/adolescente, com foco no retorno à família de origem e separação da família acolhedora” (BRASIL, 2009, p.90).

Para aqueles casos que demonstram não ter possibilidade de reinserção familiar e outras possibilidades foram esgotadas, na maioria das vezes sendo a realidade de jovens que alcançam a maioridade ainda nas instituições de acolhimento, o documento mencionado acima solicita que atenção especial seja ofertada a este público no sentido de construir e fortalecer vínculos comunitários, bem como dar maior atenção aos campos educacional, qualificação profissional etc. Assim, destaca-se que “o atendimento deve favorecer a construção de projetos de vida e o fortalecimento do protagonismo, desenvolvendo gradativamente a capacidade do adolescente responsabilizar-se por suas ações e escolhas” (BRASIL, 2009, p. 59).

Analisar como o processo de desligamento é apresentado em termos legais de diferentes formas, a depender da razão pela qual tal processo ocorre, torna-se importante para que reflexões sejam traçadas também no tocante a ausência de rituais de desligamento ou despedida, e como isso pode atingir os(as) jovens que estão transitando para uma nova fase. A estrutura do documento aqui mencionado, aparenta que o desligamento está muito mais próximo da realidade daqueles(a) que deixam de utilizar os serviços de acolhimento do que aqueles(a) que apenas passam a utilizar uma nova modalidade.

Ressalto a importância de trabalhar de modo atento a construção da autonomia do público desligado por maioridade, como o próprio documento menciona, “sempre que possível, ainda, o serviço manterá parceria com Repúblicas, utilizáveis como uma forma de transição entre o *abrigo* e a aquisição de autonomia e independência”. (BRASIL, 2009, p. 61). Todavia, considerar que este público também deve passar por um processo de desligamento cuidadoso e atencioso em outros parâmetros - para além da atenção dada à categoria autonomia, pode influenciar positivamente na construção de relações individuais e coletivas deste grupo.

3.4 Para além dos muros: a vida pós abrigo

Conforme foi apontado anteriormente, existem várias razões pelas quais ocorre o processo de desligamento das instituições de acolhimento. Em consequência, são múltiplas as realidades e experiências de crianças, adolescentes e jovens que passaram pelo campo do acolhimento. Neste tópico, é pretendido demonstrar a partir das perspectivas das jovens, quais suas visões e horizontes para o futuro, cabendo, pois, a demonstração de um cenário proferido por elas sobre a vida pós instituição de acolhimento, não mais na dimensão do *abrigo* ou casa-lar, mas sim a partir de uma proposta e delineamento que se apresenta no cenário pós república.

Nesse horizonte em que buscamos demonstrar como se apresenta a realidade pós *abrigo* (aqui estão inseridas também aquelas que vieram das casas-lares), podemos sinalizar que diferenças significativas de uma modalidade para outra são pautadas. A exemplo, parte das jovens afirmaram que a principal diferença ao sair do *abrigo* se deu em razão das situações que consolidam a autonomia, sendo as responsabilidades essenciais para a manutenção de suas existências. Por sua vez, uma outra jovem explanou que sua passagem pelo *abrigo* era composta de regras e

controles em que sua autonomia era aniquilada, afirmando, ainda, que mesmo que fossem consideradas bobas as coisas que ela gostaria de fazer, ela simplesmente queria fazê-las, e então menciona o exemplo de ouvir música. Diante desse quadro, nota-se com precisão a presença de duas categorias que se confundem, inclusive dentro daquilo que as jovens dimensionam diante das suas experiências: liberdade e autonomia.

Lia Pappámikail (2010, p.405) discute a importância de pensarmos a diferença entre autonomia, liberdade e independência, focando tais conceitos na perspectiva das juventudes enquanto categoria social. Para a autora, “liberdade diz respeito à capacidade de agir sem constrangimentos e com os recursos e o poder necessários para objetivar as intenções que motivam a ação em primeiro lugar”. Por outro lado, autonomia, para a socióloga, está muito mais voltada para o campo das intenções e daquilo que as motiva, afirmando:

> Autonomia situa-se no primeiro plano, pois diz respeito ao modo como as intenções e motivações são construídas, o que está implícito na definição que Christman, por exemplo, fornece de liberdade: “ser livre significa que há uma ausência de constrangimentos entre a pessoa e a concretização dos desejos formados autonomamente” (Christman, 1988:112)”. (PAPPÁMIKAIL, 2010, p. 405)

A partir da visão apresentada pela respectiva socióloga, objetivamente a autonomia passa por um processo de individuação onde vontades, concepções e desejos podem ser construídos e idealizados, contudo, para que tais noções sejam postas em prática, é requerida a liberdade, partindo da perspectiva interior e individual para a dimensão exterior e coletiva. Com base nesse panorama, podemos considerar que as jovens - utilizando a modalidade de acolhimento *república* -, quando se encontravam nas modalidades *abrigo* e/ou *casa-lar*, tinham a prática da autonomia, mas de forma latente, onde faltava liberdade para acionar suas vontades e colocá-las em prática.

A respeito da categoria independência, Pappámikail (2010) situa que o mesmo sentido pode ser direcionado para a categoria autonomia, pois o sujeito pode se sentir autônomo, porém, depender de recursos de terceiros para colocar em prática suas vontades e desejos. Portanto, fica explícito que tais são categorias interdependentes, muitas vezes confundidas, mas que sugerem a ação e execução de processos individuais e coletivos de maneiras distintas.

Sobre planos e projeções para o futuro após saírem da *república*, as jovens traçaram algumas visões semelhantes na medida em que se distanciaram em

decorrência de suas singularidades. Uma delas afirmou: “eu pretendo fazer uma faculdade de enfermagem, já tô terminando o último ano na escola, e me formar né, e conseguir um emprego efetivo (...)” (residente 3). É importante pontuar que essa visão de futuro onde se insere a vontade de ingressar no ensino superior, foi abordada por todas as jovens entrevistadas, mesmo que interesses em áreas distintas tenham sido mencionados.

A residente 5, por sua vez, afirmou ter um interesse muito grande no campo dos idiomas, pontuando, inclusive, ter pesquisado algumas instituições privadas e seus respectivos valores. A partir disso, ela relatou: “mas eu tô querendo mesmo, realmente quando terminar os estudos, fazer faculdade de português-inglês e português-espanhol. São esses que eu quero aprender muito”. Entramos neste diálogo após ela afirmar que estava no último ano do ensino médio pela EJA - Educação de Jovens e Adultos, e ressaltou estar ansiosa para a finalização dos estudos. Entretanto, quando questionei sobre suas projeções futuras e perspectivas para quando saísse da *república*, a mesma demonstrou que sua prioridade também incluía um outro fator: retirar seu irmão do universo do acolhimento institucional.

Desse modo, afirmou:

> (...) próximo ano eu tô pensando já, como eu tô gastando esse dinheiro comigo mesmo, aí próximo ano, 2023 eu vou começar a gastar dinheiro comprando minhas coisas já, os móveis da minha casa, porque eu tava planejando sair no ano que vem, mas quando eu recalculei tudinho eu vi que não tem condições de eu sair não, aí eu vou ficar mais outro ano aqui. Aí com fé em Deus eu vou sair em 2024, mas o planejamento mesmo pro futuro é ter minha própria casa e minhas coisinhas só pra mim, eu em paz e pronto. E, se eu tiver uma boa condição mesmo daqui pro futuro, eu quero tirar meu irmão do *abrigo*, pegar a guarda do meu irmão que tá no *abrigo*. Esse é o único plano pro futuro até agora, só isso mesmo. (Residente 5)

Podemos observar que não escapa a ideia de crescimento profissional e consequentemente a busca por uma independência, sendo evidenciada, por exemplo, no relato da residente 3. Entretanto, na fala da residente 5, percebe-se uma ressalva para a possibilidade de retirar seu irmão de um espaço cuja experiência a mesma vivenciou/vivencia e não quer que seja repassada de forma prolongada para seu irmão, afirmando “eu quero que ele more comigo, não quero que ele fique lá até 18 anos não, não quero mesmo”. Ao pedir para que as jovens falassem sobre suas ânsias e panoramas para o futuro, questionei se tais situações teriam algum reflexo ou influência das experiências que elas vivenciaram passando pelo campo do acolhimento institucional, algumas respostas vieram de forma “objetiva”, outras

fizeram com que a análise discursiva ficasse responsável por alcançar um resultado demonstrativo.

Seguindo esta linha de raciocínio, uma outra jovem demonstrou que sua experiência interfere diretamente em suas projeções futuras, ao menos no que concerne ao campo profissional vislumbrado. Concomitantemente, a jovem assegurou:

> Eu queria fazer psiquiatria ou direito, basicamente eu sempre quis fazer direito pra ajudar as pessoas que não conseguem se defender sabe, não aqueles bandidos, mas pra lidar basicamente... os adolescentes, os menores que basicamente não tem aquele acolhimento, alguma coisa do gênero..eu queria fazer direito pra defender meio que as pessoas que são vulneráveis e psiquiatria pra melhor entender as pessoas assim no geral e ajudar de alguma forma (...). (Residente 7)

Seguindo este panorama de projeções para o futuro no que tange ao campo profissional, uma outra jovem, a residente 9, também apontou seu interesse em ingressar no ensino superior no curso de direito, afirmando: “então, eu tô estudando agora, tô no meu último ano, eu pretendo fazer faculdade próximo ano, de direito, se Deus quiser (...)”. Em sua fala ela não explicita o motivo pelo qual pretende cursar o referido curso, contudo, é importante notar que todas as jovens entrevistadas vislumbram a construção de suas independências a partir de um espaço em que, ao ser ocupado, pode trazer grandes significados e mudanças para suas experiências. Ressalto que no caso da residente 9, a mesma destacou que morar com sua irmã, a qual passou pelas instituições de acolhimento com ela, se insere em um de seus desejos no momento em que sair da *república.*

Como sugerido no início do trabalho, compreender os princípios do processo de desligamento nos permite entender que existem vários caminhos pelo qual o desligamento é atravessado. Se o acesso aos jovens que estão em processo de desligamento por maioridade tivesse ocorrido de fato, uma outra abordagem apareceria aqui, pois tratam-se de caminhos plurais e com direções específicas a depender de cada caso e situação. Até aqui, mostrou-se a dinâmica de transição de uma modalidade de acolhimento para outra, demonstrando que muitas situações se fazem diferentes diante desse cruzamento de espaços e compreensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como foco inicial demonstrar como as discussões acerca das categorias instituição de acolhimento, juventudes e políticas públicas caminham juntas, mesmo que um número expressivo de pesquisas responsáveis por abordar os contextos do acolhimento institucional seja desenvolvido em áreas correlatas às ciências humanas, gerando certa limitação de produções recentes no campo da sociologia sobre este tema em questão. Por essa razão, faço uma ressalva para os referenciais que aqui foram utilizados, perpassando o campo do serviço social e da psicologia. As respectivas categorias mencionadas, foram tratadas de forma atenta dentro do aporte teórico-metodológico utilizado neste trabalho, e ao serem discutidas numa perspectiva correlata, chegamos até o objeto mediador no referido trabalho

Analisar as juventudes compreendendo-as como uma categoria social tornou-se um dos pontos centrais, pois nesse contexto foi possível vincular esta análise ao contexto sócio histórico do acolhimento institucional no Brasil, bem como a dinâmica das políticas públicas para o respectivo grupo, ainda que seja confundida algumas vezes com a categoria adolescência, que de fato se apresenta de modo controverso quando analisada, por exemplo, no próprio Estatuto da Juventude. A socióloga Lia Pappámikail (2011, p.85) explica que adolescência e juventude se cruzam em debates similares, porém acabam sendo exclusivos. Para a autora, a adolescência acaba por ser remetida a “processos de individuação que são simultâneos ao crescimento e amadurecimento do corpo”. A juventude, por sua vez, trata-se de “uma categoria cultural mais ampla que excede de forma mais evidente quaisquer limites biológicos ou etários (...)”.

Cito a diferença entre essas duas categorias a partir de uma perspectiva teórica para demonstrar que seus efeitos são também refletidos no campo do acolhimento institucional. Podemos estender esse comparativo para o fato de que, somente em 2018 começaram a implantar unidades de acolhimento para atendimento exclusivo aos jovens que alcançam a maioridade estando ainda em unidades de acolhimento. Isso é evidenciado, também, quando analisamos, por exemplo, a diferença temporal entre a construção do ECA em comparação ao Estatuto da Juventude, o primeiro tendo sido promulgado no ano de 1990, e o segundo tendo sido instituído apenas em 2013.

Concomitantemente, a presente pesquisa buscou, dentro de uma dimensão qualitativa, identificar como as políticas públicas direcionadas para o público que utiliza os serviços de acolhimento são desencadeadas atualmente de modo que seu contexto, ao ser analisado, permitiu que algumas indagações fossem feitas a partir de uma realidade até então demonstrada somente através de algumas pesquisas realizadas, a saber, Souza e Brito (2015), Nascimento (2016) e Silva e Santos (2019).

Identificar como as políticas públicas dentro do ambiente socioassistencial executam suas práticas no município de Aracaju, nos encaminhou para os fatores que tratam do acolhimento de crianças e adolescentes em uma outra conjuntura, sendo retratada pelo processo de reordenamento que ocorreu em âmbito nacional em meados de 2013. O processo de reordenamento dos serviços de acolhimento foi responsável por instaurar as modalidades de acolhimento *Família Acolhedora* e *República*. A partir disso, podemos tocar no mesmo ponto mencionado anteriormente, de que a distribuição de algumas políticas é idealizada distintamente entre infâncias, adolescências e juventudes.

De um modo geral, a partir dos resultados alcançados, foi evidenciado que a distribuição, assim como a prática das políticas de assistência social no campo do acolhimento, continua na perspectiva de fragilidade que Souza e Brito (2015) apontaram. De acordo com as orientações técnicas para serviços de acolhimento, é necessário que haja uma articulação intersetorial entre as variáveis do acolhimento. Dessa forma, é explanado que os serviços de acolhimento são integrados a partir do "Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo interface com outros serviços da rede socioassistencial, quanto com demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos" (BRASIL, 2009, p.43). Pontua-se também, que a atuação dos respectivos serviços deve ser baseada "no princípio da incompletude institucional, não devendo ofertar em seu interior atividades que sejam da competência de outros serviços".

Dessa maneira, a fragilidade encontrada nas políticas de assistência para o público que o objeto desta pesquisa situou, faz parte de uma realidade estruturada, não sendo uma problemática recente. A coordenadora do Abrigo Caçula Barreto, durante a entrevista conjunta com a equipe técnica, em uma de suas falas apontou que documentos legais, como o ECA, por exemplo, foram estruturados de uma maneira muito bonita, pensando também na articulação proposta pelas orientações, entretanto, na prática, a realidade se apresenta de outra forma. Um exemplo dessa situação é mencionado pela coordenadora ao relatar:

> As instituições foram pensadas para atender o usuário de uma forma unida. Eu sou o *abrigo*, você é caps, eu sou escola, ela é trabalho ou uma instituição de curso profissionalizante. A gente se complementa e atende nosso usuário em sua completude. Só que os serviços hoje estão extremamente fragilizados e sobrecarregados. Então ela que é *abrigo* depende de mim que sou saúde mental, mas eu estou sobrecarregada e não consigo atender a contento esses usuários que tem muitas demandas e eu não consigo atender a contento.

As autoras Rizzini e Rizzini (2004) e Janczura (2008) em seus estudos, mesmo que tenham sido realizados em épocas distintas, apontam essa defasagem no sistema de política para esse público em especial, demonstrando que tal problemática não ocorre de maneira recente. Tudo isso se mostra enquanto reflexo no modo como crianças, adolescentes e jovens são atendidos(as) dentro dos espaços de acolhimento. É o caso, por exemplo, da residente 5, onde a mesma relatou que durante sua passagem pelo Abrigo Caçula Barreto, não obteve acompanhamento psicológico. Mesmo que essa jovem tenha demonstrado uma certa resistência no sentido de ter interesse em buscar ajuda psicológica, ela afirmou que em momento algum foi orientada para um processo de acompanhamento psicológico.

Dentro desse contexto de fragilidade política, especialmente fazendo referência ao caso da residente 5, é importante lembrar que em uma situação semelhante no que se refere aos cuidados com a saúde mental, a residente 7, também tendo passado pelo Abrigo Caçula Barreto, experimentou outra realidade quando afirmou fazer acompanhamento psicológico desde o *abrigo*, continuando com o processo também depois de ter adentrado na *república*. A respeito desses dois casos divergentes dentro da situação apresentada, cabe refletirmos se foi um episódio ocorrido em função da fragilidade apontada nas políticas públicas, negligência com situações específicas ou consequência de uma sobrecarga que as unidades de acolhimento sofrem em muitos momentos.

Diante dessas circunstâncias apresentadas, as quais se apresentam também como resultados obtidos ao longo da pesquisa e, portanto, sendo necessários os apontamentos, evoco o objeto mediador do presente trabalho: como ocorre o processo de desligamento dos(as) jovens em função da maioridade civil?

Conforme discorro no terceiro capítulo, pontuo que existem várias razões pelas quais a criança, adolescente ou jovem são desligados das instituições de acolhimento. Este trabalho teve como fio condutor a análise da condição de desligamento em virtude da maioridade. Pelos empecilhos enfrentados durante as tentativas de acessar

o campo, a pesquisa se debruçou sobre uma alternativa em que algumas mudanças se fizeram necessárias, todavia, o objeto de pesquisa permaneceu.

Assim sendo, diante dos resultados alcançados, considero importante mencionar algumas situações observadas. Os(as) jovens que passaram pelo processo de desligamento em função da maioridade, em muitos casos, tiveram as possibilidades de reinserção familiar esgotadas, sendo necessário migrar para outra modalidade de acolhimento, sendo a *república*. Nesse viés, demonstra-se a partir dos campos teórico e prático, que o processo de acolhimento nessas situações está muito mais próximo de uma transição de espaços do que o desligamento propriamente dito. Ao serem questionadas sobre o processo de preparo que antecede a saída das jovens das modalidades *abrigo* ou *casa-lar*, algumas mencionaram que esse procedimento ocorria através de diálogos alertando-as de fatores externos à instituição, como por exemplo, responsabilidades para ir ao médico, fazer supermercado, entre outras.

Por outro lado, um outro ponto mencionado com frequência entre as jovens foi a autonomia, sendo vista como um problema no sentido de notarem algumas dificuldades para exercê-la. Lembrando que em muitas situações, como lembra Pappámikail (2010), categorias como autonomia, liberdade e independência muitas vezes se confundem. À vista disso, considero que os relatos das jovens neste sentido, se aproximam muito mais de situações que envolvem a independência, no sentido de que precisam ater-se a funções e responsabilidades próprias.

Desse modo, a pesquisa buscou compreender as percepções perspectivas das jovens sobre o processo de desligamento em virtude da maioridade. Entendo que uma outra realidade poderia ser apontada se o campo tivesse acessado especificamente àqueles(as) que ainda se encontram em unidades de acolhimento do tipo *abrigo* ou *casa-lar*. Entretanto, a partir da articulação feita entre os eixos aqui investigados, pude alcançar resultados que se verificam enquanto respostas para as questões surgidas como formuladoras do objeto investigado. Desta maneira, foi possível alcançar alguns sentidos atribuídos a essas categorias mencionadas, nos permitindo verificar que contextos não tão recentes continuam se fazendo presentes no cerne das juventudes, políticas públicas e instituições de acolhimento.

Trabalhar com essa temática significa ter acesso a várias possibilidades teóricas, metodológicas e empíricas, pois se trata de um campo extenso, em que mesmo contando com uma quantidade valiosa de estudos e produções acadêmicas (dentro das limitações quanto à abordagem sociológica, conforme mencionei

inicialmente), diversas questões surgiram no decorrer da realização desta pesquisa, se mostrando essenciais a partir de outras abordagens, as quais, consequentemente, serão aprofundadas em pesquisas futuras. Assim sendo, acredito ter alcançado a proposta em que a pesquisa foi submetida, entendendo que o campo das juventudes é vasto e que o universo do acolhimento institucional carrega uma multiplicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Sritta, 1994.

_____. Condição juvenil no brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. H.; BRANCO, P. P. M. (Orgs**.). Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadnia/Fundação Perseu Abramo, 2005, p.37-72.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, 1997, n.5 e 6, p.25-36.

ALVES, Emeli Silva**.** Infância e Juventude: Um breve olhar sobre as Políticas Públicas no Brasil. **Revista Linhas**, v. 2, n. 1, 2007.

ARIÈS, Phiilippe. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ASSIS, Simone G.; FARIAS, Luís O. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento.** Organizado por Simone Gonçalves de Assis, Luís Otávio Pires Farias. São Paulo: Hucitec, 2013. 367p.

BARBOSA, Analedy; MAGALHÃES, Maria das Graças. A concepção de infância na visão Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância. **EXAMÃPAKU**, v. 1, n. 1, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, trad.). Lisboa: Edições, v. 70, 1977.

BRAGA, Élida. **Mulheres policiais nas unidades operacionais da PMSE: surpresas e mobilidade em meio à praticas ostensivas**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia, São Cristóvão, 2012.

BRASIL. (2009), **Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento Institucional**. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS). Brasília. <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf> Acessado em: 03/08 de 2020.

_____. Lei n° 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Dispõe sobre o Estatuto da Juventude**. Brasília, agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso: 05/05/2022.

_____. Lei n° 6.697, de 10 de outubro de 1979. **Dispõe sobre o Código de**

Menores. Brasília, outubro de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso: 03 dez. de 2021.

_____. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, julho de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso: 05/05/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Gestão do SUAS. Coordenação Geral de Serviços de Vigilância Social. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial.** Brasília, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Censo SUAS 2017: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social**.- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social,2016. Disponívelem:<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/Censo%20SUAS%202017%20(1).pdf> acesso em: 03/12/2022.

COUTO, Inalda; MELO, Valéria. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: BAZÍLIO, Luiz Cavaliere; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patricia Anido. **Infância tutelada e educação: história, política e legislação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. p. 20-38.

DA GLÓRIA GOHN, Maria. Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n. 2, p. 205-222, 2013.

DIÓGENES, Glória. Juventudes, violência e políticas públicas no Brasil: tensões entre o instituído e o instituinte. **Revista Sinais Sociais**, v.6, n-18. Rio de Janeiro, 2012, p. 102-127.

FANTINEL, Letícia. As sociabilidades nas organizações: da sociologia formal às interações cotidianas. **Revista interdisciplinar de gestão social**, v.5 n.2, maio/ago. 2016.

FRANÇA, Dirce B. **Mãe social**: o mito de reprodução do amor materno nas instituições de abrigo**.** Cuidados no início da vida: clínica, instituição, pesquisa e metapsicologia Lou Muniz Atem (org) – São Paulo, Casa do Psicólogo, 2008. p. 1-8. Disponível em:http://reconstruindovinculos.org.br/wp-content/uploads/2011/05/maes-sociais-o-mito da-reprodu%C3%A7ao-do-amor-materno.pdf. Acesso em: 02 dez. de 2021.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. – 1. ed., 13. reimpr. – Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Duarte Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro, DIFEL, 2000.

GULASSA, Maria L. **Novos rumos do acolhimento institucional**. (Organização) Maria Lúcia Carr Ribeiro Gulassa. - São Paulo: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e Adolescente, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes e implementação de novas modalidades - família acolhedora e repúblicas**. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10585/1/RI_Reordenamento.pdf> acesso em: 03/12/2022.

JANCZURA, Rosane. **Abrigos e políticas públicas: as contradições na efetivação dos direitos da criança e do adolescente**. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

KEMMELMEIER, Verônica. **Infâncias em uma Casa Lar: experiências de crianças e jovens no processo de acolhimento institucional**. 2017. 90 f. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2017.

LACERDA, Thiago Silva. **O acolhimento institucional de jovens e as representações sociais de abrigo**. Recife: O autor. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós-Graduação em Psicologia, 2014, 129 p.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 2, 2005.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 15, n. 3), p. 523-542, 2011.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p. 332.

MARCON, Frank. Juventudes, precariedades e estetização: mobilidades, formas de

trabalho e estilos de vida *In:* **Juventudes e movimentos** (org.) Frank Marcon; Danielle Parfentieff de Noronha. Aracaju: Criação, 2018, 354 p.

MARCON, Frank; et al. **Cultura de Paz e Práticas Restaurativas na Escola**: **Reflexões e Diagnóstico** / Organizadores: Frank Marcon, Elida Damasceno Braga, João Víctor Pinto Santana e Juliano Machado. – 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2022.

_____. Entre o protagonismo e a invisibilidade: dinâmicas reivindicatórias das políticas públicas de juventudes em Sergipe In: **Juventudes e desigualdades sociais em tempos de crise e radicalização política/** Organizadores: Frank Marcon e Danielle Parfentieff de Noronha. -- 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

MATEUS, Carmelita. **Política de acolhimento institucional para adolescentes**: **uma análise através das percepções de jovens institucionalizados sobre o viver em abrigo**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 28. Ed., 2009.

MOTIVOS DO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFLETEM PROBLEMAS SOCIAIS. **Conselho Nacional de Justiça** (CNJ), 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/motivos-do-acolhimento-de-criancas-e-adolescentesrefletem-problemas-sociais/> Acesso em: 03/12/2022.

NASCIMENTO, Cunha Nayane. **Reordenamento do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes em Aracaju: um processo em construção**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Serviço Social, São Cristóvão, 2016.

NOVAES, Regina. **Juventude e sociedade:** jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Sociologia Especial: ciência e vida**, v. 1, n. 2, p. 6-15, 2007.

OLIVEIRA, Daniela. **Maternidade, missão e renúncia: um estudo sobre Mães sociais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6664>Acesso em: 24 jun. de 2019.

PACHECO, Patrícia Brum. **Entre muros invisíveis: as sociabilidades de jovens na experiência do acolhimento institucional em Sapucaia do sul/RS**. Dissertação de mestrado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, 2018.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos.

Análise social, p. 139-165, 1990.

_____. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 371-381, 2009.

PAPPÁMIKAIL, Lia. A adolescência enquanto objeto sociológico: notas sobre um resgate In: **Jovens e Rumos**/ organizadores José Machado Pais, René Bendit e Vítor Sérgio Ferreira. - Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

_____. Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. **Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, Vol. XX, 2010, pág. 395-410.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural**. Revista Brasileira de Educação**, números 5 e 6, 1997, p. 14-24.

PIMENTA, Melissa de Matos. Masculinidades e sociabilidades: compreendendo o envolvimento de jovens com violência e criminalidade. DILEMAS: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 7, n-3, 2014 - p. 701-730.

RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: **percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo, 2004, Editora PUC-RJ.

SILA, Lucas Vieira. **Juventude, escola e atos infracionais: experiências e histórias de vida dos jovens em conflitos com a lei**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciências Sociais, São Cristóvão, 2019.

SILVA, Chris Giselle. (2011), “Código Mello Mattos: um olhar sobre a assistência e a proteção aos “menores””. **Revista em debate** – fascículo, n. 8: p. 1-14.

SILVA, Maicyra T. L.; SANTOS, Raiane J. Perspectivas do cuidado a partir do trabalho desenvolvido por mães sociais de Casas-Lares, do município de Aracaju-SE. **Trapiche- Educação, Cultura & Artes**, n. 3., 2019, p. 21-38.

SOUZA, Carolina; ANJOS, Joelma; DAMACENA, Adriane; LEOPOLDO, Denise. **O papel das cuidadoras de crianças e adolescentes e as nuances do acolhimento institucional**. Aracaju, 2016.

SOUZA, Fernanda Hermínia Oliveira; BRITO, Leila Maria Torraca de. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. **Psicologia Clínica**, v. 27, p. 41-57, 2015.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César. Juventude e Políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, 2003.

VASCONCELOS, Augusto. A construção das Políticas Públicas para a juventude no Brasil: idas e vindas. In: ESPINDULA, Brenda. **Protagonismo da juventude brasileira: teoria e memória**. Instituto Arte Cidadania, Centro de Estudos e Memória da Juventude, 2009.

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

A pesquisa de Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS), intitulada *Juventude e instituição de acolhimento: o processo de desligamento e a percepção do viver em abrigo,* realizada por mim, Raiane de Jesus Santos, sob orientação do Prof. Dr. Frank Nilton Marcon, tem como objetivo geral identificar como são construídas as percepções dos jovens sobre a vida em instituições de acolhimento, bem como identificar como lidam com o processo de desligamento por maioridade.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, uma das metodologias utilizadas será a entrevista guiada por um roteiro semiestruturado. As entrevistas serão gravadas em áudio para facilitar a fase de transcrição. É firmado o acordo de que todas as informações obtidas serão utilizadas somente na pesquisa, preservando, assim, a identidade das entrevistadas.

A participação na pesquisa será completamente voluntária, sua identidade será preservada, e a pesquisa quando finalizada, será apresentada a todas as participantes e contribuintes. Diante do exposto, a participação na presente pesquisa poderá ser cancelada a qualquer momento, desde que avisado previamente à pesquisadora responsável, de modo que não causará dano algum a ambas as partes.

Qualquer dúvida e/ou esclarecimento sobre a pesquisa, será possível contatar a pesquisadora Raiane de Jesus Santos, autora do presente estudo, através dos endereços de E-mail: raianexdjs@gmail.com ou pelo telefone: (79) 99682-5771.

São Cristóvão, _____ de _____ de _____.

Assinatura das participantes

_____

Assinatura da pesquisadora

_____

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS JOVENS DA REPÚBLICA

1. Nome
2. Idade
3. Gênero
4. Naturalidade
5. Trabalho/ocupação
6. Há quanto tempo está na república?
7. Mantém contato ou algum relacionamento com sua família de origem?
8. Tem algum familiar que já passou por alguma instituição de acolhimento?
9. Conte-me um pouco sobre sua experiência morando na república
10. Quais os principais desafios de morar na república?
11. Conte-me como você se relaciona com as demais
12. Antes de completar a maioridade, você estava num abrigo ou casa-lar?
13. Com quantos anos você começou a utilizar a instituição de acolhimento?
14. Conte-me um pouco sobre sua experiência estando na instituição de acolhimento
15. Quais desafios você enfrentou durante essa experiência?
16. Como você lidou com o processo de desligamento da instituição?
17. A equipe da referida instituição forneceu algum tipo de ajuda diante do processo?
18. Quais são seus planos e projetos para o futuro? A república e a unidade de acolhimento pela qual você passou tem alguma participação?
19. Como você observa as políticas públicas para a juventude?
20. Para você, o que significa reconhecimento?
21. Gostaria de falar sobre algo que não mencionei e que ache importante?

APÊNDICE 3
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A EQUIPE TÉCNICA DO ABRIGO CAÇULA BARRETO

1. Qual a relação dos abrigos e casas-lares com a ONG SOS Brasil?
2. Quais foram as principais mudanças nas instituições de acolhimento após a política de reordenamento?
3. No site da prefeitura de Aracaju, tem a informação de que os abrigos Caçula Barreto e Sorriso seguiam uma divisão do público por sexo, como funciona atualmente?
4. Qual a capacidade máxima que o abrigo Caçula Barreto segue com relação ao quantitativo de crianças e adolescentes?
5. Quais são os principais fatores pelos quais as crianças, adolescentes e jovens (se houver casos) chegam aos abrigos?
6. Existe uma faixa etária que predomina a entrada desses jovens ou seguem uma variedade?
7. Qual o índice de reinserção familiar?
8. No que diz respeito à modalidade de acolhimento República, considerando que atualmente apenas a república feminina existe, o que acontece com os jovens (rapazes) ao serem desligados por maioridade?
9. Existe alguma política pública voltada especificamente para os jovens após o desligamento das instituições de acolhimento?
10. No que diz respeito a atuação da equipe técnica do Abrigo Caçula Barreto, quais os principais desafios e dificuldades em trabalhar com o público infanto-juvenil dentro da instituição?
11. Sobre o processo de desligamento dos jovens em decorrência da maioridade, como ocorre por partes destes? E, ainda, qual o procedimento que a instituição oferece?